



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 61

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	0925
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	0926

TAQUIGRAFIA

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A RECOMENDAÇÃO Nº 7/2017/MP/PR-RO/GABPRDC PARA QUE O PODER LEGISLATIVO NÃO APROVE O PLC Nº 102/2016 QUE PREVÊ O AUMENTO DO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO ENERGIA.

Em 29 de março de 2018

Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 09 horas e 14 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – senhoras e senhores bom dia! Vamos dar início a Audiência Pública.

Convidamos e já se encontram à Mesa os Exm^{os}. Srs. Deputados Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; Exm^o. Sr. Deputado Lebrão e convidamos o Exm^o. Sr. Jurandir de Oliveira, Presidente da AROM – Associação Rondoniense de Municípios; convidamos também a Sra. Débora Honorato, Advogada, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção/RO e o Sr. João Marcos Dutra, do Movimento Atingido pela Barragem.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a

Audiência Pública com o objetivo de discutir e analisar a Recomendação Nº 7/2017 do Ministério Público Estadual e Federal, que trata sobre a Lei Complementar nº 102/16 das compensações das áreas que serão afetadas por conta de 06 turbinas.

Registrar a presença de todos os Prefeitos em nome do Jurandir, agradecer a presença de todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar aqui Excelência a presença dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos:

Prefeita Gislaine Clemente (Lebrinha), Prefeita Municipal de São Francisco do Guaporé; Exm^o. Sr. Prefeito Evandro Marques da Silva, Prefeitura Municipal de Monte Negro; Exm^a. Sra. Prefeita Leonilde Alflen Garda, do Município de Seringueiras; Exm^o. Sr. Prefeito Hélio Mendes, Município de Nova Brasilândia.

Excelentíssimos e Excelentíssimas Senhoras: Prefeito Luiz Gomes Furtado, de Nova União; Charles Luis Pinheiro, de Vale do Paraíso; Luis Amaral, do Município de Parecis; Anildo Madeireiro, Prefeitura Municipal de Vale do Anari; Luiz Ikenohuchi, Candeias do Jamari; Laércio Marchini, Corumbiara, Prefeito de Corumbiara; Airtton Gomes, Prefeito de Cerejeiras; Olvino Luiz Donde (Vino), Prefeito de Pimenteiras do Oeste; Cornélio Duarte, Prefeito de São Miguel do Guaporé; Adinael de Azevedo, Vice-Prefeito de Nova União; Paulo Tramontin, Vice-Prefeito de Itapuã do Oeste; Valmir dos Santos, Vice-Prefeito de Alto Paraíso; Aparecido, Vice-Prefeito de Novo Horizonte do Oeste; Exm^o. Sr. Vereador, Leandro de Santana, da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé; Excelentíssimo Srs. Vereadores: Ueliton Polaquinho, Câmara Municipal de Vale do Anari; Senhoras e senhores moradores do Distrito de Mutum; Senhoras e senhores moradores da Comunidade de Paulo Leal; Senhoras e senhores moradores da Comunidade Joana D'Arc; Sr. Antônio Júlio, representando o Distrito de Mutum; Maria Silva, Presidente do Rio Madeira – B; Geraldo Lima, Administrador da Comunidade Paulo Leal; Senhoras e senhores moradores do Maravilha I e o Pastor

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Rosan, representante dos Atingidos das Cheias em 2014. Também o Sr. Sérgio Massaroni, Superintendente de Gestão do Município de Mirante da Serra, representando aquele município; Paulo Henrique, Secretário de Administração do Município de Castanheiras e também Exmº. Sr. Prefeito Alcides Zacarias Sobrinho, da Prefeitura Municipal de Castanheiras.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado, para deliberar sobre esta Audiência Pública com a sua metodologia de trabalho e encaminhamento de fala. Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Como já foi, no caso, todas as autoridades, todas as pessoas já foram noticiadas, já foram relatadas pelo Cerimonialista, eu quero dizer o seguinte. Em primeiro lugar dizer que Santo Antônio não se encontra presente, é o registro que eu faço. Então, a Audiência está prejudicada, por mim, o Presidente Maurão, está chegando, avisou que está chegando, estava em outra agenda, mas, esse Projeto vai continuar aqui parado porque eu quero primeiro fazer o razoado para depois entender; entender o que é que está acontecendo. O Ministério Público recomendou. Tudo bem, recomendou, recomendação não quer dizer que é algo que possa ser vinculativo, mas, esse Projeto de Lei Complementar que tramita 102, já se encontra aproximadamente a um ano e todas às vezes que nós chamamos Santo Antônio, chamamos outras autoridades para estarem aqui presentes, inerentes a estes, a esses debates, eles sempre se ausentaram, quando não vieram com balela, com desculpa, com todo tipo de situação e hoje, eu falei: eu quero ouvir o que eles tiveram de proporção no caso, o que eles avançaram. Não se encontram presentes. Uma falta de respeito com esta Assembleia, eu quero dizer que se os Deputados avançarem e tentarem colocar esse Projeto, estarei segunda-feira já entrando com uma ação perante o Ministério Público, perante o Tribunal de Justiça para obstruir esse Projeto. Temos legitimidade a qual foi consagrada na própria Emenda Constitucional que garantiu que os Deputados também têm direito de entrar com ação, Mandado de Segurança Coletivo, porque não é porque os Prefeitos se encontram aqui, que está com uma situação financeira que hoje até eles estão buscando até os Prefeitos para tentar aprovar esse Projeto. Projeto esse que prejudicou e prejudica diversas pessoas. Quem é que agora me diz que eles vão pactuar e acordar e vão cumprir o que foi falado na terça-feira? Sabe quando foi terça-feira que teve uma reunião aqui no período noturno, ficaram até as 22h00, uma banda queria, uma banda que eu digo, uma parte queria que esse Projeto fosse aprovado outra não. E agora, nem os Advogados se encontram aqui presentes. Não gente, isso aqui não é brincar, está brincando com cara de..., isso aqui vai tomar uma proporção muito maior, por mim, por mim, eu falo o Deputado Jesuíno, e vou fazer, vou fazer agora, você que é o representante do MAB, representante desse povo, eu vou a imprensa, eu vou fazer ação judicial e se quiserem ingressar com essa ação eu vou até o Supremo se for necessário, para obstruir essa situação. É uma falta de respeito com o povo de Rondônia, já não bastasse o que fizeram com as nossas faunas, com a nossa natureza, com o nosso ponto turístico, com tudo, acabaram com a vida de muita gente, ainda querem hoje vir falar, ou seja, se ausentarem e de uma falta com respeito não estarem

presentes aqui. Eu quero só dizer a Recomendação 007, ele cita, ele faz diversas recomendações e ao final, eu não vou ler porque é bem extensa, é bem extensa a Recomendação, ele diz o seguinte: Resolve recomendar aos Deputados Estaduais de Rondônia e ao Governo do Estado, de que respeite o Regimento Interno desta Casa e garanta a tramitação ordinária do Projeto de lei Complementar nº 102. Está sendo respeitado, tramitando. Não aprovem o Projeto de Lei Complementar nº 102, enquanto as medidas acima elencadas não forem adotadas e/ou uma vez tomadas; revelarem que o prejuízo para o Estado de Rondônia, ambiental e social será ainda maior que o benefício, como manda o interesse público. Adoção das medidas acima recomendadas; não excluem adoção de outras entendidas como pertinentes, eficientes por partes das autoridades recomendadas; as Instituições MPF – MPE/RO; colocam a inteira disposição.

Então, eles colocam essas questões, dizem que não foram cumpridas, apresentam dados; não foram apresentados dados técnicos até hoje, seria uma oportunidade democrática hoje da gente ouvir através de uma Audiência Pública o que eles fizeram, o que eles irão propor, cancelarem através de uma Lei Estadual, inclusive, foi aprovada aqui, ou pactuarem acordo. Mas, para mim meu amigo, pode ter certeza, eu vou ouvir ambas as partes, esse Projeto de Lei aqui se depender deste Deputado que vos fala, vai ficar travado; se os outros quiserem colocar é problema, vão colocar, vão pautar e podem ter certeza, esse aqui eu vou para cima até na Corte Americana dos Direitos Humanos. Peço até o apoio da OAB, se for necessário, a Ordem dos Advogados; ao Ministério Público Estadual, Federal que não se encontram presentes. Porque não, o povo de Rondônia está cansado, está cansado de ser palhaço, de ser levado a pagode; porque isso aqui é dá um tapa na cara, dá um tapa na cara de qualquer um que seja; seja do Executivo Municipal, Estadual e esta Casa. Não vir aqui, não apresentar proposta, não colocar, não expor a verdade a esse povo, é chamar a gente de palhaço, isso é inadmissível.

Vou passar a palavra para o representante do MAB, depois eu passo para os demais e cada um que quiser se pronunciar, eu vou delimitar em três minutos. Pode falar, você que está sendo o representante aí dos atingidos, e para mim o que interessa hoje é atingido, atingidos, pessoas que foram afetadas, o restante é uma consequência. Pode falar.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Bom dia a todos, atingidos por barragens, os presentes na Mesa. Eu não vou falar muito sobre os impactos que a hidrelétrica causou nas comunidades, porque já foram várias Audiências que a gente fez aqui sobre isso e vocês já estão cansados de saber quais são os problemas, a pauta, ela não muda pela vontade da empresa, problemas eles continuam os mesmos ao longo dos anos e eles não estão sendo resolvidos, eles estão só aumentando. Tem vários atingidos aqui das comunidades que vão poder falar um pouco melhor de cada comunidade, o que eles têm sofrido ao longo desses anos. Mas, eu queria colocar algumas questões aqui para o debate, que eu acho que ele está sendo pautado de maneira errada. Tem uma notícia aqui do Canal Energia, que é um meio de comunicação dos empresários do setor elétrico, em que o Diretor de Relações com Investidores da Santo Antônio Energia, NilmarSistoFollete. Em teleconferência a analistas

de mercado para detalhar os resultados financeiros do terceiro trimestre do ano, o executivo disse que a operação, está prevista entre fevereiro e março de 2018, uma operação de desconstrução de 370 MW médios de energia, ou seja, a Santo Antônio Energia, ela está efetuando esse ano uma operação de desconstrução de energia. Porque segundo os balanços financeiros dela, compensa diminuir a quantidade de energia que hoje ela está comercializando. Porque ela está fazendo isso? A desconstrução de energia elétrica, visa a proteção da receita e dos gastos da companhia para o ano de 2018, entre os outros fatores devido a queda conjuntural do mercado consumidor nacional. Com a demanda muito abaixo das projeções pré-crise econômica, as necessidades de contratação das distribuidoras junto aos geradores caíram, abrindo espaço para a revisão dos volumes contratados. A empresa, ela alegava que a expansão da oferta de energia era em função de uma demanda do mercado nacional, que o Brasil precisava de energia. Só que a gente vê aqui que a orientação financeira da empresa, ela vai justamente no sentido contrário, ela tem avaliado que no período de crise econômica com desaquecimento das atividades de produção e de mercado, a demanda de energia, ela tem crescido, ela tem diminuído e do outro lado a gente teve ao longo desses anos um investimento muito grande na oferta de energia no setor elétrico a partir do PAC 1 e PAC 2, grandes obras para a geração de energia foram construídas. A gente tem uma oferta de energia maior do que a demanda atual, inclusive, o governo brasileiro, ele tem discutido com outros países como a Argentina, a expansão da rede de energia para a importação de energia. Então, o que fica claro aqui? Fica claro que a expansão do reservatório da Hidrelétrica de Santo Antônio, ela não parte do interesse do mercado nacional, ela parte de um interesse de alguns agentes privados continuarem a oferta de energia no mercado livre, que é o mercado de grandes consumidores onde o preço da energia é tabelado como commodity no mercado financeiro internacional, a partir do preço do petróleo, que é uma energia muito mais cara que a energia hidráulica que a gente tem aqui no país. E outra notícia do valor econômico com o seguinte título: "Chinesa volta a negociar a compra de Santo Antônio". É colocado qual é o interesse em colocar o reservatório sendo que a hidrelétrica, hoje, ela está, o concessionário está desconstruindo a oferta de energia. As conversas entre as partes, tinham sido paralisadas em meados do ano passado, foram retomadas recentemente, mas, os chineses ainda vão atualizar sobre o ativo e apresentar uma revisão dos termos da oferta apresentada ano passado, que tinha sido considerada desfavorável, principalmente pela CEMIG. A expectativa é que isso aconteça nesse mês ou no começo de abril, quando as sócias vão avaliar se será viável retomar a negociação com exclusividade, com a SPICOverseas que é a empresa Chinesa, essa notícia é de 14 de março, ela é de agora. A renovação do valor dos ativos da Santo Antônio Energia no mercado financeiro, está sendo feita agora nesse momento, e eles colocam aqui: a proposta deve atualizar entre outros pontos o volume do reservatório da usina e sua garantia física (volume de energia assegurada que a hidrelétrica tem para vender). A Santo Antônio espera obter em breve uma autorização e colocá aqui, em carta enviada à concessionária, em carta da concessionária enviada ao Ministério de Minas e Energia, disse que só falta conclusão da vota-

ção de um Projeto de Lei Complementar pela Assembleia Legislativa de Rondônia, para que as áreas em torno do empreendimento tenham as licenças liberadas. Então, a Santo Antônio Energia, ela está apresentando para o Governo Federal, que só falta um obstáculo para conseguir ampliar o reservatório que é esse Projeto de Lei Complementar da Assembleia Legislativa, o que é uma inverdade e que eu vou dizer depois. Porque eles estão alegando isso? Porque eles querem a valorização dos ativos deles, que vão ser comprados por Empresas Chinesas. As Empresas Chinesas, que vão comprar os ativos da CEMIG, e da Odebrecht, estão impondo a ampliação da garantia física do reservatório para adquirir o controle da hidrelétrica, isso não tem nada haver com interesse da produção de energia elétrica para o Brasil. Eles estão se valendo de uma grande mentira que só falta aprovação dessa Lei Complementar aqui na Assembleia Legislativa. Ainda falta eles atenderem as medidas de segurança que foram determinadas pela Agência Nacional de Águas na outorga de utilização dos recursos hídricos, que impõe a realocação de vários moradores do centro, do Distrito de Jaci-Paraná, que estão em áreas de risco ameaçados pelos efeitos de remanso do reservatório da hidrelétrica ou na configuração anterior a expansão do reservatório. Também foi determinada a elevação da BR e das pontes na região do reservatório da Hidrelétrica de Santo Antônio, desde ano de 2015, qualquer pessoa que passar agora pelas pontes em Jaci-Paraná, consegue ver que o reservatório, ele está completamente cheio, que não passa nada embaixo, eu não sei para onde eles querem ainda expandir o reservatório sem ter feito alteamento da BR, que foi uma determinação de uma agência reguladora federal que é a agência responsável pela regularização da outorga de uso dos recursos hídricos, ou seja, eles estão ilegais perante a autorização que eles têm para utilizar as águas da União, os recursos hídricos da União. Além disso, eles estão irregulares perante a Lei Federal 12.334, que é a Política Nacional de Segurança de Barragens, que foi criada em 2010, ela impõe que qualquer barragem de alto risco, apresente um plano de segurança de barragem. Eu tenho certeza que nenhuma comunidade aqui até hoje foi consultada e participou de um plano, da elaboração de um plano de proteção e evacuação das comunidades que estão no entorno do reservatório e a jusante sobre o risco de um desastre, que não é uma hipótese no caso do Madeira, porque já aconteceu um desastre, todo mundo aqui sabe no ano de 2014. Milhares de famílias tiveram que ficar meses fora das suas casas, até hoje tem família no baixo Madeira, em barracas de lona, o Governo do Estado e o Município receberam recursos do Ministério da Integração, para reassentar essas famílias e até hoje essas famílias não foram reassentadas e quem continuou, quem não voltou para suas comunidades continuam abandonadas. Existe um enorme fator de risco aqui no Rio Madeira que vai além da questão meramente técnica que a gente tem dois empreendedores diferentes operando duas mega hidrelétricas, uma ao lado da outra que não conseguem convergir os seus planos de operação porque um pretende conseguir mais lucro do que o outro, isso é um fator de risco. Jaci-Paraná está entre duas hidrelétricas que estão constantemente litigando pela utilização máxima das águas dos reservatórios sem se preocupar com a segurança das comunidades que estão no entorno. Eu acho que por mais que, por

exemplo, o plano de segurança de barragens seja uma responsabilidade da ANEEL, esta Casa não pode se permitir, se esquivar de cobrar essa obrigação do empreendedor. Porque a gente sabe que a Agência Nacional de Energia Elétrica é uma agência reguladora irresponsável e o grande exemplo disso são os elevados preços das tarifas de energia que eles não reduzem com o aumento da oferta a partir da produção, porque a gente tem uma política energética voltada para o mercado livre, para o mercado financeiro e as políticas da ANEEL, as medidas da ANEEL tem constantemente elevado o preço da energia e tem flagelado as regiões atingidas. A gente apresentou aqui no início do ano passado para os municípios, inclusive, uma alternativa de receita que seria cortada e não houve mobilização em torno dessa pauta, que foi a redução da tarifa atualizada de referência, que é a tarifa de cálculo base para calcular as compensações financeiras pela utilização dos recursos hídricos que são os royalties. A gente apontou aqui nesta Casa em audiência pública que por ano, só o Governo do Estado, sem contar o município de Porto Velho, ia perder com a redução dessa tarifa R\$ 17.400.000,00 por ano, isso também poderia ser distribuído para os municípios anualmente, sem contar o resto da compensação financeira que não foi abatida com essa medida da Agência Nacional de Energia Elétrica e isso não prejudicaria o município de Porto Velho porque isso é uma coisa que vocês já teriam direito. A Agência Nacional de Energia Elétrica reduziu cerca de 30% a tarifabase de cálculo das compensações financeiras pela geração de energia aqui no rio Madeira. E eu quero dizer outra coisa, que vocês não vão ter nada de royalty adicional aqui no rio Madeira, como está sendo alegado pela empresa e pelo Governo, até 2020. Vocês viram na mídia nacional, várias notícias referentes a um erro na instalação da linha de transmissão aqui do rio Madeira, a linha de transmissão aqui em Porto Velho foi construída numa região onde tem uma grande placa de granito, onde ela não permite o rebaixamento da tensão da energia que passa pela linha de transmissão, com isso o consórcio responsável pela instalação da linha de transmissão vai ter que fazer uma readequação da linha, vai ter que comprar um novo terreno, vai ter que mudar o percurso da linha para que um volume maior de energia possa ser transportado sem ter uma pane do sistema de transmissão. O operador nacional do sistema elétrico determinou que a carga máxima não poderá ultrapassar 4.700 megawatts, enquanto as duas usinas hidrelétricas do rio Madeira tem 6.300 megawatts de potência planejados, ou seja, até que se readeque a linha de transmissão que está previsto para dezembro de 2019, ou seja, até 2020 não tem geração adicional de energia no rio Madeira, ou seja, eles não vão aumentar o lago para gerar um volume maior de energia imediatamente, eles não estão tendo prejuízo pela não ampliação desse reservatório como eles têm alegado constantemente. A ampliação do reservatório é uma imposição das empresas chinesas que vão comprar as ações da CEMIG e da Odebrecht para adquirir o controle da Santo Antônio Energia e a geração de energia, conseqüentemente a ampliação da oferta de royalties só vai aumentar depois de 2020. E o que está sendo oferecido hoje de compensação social para o Estado e para o município é uma esmola perto dos programas ambientais que estão previstos no licenciamento ambiental, no plano básico ambiental que eles não cumpriram como o plano de

remanejamento da população atingida. Os 30 milhões que estão sendo oferecidos para o município de Porto Velho não paga nem a conta do assentamento Joana D'Arc e do distrito de Jaci-Paraná. Se o poder público aceitar negociar todos esses danos, esses direitos violados por uma esmola dessas, ele vai está fazendo uma improbidade, porque hoje a conta, a dívida da Santo Antônio Energia com este Estado e com este município ainda não pode sequer nem ser calculada porque é um dos principais estudos de avaliação de impacto, que é o impacto nas águas subterrâneas que ocorreu devido a formação do reservatório e a influência no lençol freático, se tem alguém aqui do município de Itapuã sabe o que é isso, porque até hoje os caixões do cemitério lá em Itapuã ficam boiando a cada período de cheia, a cada período de chuvas, é o que está acontecendo hoje em Jaci-Paraná. A gente tem cerca de 6 mil pessoas atingidas pela elevação do nível do lençol freático, que provocou a contaminação das fontes de água para consumo humano, e tem provocado desestabilização geológica, provocando graves danos nas edificações, erosões ao redor das fossas e dos poços porque o solo, ele ficou instável com a elevação do nível do lençol freático. Esse estudo, o levantamento dos dados, foi concluído em dezembro do ano passado, a gente teve ontem uma videoconferência com a Presidente do IBAMA, porque a gente ocupou o prédio do IBAMA, não porque a gente tenha livre acesso a conversar com a empresa e tem canal aberto para a negociação e eles disseram que eles não têm nenhum técnico agora para fazer a leitura e a avaliação dos dados sobre esses impactos no lençol freático. Será que eles são capazes então de lidar com os impactos e com os efeitos após a ampliação do reservatório? A gente tem certeza que não. Então o Estado, ele tem que no mínimo, esperar a conclusão desses estudos para avaliar realmente quais são os impactos do reservatório na configuração atual e original para pensar em depois prever quais seriam os impactos no futuro com essa ampliação. Qualquer negociação sobre o que está sendo ofertado hoje seria improbidade e vou deixar que os impactos específicos fiquem para os atingidos por barragem, para poderem falar. Obrigado pela fala e espero que esta Casa não conte com o IBAMA, não conte com a Agência Nacional de Energia Elétrica porque quem tem que proteger e defender os interesses do povo de Rondônia e do Estado de Rondônia são os Deputados de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado João.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Excelência, com vossa permissão, vamos registrar ainda a presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito Ronald Rodrigues de Oliveira, da Prefeitura de Buritis; Excelentíssimo Senhor Vereador Altamir Fochesatto, Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré; Excelentíssimo Senhor Vereador Nei, Câmara Municipal de Santa Luzia d'Oeste; Excelentíssimo Senhor Vereador José Wilson de Santos, Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia d'Oeste; Senhor Cabo Moura, Presidente da Comissão Atingidos pela Cheia de 2014; Excelentíssimo Senhor Prefeito Vagner Miranda da Silva, da Prefeitura de Costa Marques; Senhora Delma Batista, Superintendente do IPHAN; Gigliane Damasceno, moradora da Vila Nova Teotônio e também a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Luizinho Goebel.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passar a palavra agora ao senhor Jurandir, Jurandir de Oliveira, Presidente da AROM – Associação Rondoniense dos Municípios do Estado de Rondônia.

O SR. JURANDIR DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Primeiramente eu gostaria de agradecer a Deus por esta oportunidade, gostaria de cumprimentar o Presidente, o Deputado Jesuíno; cumprimentar Excelentíssimo Senhor Deputado Lebrão; Excelentíssimo Senhor Deputado Luizinho Goebel; cumprimentar a Doutora Débora e cumprimentar o senhor João Marcos, representante do MAB. Gostaria em especial, cumprimentar a todos os Prefeitos, Prefeitas, Vice-prefeitos, Vereadores, Secretários e em especial cumprimentar a todos os senhores e senhoras que estão no Plenário e que são afetados pelas Usinas de Jirau e Santo Antônio. Dizer aos senhores, senhoras e aos Deputados que nós, a Associação Rondoniense dos Municípios e todos os Prefeitos que aqui estão; todos são solidários a situação das pessoas afetadas pelas Usinas. Nós sabemos e eu tive, não vou dizer nem o prazer, nem o privilégio de visitar as comunidades afetadas, algumas, mas eu fiquei triste com a situação de todos vocês que estão lá nessa situação, afetados pelas Usinas. E dizer que a irresponsabilidade dos governantes da época, dos gestores, tanto do Estado como do Governo Federal, que fizeram um estudo e não fizeram um estudo aprofundado, não conseguiram detectar o problema que hoje está causando a vocês e a seus familiares. E também não detectaram nesse estudo, o impacto econômico que estaria causando para 51 Municípios do Estado de Rondônia. Hoje a mesma necessidade, a mesma carência que as comunidades dos ribeirinhos estão sendo afetadas pelas Usinas; estão sendo afetados também em todos os municípios do Estado de Rondônia, porque nós estamos a cada dia que passa perdendo a arrecadação para o município de Porto Velho. Isso causa nos nossos municípios também, senhores Deputados, senhores todos os presentes, falta remédio, falta dinheiro para comprar remédio na saúde, falta dinheiro para investir na infraestrutura, falta dinheiro para os Prefeitos manterem o compromisso que também têm com as comunidades de seus municípios. Nós somos solidários a vocês, porque vocês são municípios, é lá na região de vocês que acontece, o município está onde está a comunidade. Eu gostaria de parabenizar o Deputado Jesuíno por esta iniciativa. Nós estamos aqui hoje, não é para embate nenhum com os senhores, nós estamos aqui hoje para apoiar vocês e mostrar aos Deputados também que nós precisamos de apoio, que nós precisamos de auxílio financeiro no nosso município para suprir a necessidade causada pelo impacto econômico que as usinas causaram aos 51 municípios do Estado de Rondônia. Senhores Deputados, nós não viemos aqui para demonizar essa situação, nós viemos aqui para dialogar, para buscar uma saída, para que se resolva a situação das pessoas afetadas pelas usinas, mas, que resolva a situação também de mais de 900 mil pessoas que estão instaladas nos 51 municípios do Estado de Rondônia. É isso que nós precisamos, junto com vocês, porque a Associação Rondoniense de Municípios, senhores e senhoras presentes, não está buscando e nem buscou auxílio às usinas não, nós buscamos apoio desta Casa aqui para buscar um auxílio financeiro ao Governo do Estado, aos cofres públicos do Governo do Estado. E nós não tivemos o

apoio integral desta Casa, se de 6 ou 7 Deputados que foram em várias reuniões conosco, e não estou aqui mentindo que têm pessoas presentes que estavam na reunião e eu tenho que ser justo de falar, não conseguimos vencer a barreira da equipe econômica do Governo do Estado de Rondônia a ser solidário à situação que os municípios que estavam passando para o fechamento do ano de 2017. Mas, graças a Deus estamos aqui vivos, fortes, lutando por um direito que é nosso, que é da nossa comunidade. Então, senhor Deputado Jesuíno, parabéns pela sua iniciativa, parabéns ao Deputado Lebrão que também é solidário, a todos os ribeirinhos afetados pelas Usinas de Santo Antônio e Jirau, como também ao Deputado Luizinho Goebel. Mas, nós vamos continuar lutando, vamos continuar em busca da solução, que seja resolvido tanto o problema de vocês quanto o nosso. Estamos aqui hoje precisando sim, se a saída para ajudar os 51 municípios do Estado de Rondônia tiver que vir das usinas é mais do que direito, é mais do que obrigação, porque eles causaram esse prejuízo aos 51 municípios do nosso Estado. Então, eu estou aqui para apoiar, tanto eu como todos os prefeitos somos solidários à situação de vocês; estamos aqui juntos nesta Casa para buscar uma solução para que ambas as partes sejam resolvidas. Um abraço a todos. Meu muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado Jurandir. Eu vou passar a palavra agora ao membro da OAB. Ela vai explicar aqui também essa situação.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar a presença dos excelentíssimos senhores Deputados Léo Moraes e Hermínio Coelho.

A SRA. DÉBORA HONORATO – Bom dia a todos. Cumprimento todos os componentes da Mesa, Excelentíssimo senhor Deputado Jesuíno Boabaid; Deputado Lebrão; Deputado Luizinho Goebel; senhor Jurandir de Oliveira. Cumprimento o senhor João Marcos Dutra, que se manifestou aqui, sendo do movimento atingido pela barragem, dos atingidos pelas barragens. E eu quero manifestar minha gratidão por ver esta Assembleia cheia de cidadãos interessados em verificar como será resolvida esta situação. Porque é importante que a sociedade esteja presente. Eu como Representante da OAB, acho essencial que a população tenha noção do que está acontecendo nesse momento.

E vou me limitar apenas a falar como Representante da OAB mesmo à nossa atividade quanto advogada, nossa atividade com cunho social estatutário, regimentado pela nossa lei. Então, verificando o processo legislativo da questão das usinas, a Procuradoria do Estado manifestou que está tudo ok com relação ao processo legislativo. Entretanto, com todas as discussões, o MPF veio e se manifestou com recomendação, dizendo que havia algumas irregularidades. É um procedimento necessário em que pese termos dois lados, e no direito é assim mesmo, ampla defesa e o contraditório sempre haverá dois lados. É necessário que todos se manifestem e, em que pese o Ministério Público Federal ter manifestado sua recomendação, ele teve seus motivos constitucionalmente garantidos no artigo 129 da Constituição, devemos entender que é um dever legal do Ministério Público Federal também. A

Assembleia Legislativa está fazendo o seu papel, a questão toda é: como unir essas forças, como resolver essa situação para que o fim social seja atingido? Como o representante aqui bem expôs para a gente a sua situação, a questão dos atingidos pelas barragens. O que vai nos importar nesse momento? Seria apenas um lado estar certo ou seria resolver essa situação para a população sair ganhando? Então, assim, vamos pensar no cunho social e verificar se de fato a população portovelhense estará tendo êxito, estará ganhando socialmente com a aprovação desta Lei, desse Projeto de Lei com o andamento desse Projeto de Lei. A discussão aqui não é saber quem está certo ou está errado. E como jurista, a nossa visão tem que ser imparcial. Então, eu vejo que vamos lutar para que os direitos sejam garantidos sim, mas vamos ouvir a população e ver o que vaíser bom para ela. Por isso, parabenizar todos os presentes, parabenizar todos os componentes da Mesa por estarem discutindo de maneira ética, de maneira coesa, correta essa questão, manifesto meus agradecimentos. O papel social da OAB, eu já disse, tem aí um clamor social envolvido, que o representante bem expôs e o projeto de lei tem que ser amplamente discutido para que se chegue a uma conclusão justa, em que pese o deputado Jesuíno ter pedido apoio da OAB, eu vou pedir que essa manifestação dele se dê por escrito, está bom, deputado? A OAB é um órgão que entende, que atua em prol das causas sociais também, desde que seja manifestado interesse para isso. Então eu não posso prometer nada em nome da OAB, mas estamos acompanhando esse procedimento porque é nossa função também, enquanto instituição. Obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – João, eu queria te fazer uma pergunta, até para a gente continuar, eu vou ouvir mais parlamentares, mais pessoas. Mas na terça-feira o Deputado Lebrão estava me informando que tinha, realmente estava um grupo, estava lotado do jeito que está aqui hoje, um grupo contra, um grupo a favor. Existiu algum acordo ali, saiu todo mundo, disse que de mão dada. Eu ouvi falar que aconteceu isso, mas você não estava presente, o que é que aconteceu? Está certo, então? Jaci-Paraná está todo contente? Você pode falar? Só para a gente... Por que o que eu vi que naquele dia, realmente tinha uma metade contra, uma metade a favor.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Tinha um grupo de dois ônibus que chegou mais cedo, que ocupou o IBAMA pela manhã e vieram aqui mais cedo porque tiveram notícias em Jaci-Paraná que existia a pretensão de fazer a votação do projeto na terça-feira. E o grupo que estava com essa pretensão de forçar a votação na terça-feira, ele chegou exatamente às 07:00 horas da noite, mais tarde, depois que a gente já tinha chegado aqui. Mas, o ônibus que chegou mais tarde tinha algumas pessoas que eram contra o projeto, algumas pessoas que não moram em Jaci-Paraná, que na verdade são de algumas Linhas, que foram trazidas e algumas pessoas que não sabiam também o que estava acontecendo. Você pode até perceber que depois, quando a Casa abriu para duas falas para o público, as duas falas convergiram no mesmo sentido, que a questão não é ser contra ou a favor, a questão é como a gente vai fazer isso. Vai fazer repetindo os mesmos erros de quando as usinas foram construídas? Porque no caso de Jaci-Paraná a comunidade não

está sendo consultada sobre como a compensação vai ser utilizada e estão acontecendo reuniões...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Tem gente lá fora? Têm moradores lá fora? No ônibus?

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Não. Eu estou falando, tem compensação do Estado e tem do município também, não é? Enfim, eu não estou...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Aqui não tem ninguém de Jaci-Paraná, a população de Jaci está aí?

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Hoje não.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem alguém de Jaci-Paraná aqui? Só tem uma pessoa? Então está complicado.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Bom, mas teve muita audiência Pública cheia aqui, não é?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É, teve.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Talvez não vá ser o processo, o rito legislativo que vai definir se isso vai ser votado ou não, até porque a Comissão de Constituição e Justiça, no parecer dela, já foi desfavorável. E a votação, eles tentaram fazer o ano passado e se não fosse à pressão do povo aqui, teria passado o projeto. Então a questão não é se tem gente de Jaci-Paraná aqui ou não. A questão é todo debate, todas as informações que estão dentro dos autos do processo legislativo que mostram que esse processo não deve se encerrar agora. Esse projeto de lei não tem condição de ser votado agora, porque não existe hoje dimensão, estudo que quantifique os impactos, a abrangência, a magnitude que eles têm hoje. Eu tenho aqui um estudo científico de uma revista sobre sensoriamento remoto...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – João, era só isso, então. Era só para eu ter ciência, mesmo. Vamos...

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Não, porque achei engraçado esse questionamento se tem gente ou não aqui de Jaci-Paraná.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, é porque a gente queria, eu queria... Não, não é questão de engraçado, é questão que era para estar aqui o pessoal. Só tem um falando, você está falando em nome do pessoal atingido, mas eu queria ter mais pessoas para poder falar também quanto à questão das afetações, as problemáticas.

Eu vou passar a fala agora, aqui na Mesa depois a gente fala, pode ser Deputado Luizinho? Depois a gente fala. Têm algumas falas. Eu vou delimitar em três minutos. A senhora Gigliane Damasceno, moradora de Vila Nova Teotônio.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Já está caminhando, Deputado. E, com vossa permissão, registrar tam-

bém a presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito João Alves Siqueira, da Prefeitura de Governador Jorge Teixeira; Excelentíssimo Senhor Prefeito Edir Alquieri, de Cacaulândia; Excelentíssimo Senhor Prefeito Claudiomiro Alves dos Santos, de Theobroma; senhor Joelson Chaves, Presidente do SINPROF, e João Pantoja, representando o Baixo Madeira.

A SRA. GIGLIANE DAMASCENO – Bom dia a todos. A gente quer relatar aqui, aliás, cumprimentar em nome de Vila Nova Teotônio, tem poucos, mas nós viemos. E além de Jaci, queria deixar bem claro, entendido a todos, que não é só Jaci que sofre com essa situação, têm várias comunidades aqui, região de Porto Velho, como Vila Nova Teotônio, que existe ainda; Betel e Vinte e Cinco, elas sofrem com isso. Elas sofrem porque os lençóis freáticos estão contaminados, as nossas águas estão cheias de bactérias, de fezes, não tem qualidade, um lugar onde tinha água mineral potável, hoje a gente tem que pagar caríssimo para poder beber, entendeu? E nós não temos suporte, nós não temos apoio público e muito menos nas usinas não temos respostas de nada e a gente está aqui, eu acho que eu falo em nome, estou representando a comunidade, participo da Associação e a gente não está aqui para pedir apoio, colaboração, nem pena, nem solidariedade, porque solidariedade a gente dá um cachorro quando a gente doa uma ração, a gente está aqui querendo os nossos direitos, a gente está cansada de chegar aqui e relatar, será que aqui ninguém tem olho para ver? Documento, foto é o que mais existe na nossa sociedade da situação que está, fala só em Jaci porque o Jaci é o que está vindo fechar o IBAMA, é o que está vindo fazer manifestação e o DER porque tem o número bom, infelizmente eles não estão aqui, mas, nós representamos Jaci porque nós sofremos tanto quanto Jaci, e, a comunidade de Teotônio só não está mais em peso aqui, porque o ônibus que iria nos buscar não iria meter o ônibus dele na estrada. Isso é porque que estava recebendo, sendo pago. Aí me diz que condições têm um ribeirão que sobrevive da pesca que, inclusive, é proibido pescar, tratado como bandido, tem que vir para ser ouvido por vocês, porque quem é para nos ouvir, quem a gente elege, quem nós votamos, quem nós depositamos confiança, vêem tudo, ou será que vocês não moram no Estado de Rondônia? Ou será que ninguém aqui fica..., só nós os moradores, os ribeirinhos que moramos aqui? É preciso à gente estar vindo aqui se destacar, fazer faixas, fechar BR, porque documento já tem. Documentos, fotos e imagens já têm. Mortes já têm. É preciso mais o quê? A gente não está querendo mais documentos, a gente quer ação. Documentos já têm. Ação. Atua, atua, fazem o que vocês foram votados para fazer. Atuar. É isso que nós queremos. Eu acho que falo por todos aqui, porque eu tenho certeza que é a voz de todo mundo aqui, a gente quer atuação do Poder Público, a gente não quer mais ser ouvido. A gente não quer mais condolências, a gente não quer mais compaixão. A gente quer ação. Vamos esperar mais o quê? Mais a comunidade morrer? Porque já está passando necessidade, já está passando dificuldade. A água! Um País que a gente vive, a água tem para suportar duas usinas e não tem para beber, não tem para lavar uma roupa. E aí chega aqui: “a gente precisa que vocês façam mais documentos, a gente precisa isso aqui cheio”. Cheio como meu povo? Vocês querem que o povo venha para cá como? Não tem nem estra-

da, não tem acesso, não tem transporte. Querem que estejam aqui como? Quem recebe dinheiro para combustível, para o terno são vocês, e vocês não têm condições de ir lá visitar que nem foi feito aqui. Entendeu? Não vão lá nem visitar as comunidades, a gente tem que vir aqui e ainda cobram da gente por não estar presente aqui? Aqui ninguém recebe dinheiro para pagar carro não. A gente está cansado de reuniões e reuniões. Aqui só para falar da nossa situação. Quando é que vocês vão nos reunir para dizer: “olha, vai ser feito isso, a ação é essa”. É isso que a gente quer. A ação, a resposta, a solução e não mais balela. O que está precisando? Precisando todo mundo sabe o que está precisando. Não adianta vocês dizerem: “precisa de documento”. Porque sabe. Ou será que nem o jornal da cidade vocês estão assistindo? Pelo amor de Deus.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado.

A SRA. GIGLIANE DAMASCENO – Obrigada pela palavra.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só a título de informação a senhora, como é o nome dela, por favor. É a Gigliane. Só para te informar Gigliane, que esse processo, qualquer Projeto de Lei que tem interesse do Estado ele tramita aqui de uma forma tão célere e é aprovado.

Segundo, eu mesmo, ali o Geraldo, sabe que nós já visitamos, sou de Porto Velho, outros Deputados já visitamos ali Vila de Teotônio, agora, infelizmente eu não sei se a senhora estava no dia, mas eu já fiz visita, fiscalizações e hoje está ocorrendo isso como eu acompanho o seu raciocínio, a gente está cansado de balela, a gente está cansado de ouvir essas desculpas esfarrapadas, é por isso que nós chamamos aqui nesse dia de hoje, tem vários Deputados, tem várias autoridades, tem várias pessoas, Prefeitos, aguardavam um posicionamento e vê o que Santo Antônio fez para Porto Velho, como bem disse aqui o João. Não é que a gente está cobrando a presença de vocês aqui. É porque com a massa, com o clamor do povo, certamente, os Deputados que estão favoráveis a votar a esse Projeto iriam tomar outro entendimento. Por quê? Eles estão vendo, estão vendo a participação dos senhores e das senhoras. Então, era isso que eu queria registrar. Esse Projeto está nesta Casa mais de um ano, um ano tramitando e nem um Projeto aqui tramita dessa forma. A maioria tem que ter um posicionamento. Vai para a Plenária, vota quem quer, favorável ou contra. Então, como entendemos que já houve erros no passado, o erro que eu falo, como cidadão, eu sou de Porto Velho, nasci e me criei aqui no bairro da Arigolândia e como filho praticamente, não é da terra, mas, eu me sinto muito bem à vontade de falar que sou rondoniense e vejo como foram destruídas as nossas..., aquilo que eu tinha de ideia assim como era, exemplo, Santo Antônio, Vila de Teotônio que tinha aquela imagem ali positiva de fazer um turismo, hoje nós não temos.

Então, é só registro. Eu queria só ouvir todo mundo, delimitar esse tempo de três minutos, os Deputados que estão aqui presentes, a maioria já está tomando uma medida, analisando toda a conjuntura para tentar propor outras demandas. Então, era só isso que eu queria registrar. A senhora tem o direito de falar, de realmente se indignar, porque infelizmen-

te somos abandonados na sua totalidade. Geraldo, a fala agora com o Geraldo Lima, administrador da comunidade Paulo Leal.

O SR. GERALDO LIMA – Bom dia a todos. Meu nome é Geraldo Lima, eu sou representante da Comunidade Paulo Leal, fica próximo do Teotônio. Nós estamos aqui também para reivindicar os nossos direitos como pessoas atingidas e abandonadas, um pouco assim pelo poder público também e pelo descaso da Santo Antônio. Hoje, nós fomos atingidos, no sentido de transporte, acesso, saúde, no setor econômico e ambiental. A gente entrou com um pedido junto ao Ministério Público Federal, tipo assim, uma Ação Indireta. Mas, segundo o laudo do próprio IBAMA, constatou que nós fomos atingidos de modo direto em termos ambientais, no sentido do mosquito mansonista. Nós estamos há 8 quilômetros hoje da beira do rio e segundo os estudos, dizem que esse mosquito, ele é capaz de voar mais de 10 quilômetros fora do foco, segundo os próprios estudos de pesquisas ambientais. Eu queria saber hoje, o que a Santo Antônio vai dispor de compensação para essas comunidades atingidas, não só a Paulo Leal, mas, o Teotônio; Betel; Jaci, tantas outras aí que não pode estar aqui presente. A gente agradece esta Casa, principalmente o Deputado Jesuíno, que tem segurado esta corda, eu sei que não é fácil, a pressão é grande, mas, graças a Deus que a gente achou um Parlamentar que ainda tem o olhar pelo povo, a gente sabe que muitos querem ajudar, mas, na hora da pressão, a coisa muda, a coisa muda. Então, a gente quer saber hoje dos Parlamentares aqui, como é que vai ficar essa situação desse processo, porque toda vez a Santo Antônio não comparece, o próprio Ministério Público convoca e ela faz que não ouve. Como é que fica esta situação? Se o próprio Ministério Público que é uma autoridade que representa o povo, ela faz pouco caso; como é que fica a situação? Quais as compensações que a gente vai receber? Quem vai reparar esses danos? Hoje, nós temos o maior problema com a acessibilidade, nós estamos há cinco anos sem transporte, a empresa que fazia a linha para lá, tirou, porque o povo foi saindo da localidade e não teve como a gente ter um acesso melhor, isso prejudicou na questão da educação, da saúde, o meio econômico, que o fluxo de pessoas foi embora. Hoje dentro da minha comunidade, 50 famílias foram embora. Então, está tendo um êxodo rural em todas as comunidades e esse povo vai para onde? Como é que fica a situação desse povo no final? É isso que a gente quer saber, como é que vai ficar esta situação? Eu agradeço a oportunidade de estar aqui representando e a gente espera que seja tomada uma solução positiva em favor de todos. Bom dia e agradeço.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado Geraldo. Com a fala agora o Cabo Moura, ele se encontra presente, o Cabo Moura. O Cabo Moura não se encontra. O Senhor Presidente do Sindicato da Indústria Extrativista Mineral dos Mineradores do Estado de Rondônia – SINDIRON. Está aí ele? Pastor Rosan. O senhor Antônio.

O SR. ANTÔNIO ELISBÃO DA SILVA – Obrigado aí. Recebi o convite em cima da hora, em cima da hora mais como a gente já vem participando de todos os debates sobre as usinas, eu

vou engrossar mais o caldo ainda hoje, até porque eu já venho debatendo este assunto muitas vezes e todas às vezes que eu compareci a esta Casa aqui, inclusive até com uma Audiência Pública do nosso Léo Moraes que está aqui presente, não estou mentindo, que é verdadeira essa minha declaração. E nunca se fez presente o nosso Ministério Público, eu me lembro que uma vez, eu mandei uma documentação para o Fernando Henrique Cardoso e ele colocou todos os órgãos dele da Presidência da República à disposição nossa aqui em Porto Velho e eu fui, mandei um documento para ele, falando que eu não votava no Ministro dele e cabia a ele colocar os Ministros à disposição da nossa população, se fosse para resolver o problema. A mesma coisa, eu quero falar aqui para Assembleia, que eu cobro é da Assembleia Legislativa que é o órgão de competência para levar as nossas reivindicações ao Ministério Público Federal, Estadual seja ele qual for. Por quê? Nós já cansamos, eu fui atingido diretamente pelas usinas, pela Jirau, e agora eu estou novamente atingido de novo no Abunã, inclusive, quando se fala aqui dos atingidos, não se esqueçam que não é só Santo Antônio Energia não, não é só Santo Antônio Energia, será que a outra está pagando alguma coisa para não ser falada? Não, nós temos que falar das pessoas que foram atingidas diretamente, por essas duas usinas. Inclusive, também nós estamos pagando um preço muito alto na nossa energia, que poderia vir descontado daqueles que foram atingidos diretamente um preço razoável, ou que nunca pagasse então, porque nós fomos atingidos, gente, isso não é brincadeira não. Eu estou com uma pessoa morrendo a míngua e tinha vinte cinco anos que morava no Mutum, e a Jirau, simplesmente disse que não pode pagar porque ela estava em cima de uma área da União Federal. Eu expliquei para os advogados das usinas, eu disse: meu amigo, você não mora no Brasil, não? Porque no Brasil tem Lei, o Brasil ainda tem Lei, e nós podemos acreditar na Lei e na justiça do Brasil. Nós, não podemos acreditar em normativa, todas as cidades do Brasil, foram criadas em cima de APP e ela em cima da União Federal, inclusive a Farquar aqui está toda em cima da União Federal que ainda não transferida para o município de Porto Velho, mas, as pessoas estão em cima morando com sua dignidade. E para ser retirada, a Lei diz que se o cidadão tiver uma posse de terra mansa e pacífica por mais de dois anos e um dia, ele tem que ser ressarcido das benfeitorias feitas no local isso é o que diz a Lei. Então, Ministério Público, eu gostaria que ele se manifestasse e fizesse uso e pagamento daquelas injustiças que foram feitas em todas as duas usinas, em todas aquelas pessoas que foram atingidas, que isso não pode mais continuar num jogo de empurra, empurra, que isso é um jogo desleal para aquelas pessoas de baixa renda. Para quem tem dinheiro meu amigo, é muito fácil você empurrar com a barriga muitos dias, mas, para quem não tem, um dia é difícil demais. Então, isso aqui vai o meu protesto, e eu quero que de hoje para frente não tenha mais Audiência Pública para reparação dos danos causados pelas duas usinas. É só o que eu tenho para registrar, e que façam um registro ao Ministério Público e aos órgãos de competência em todo o Estado, inclusive, em Brasília, que eles lá estão achando que está tudo beleza, mas, não está. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pastor Rosan.

O SR. PASTOR ROSAN – Bom dia a todos! Em nome do Deus a quem eu sirvo, eu creio que só existe um a que todos servem aqui. Mais uma vez aqui nesta Casa, agradeço em nome de todos os Parlamentares Deputado Jesuíno, Deputado Léo Moraes, Deputado Lebrão, Deputado Hermínio, e todos aqui que se encontram. Na verdade, eu me faço presente aqui nesta Casa e muitas pessoas moradores aí do bairro que um dia existiu que foi o bairro do Triângulo; da jusante, acredito que o primeiro bairro a ser atingido. A gente vem mesmo, porque a gente é guerreiro e a gente tem que estar sempre acreditando, viu Deputado Jesuíno, mas, são tantas Audiências e cadê as pessoas da Santo Antônio Energia? Ontem nós tivemos uma reunião com os advogados, eles falam assim: a pauta deles, a fala deles, “eles não têm culpa de nada, quem me acusa? Cadê o Ministério Público? Como foi falado aqui pelo nosso amigo do MAB, cadê ANA? Cadê a ANEEL? Quem que me acusa?”. Então, ninguém me acusa, não tem nada que possa provar. E aí eu falei para ele assim: estão aí as nossas casas que antigamente as cheias eram sinônimo de fartura, estão destruídas casas boas, o bairro do Triângulo totalmente caiu, foi dizimado. E nós falamos para ele dia 12, foi feita uma perícia lá por eles mesmos e falaram que não ia acontecer nada, e nosso bairro foi dizimado por essas usinas, não pelas cheias, vocês nunca vão ouvir da minha palavra, cheia para nós era sinônimo de fartura, Deputado, cheia para nós era sinônimo de que os rios iam transbordar nos lagos e os peixes iam para o leito do Rio Madeira, ele subia, ia subir o percurso natural, cadê agora? Peixe, quem acredita que peixe sobe escada aqui? Isso é história de carochinha, quem acredita que as usinas falam assim para nós: as usinas é água que entra, é água que sai, como é que uma pessoa fala isso para mim na minha mente, quer que eu entenda que a água que entra, é a água que sai? Que ela está seguindo percurso natural, como? Então se fosse assim, então para que eles aumentariam o nível da cota do rio, e vai alagar mais tantos quilômetros de hectares de terras. Como é que eles falam então que lá não é uma barragem, que está barrando a água do rio? Como é que eles têm a coragem de falar para nós, mesmo nós não sendo engenheiro, mas, nós estamos vendo que lá é uma barragem, irmãos, que lá eles barraram e os peixes não sobem mais, pescador está passando fome, nós estamos numa pauta aqui na frente falando já do socioeconômico, se as principais famílias que nem foi falado aqui, que nós estamos desde 2014, dia 14 de fevereiro de 2014 a água entrou nas nossas casas porque estava barrada as usinas, a água estava barrada, inclusive eu perguntei ao advogado: “e o que vocês assinaram lá atrás um TAC – Termo de Ajuste de Conduta falando o quê?”. Que vocês, ainda não tinham preparados os vertedouros, estão virados para o nosso bairro e está tirando o percurso natural do que Deus criou e o resultado é esse clamor de todo mundo aí, é mosquito, é tudo. Vai ali à beira do rio e solta a linha, bem na beira do rio mesmo ali que dava 4, 5 metros, era praia, dá mais de 100 metros você não toca no rio. Do jeito que caiu o bairro Triângulo, pode cair qualquer bairro, Deputado, pode cair Arigolândia a qualquer momento, vamos esperar cair o quê? Eles falaram que nós construímos as nossas casas na beira do rio, que nós somos burros, e eles são o quê, então? Construíram vários empreendimentos aqui, eles são o quê, então? As nossas próprias pessoas que deveriam estar nos defendendo aqui, o Ministério

Público Federal, Estadual não estão aqui, cadê? Não estão aqui. As pessoas que nos defendem que poderiam estar assinando não estão aqui, aí vem 1, 2, 3 Deputados, parabeno a quem está aqui na Mesa aqui, olhem a cara dessas pessoas que estão aqui nesta Mesa aqui, porque a gente está dependendo agora de assinatura que eles vão querer assinar o aumento da cota e se vocês pensarem que eles não vão aumentar, eles vão aumentar, porque nós pegamos nos unimos lá, aqui tem o rapaz do MAB aqui presente, nós terminamos a audiência pública lá com a força do povo, mas terminou, parou a audiência pública lá? Não. Eles vão para o escritório lá em continuam, dá continuidade. Porque os próprios nossos representantes, a lei está contra nós. Ou quem não viu na televisão esse desmanche de dinheiro aí para as próprias pessoas que nos representam, vice-prefeito até que não era nem eleito recebeu dinheiro, senadores receberam dinheiro, e vocês acham que só eles receberam? Aí agora eu falo aqui nesta Casa aqui, as pessoas que assinarem a favor desse levante, é período de eleição, nós moradores, nós da Comissão dos Atingidos pelas cheias que lutamos desde 2014, vamos colocar em todas as redes, nós vamos colocar nos aplicativos, nós vamos pagar jornal, vamos fazer qualquer coisa porque tem que pagar porque se a gente não fizer isso, não consegue, porque falar das usinas aqui, irmão, é como se fosse falar da galinha dos ovos de ouro de alguém porque a nossa não é, porque nós estamos desde 2014 fora de nossas casas aqui, quem está aqui, levante o pessoal do Triângulo aí que estão fora de suas casas, e se a montante do rio está reclamando por alguma coisa, Deputado, em outras comunidades que têm vários prefeitos aqui já falando em socioeconômico, vocês estão de parabéns porque realmente as usinas só vieram trazer, para nós aqui o que vieram trazer? A energia está ficando aqui? A energia ficou mais barata? Veio alguma empresa para cá? Então nós temos que nos juntar aqui todo mundo, prefeitos, todo mundo de todas as comunidades ir lá para aquelas usinas, que pela minha vontade aqui eu ia hoje para lá, porque o meu sonho é um dia fechar aquelas usinas lá, fechar até eles pagarem o último centavo para cada um, as compensações que eles têm que pagar, os royalties, é isso que nós temos que fazer, a gente está cansado de vir aqui falar, falar, falar a mesma coisa, eu não estou aguentando mais de tanto falar, falar de uma coisa que nós estamos cansados de saber que essas usinas vieram só para trazer maldição para cá, rapaz. Será que alguém está falando grego aqui? O que ela trouxe para cá, o que essas usinas trouxeram para cá? Só destruição para as famílias, para pescadores, ribeirinhos, para todos do município, e como eu vejo aqui agora prefeito lá de outros lugares, até os confins do Estado estão aqui hoje reclamando, porque todo mundo está clamando, mas fora vocês que estão clamando, nós estamos clamando porque eu pago aluguel desde 2014 quando eu saí da minha casa eu fiquei um mês fora da minha casa atendendo famílias e até hoje atendo famílias e fora das nossas casas sabe quantas famílias tem em barracas? Sabe quantas famílias tem morando de aluguel? Eu sou uma delas. Então, pessoal o que a gente tem que fazer? A gente tem se unir, fazer todo mundo trocar telefone aqui e marcar um dia e ir lá fechar aquelas usinas, são três entradas, juntar o MAB, juntar a associação, quer fazer alguma coisa? Vocês querem fazer alguma coisa? A gente une as

peessoas e vai lá e fecha, fecha as entradas e embarga aquilo lá. Só assim a gente vai conseguir. Porque aqui MAB vai falar, eu estou há 4 anos falando irmão, se não fosse eu me mobilizar para conseguir auxílio para essas pessoas, para algumas famílias, que eu não quis tirar os tradicionais não, para algumas famílias que moravam que moravam, que são os filhos primogênitos, as pessoas coabitantes que tinham constituído família para colocar em algumas habitações, barganhar alguma coisa com o Governo do Estado que também não foi tão ruim, e o município foi péssimo para nós, a não ser alguns Secretários que conseguiram algumas habitações, a gente não tinha conseguido nada. Então quero falar para vocês, irmãos, vou repetir o que eu falei aqui, eu tenho sangue no olho para falar isso aqui, eu sou homem, além de ser pastor, homem de Deus sou homem e as coisas de Deus lá para trás era constituído o quê? A gente tinha que conquistar irmãos, e se nós não fizemos isso, não nos unirmos cada um com 100, 200 pessoas e ir lá e fechar aquelas usinas e falar: agora aqui nós vamos reivindicar os nossos direitos, como eu fiz com trinta e seis famílias lá. Fechei de manhã e só abri à tarde. Agora tem três entradas e se nós não fizemos isso, nós não vamos conseguir, vai vir aqui, vai falar, vai pedir tempo, vai fazer Ata, eles vão aumentar a cota, outras famílias vão ser prejudicadas, vão fazer outras Usinas e nada vai ser resolvido, porque neste País, amados, por isso que lá para fora é assim: o povo se une e fecha e fecha mesmo. E se não for assim, a gente não vai conseguir, vai ser fala através de fala, porque se falar resolvesse alguma coisa, nós todos aqui já estávamos em nossas casas porque eu já estou cansado de falar. Eu quero agir.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado Pastor. Com a fala o senhor José Ribeiro, Vice-prefeito de Presidente Médici.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra, registrar a presença de Maria Paulina, representante dos moradores do Assentamento Riacho Azul; senhora Márcia Mura, Coletivo Mura de Porto Velho; senhor Iremar Antônio Ferreira, Presidente do Instituto Madeira Vivo; senhora Andréa, Vice-Presidente e a Presidente Lenira Cordeiro Gomes, da Associação de Mulheres Ribeirinhas.

O SR. JOSÉ RIBEIRO – Primeiramente um bom dia para todos aqui. Em nome do Deputado Jesuíno que está aqui coordenando a Audiência Pública nesse dia de hoje, eu queria rapidamente aqui, comentar uns fatos que estão acontecendo com os trabalhos que foram feitos através dessas Usinas Deputado e a todos os Deputados aqui, por exemplo: o caso dos acervos arqueológicos, aquilo que foi tirado durante todo o percurso do Estado de Rondônia de Arqueologia, hoje toda essa produção de material que há milhares de anos estava aí no trajeto da linha, provavelmente se encontra praticamente abandonado. Por quê? Foi feito um acordo com o Museu de Presidente Médici de Arqueologia, que é o único que hoje está documentado no IPHAN no Estado de Rondônia, que tem a documentação para poder se guardar esse material, eu acho que deve estar em torno de cento e cinquenta mil peças, a Empresa na última discussão que foi feita aqui em Porto Velho e até em

Brasília, que nós provocamos o IPHAN, eles alegam que a Empresa até falir, faliu. A empresa que pagaram para fazer esse estudo e a recuperação desses bens que são de nossos antepassados. Artefatos indígenas e um monte de coisas e que para poder fazer a guarda disso correta lá no Museu, que nós tivemos autorização, gastaria em torno de oitocentos mil. Eles tiveram a coragem de oferecer trezentos mil. Com trezentos mil não tem como cuidar disso. Eu tive também oportunidade de conversar com um grupo de produtores rurais por acaso, que eu não sabia dessas histórias direito, lá no INCRA tinha um grupo de produtores e aí eu ouvi de produtores, um aqui no seu pronunciamento colocou sobre o mosquito. Pouca gente em Rondônia sabe o que está acontecendo com este mosquito em Assentamento, pouca gente está sabendo. E um produtor me testemunhou que ele conseguiu juntar de três a quatro quilos de mosquito, em um saco a noite, que as mulheres estão indo embora lá das propriedades, que as crianças estão indo embora e estão ficando só os homens lá. E os cavalos e as vacas só faltam ficar doidos lá na pastagem. Então Deputado Jesuíno, Deputado Luizinho que estão aqui, os outros Deputados ali da 429, está aqui o Deputado Hermínio que é de Porto Velho, eu acho que é a oportunidade da Assembleia Legislativa se envolver e de uma vez por todas resolver isso. Eu estava ali escutando a história dos trinta e poucos milhões, trinta e poucos milhões não assentam em outra localidade, nem o Joana D'Arc. Tem que resolver essa história, aquilo lá vai se acabar. Teve um grupo aqui de Porto Velho que foi em Presidente Médici, e demonstraram lá em Presidente Médici o que acontece através dessas Usinas, o que se provocou na sociedade. As coisas, Jurandir, Presidente da Associação Rondoniense, as coisas são graves! Se nós dos municípios lá embaixo, no centro do Estado onde nós estamos, estamos prejudicados, com certeza tem muita gente prejudicada aqui em Porto Velho. Não adianta se resolver isso aí pela metade. Ou não resolve nada ou se resolve tudo, Deputado Luizinho. Não adianta vocês Deputados autorizarem qualquer coisa aqui que seja pela metade. Tem que chegar nessas Usinas aqui, já que elas estão construídas, parar elas não têm jeito, não tem jeito de parar mais isso, isso vai ser um prejuízo muito grande para o País, inclusive, se acabar com isso. Se abrirem essas Usinas e mandarem a água embora, é o nosso dinheiro que vai para o ralo com certeza. Então vamos deixar essas Usinas funcionarem, mas, pautar aquilo que for preciso. Quantos bairros de Porto Velho se acabaram? Vamos assentar essa população em outro canto. Lá nos Assentamentos, vamos comprar outras propriedades. Vamos comprar outra fazenda no Estado e assentar esse pessoal, porque eles aceitam essa proposta. Eles aceitam isso. A questão da Arqueologia, que colocaram num paiol aí qualquer, é a nossa história que está jogada para as traças aí. A mesma coisa está acontecendo, aconteceu, Deputado Lebrão, nos estudos da 429. As peças que estão resgatadas na construção da 429, dá mais de trezentas mil peças de Arqueologia, e está tudo quieto, está aquele negócio ali. Nós não podemos deixar aquilo parado, a Universidade Federal teve a coragem, eu vou pegar esses estudos, teve a coragem de dá um documento para o DNIT a troco de uma bagatela guardar essas peças, não pode. Aquilo tem que guardar para sempre, tem que ter gente envolvida, naquilo, profissionais. Eles têm que bancar a quantidade de recurso para

poder cuidar disso aí durante muitos anos. As peças do Linhão das usinas aí estão todas abandonadas. Então, nós temos que pautar tudo isso, nunca participei de uma reunião sobre essas causas, é a primeira, eu só estou ouvindo pequenos grupos e pode contar comigo que nós vamos estar; e nós vamos trazer para dentro dessa reunião uma Doutora que tem lá em Presidente Médici, que já fez até Mestrado em Arqueologia que é a Maria Coimbra, ela sabe de cor e salteado, como pautar isso e resolver. Que é a história dos nossos antepassados, Deputado Jesuíno, que está jogado aí dentro de qualquer local. Isso é importante para a gente resgatar isso. Então, parabéns para a Assembleia. E o momento é esse, o momento é esse. É a Assembleia Legislativa, Jurandir, nosso Presidente, é não deixar, se não resolver as coisas, aprovar nada aqui. Vamos conviver com os problemas mais um tempo, mas resolver. Os chineses estão vindo para cá, tomar conta de tudo isso, e os chineses têm grana.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado. Com a palavra agora o senhor Airton Gomes, Prefeito do município de Cerejeiras. Registrar a presença do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho que também participa desta Audiência.

O SR. AIRTON GOMES – Bom dia senhores deputados, Deputado Jesuíno; Deputado Maurão; Deputado Lebrão; Deputado Luizinho; Deputado Hermínio; nosso Presidente Jurandir da AROM; Representante da OAB; representantes dos Atingidos pela Barragem do Rio Madeira; enfim, nossos prefeitos presentes; nossos vereadores; toda a comunidade ribeirinha de Porto Velho e região. Nós aqui, nós do município do interior, nós gostaríamos de levar ao conhecimento dos senhores, que desde que as usinas foram instaladas aqui, deputados, os nossos municípios do interior, o índice do ICMS do município de Porto Velho era de 22%, dos 100% do bolo da distribuição para todos os municípios, dos 52 municípios, Porto Velho tinha 22%, hoje Porto Velho está com 35%, por causa das usinas. Então Porto Velho está ganhando sim, e muito. Isso representa 165 milhões, Deputado Luizinho, que está deixando de ir para o município do interior e ficando no município de Porto Velho. Infelizmente, como nesse Brasil quase tudo foi feito errado e continua sendo feito errado; foi projeto errado que foi feito na época que não contemplou que vocês moradores em torno do Rio Madeira fossem contemplados. O projeto não contemplou que vocês pudessem ser beneficiados com o que está acontecendo com vocês, hoje, do alagamento. Agora nós aqui, nós prefeitos do município interior, principalmente com os nossos deputados, Presidente da Assembleia, nós estamos querendo uma solução e essa solução, e essa solução não é para beneficiar nós do interior e prejudicar vocês como vocês já estão sendo prejudicados. Entendemos perfeitamente a colocação de cada um de vocês que estiveram aqui presente, deputados e representantes das comunidades em torno do Rio Madeira. Agora, o que acontece, que nós municípios, nós não estamos conseguindo nos manter mais de pé, essa é que é grande realidade. Nós estamos muito longe da Capital e ficamos aqui para essa reunião importantíssima, para esta Audiência pública, Deputado Jesuíno, e quero parabenizar ao senhor por essa iniciativa, Presidente Maurão também, e os deputados presen-

tes e os demais deputados, porque realmente precisamos de uma solução. E a solução, se não passar por esta Casa de Lei, ela vai vir de cima para baixo, e nós vamos perder o pouco que estamos pleiteando. Agora, precisamos realmente costurar essa solução e que saíamos com a solução, Deputado Lebrão. Solução essa que jamais queremos prejudicar vocês, jamais, esse não é o nosso pensamento. Temos conhecimento de todos os fatos relatados por cada um dos representantes de vocês que estiveram aqui presentes nesta tribuna aqui. Enfim, Deputados, era isso que eu queria colocar. Então, Porto Velho está ganhando sim amigo, e muito dinheiro. Agora, Porto Velho não é culpado por isso não! E muito menos nós, muito menos nós. Projeto errado que foi feito no passado e as consequências está aqui. Desde 2014, como foi relatado aqui e, a tendência, a tendência, isso é fato real, mui digno representante da OAB, Porto Velho, daqui 10 anos, vai ter 40% do índice de ICMS do Estado de Rondônia. Enfim, nós municípios do interior, municípios menores não vão ter condições mais de se manter, nem pagar a folha de pagamento. Meu muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Com a palavra, agora, o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Saudar o proponente desta Audiência Pública, Deputado Jesuíno; nosso Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa; Deputado Lebrão; Deputado Léo Moraes; Deputado Hermínio Coelho; todos os Prefeitos; Vice-Prefeitos que se fazem presentes; cumprimentar todo público que participa desta Audiência Pública. Eu ouvi atentamente e por muitos meses nós temos discorrido sobre este projeto na Casa. Cumprimentar aqui, em nome do Jurandir, todos os demais membros da Mesa. E a gente vê com preocupação. E quando eu ouvia a representatividade dos municípios, depois ouvia os Prefeitos, o Vice-Prefeito Zé Ribeiro, o Prefeito Airton, aí eu ficava imaginando os meus municípios. Aí eu olhava lá para o município de Pimenteiras, o Prefeito Vito, um dos municípios que eu tenho o maior carinho. Município pequeno, que ele exatamente se divide com o rio Guaporé. Aí, depois eu vim pensando nos meus amigos Prefeitos, eu fui lá ao Prefeito Mirandão, lá de Costa Marques. Lá, a cidade se divide com o rio Guaporé. Ele está à margem da cidade. Aí o Zé Ribeiro falando, eu me retratei da nossa querida Presidente Médici, está à margem do rio Machado. Aí eu me lembrei do meu colega Deputado Cleiton Roque, que tem a esposa Prefeita de Pimenta Bueno, que está à margem do rio Pimenta. Depois eu me lembrei do Prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo, que está à margem do rio Machado. E aí, Candeias do Jamari, nosso vizinho, à margem do Jamari. E assim não é diferente com tantos outros municípios de Rondônia. Como nós poderíamos citar, lá no extremo norte do nosso Estado, Guajará-Mirim e depois nós citarmos no extremo, divisa de Mato Grosso, Machadinho também será construída uma usina e que também é margeada por um rio. E eu entendo muito o clamor de cada Prefeito aqui. Eu sei quantas e quantas vezes os Prefeitos se deparam conosco para pedir uma emenda de R\$ 10 mil, R\$ 10 mil! E hoje nós temos a oportunidade, através da aprovação desta lei, de conceder a cada município, R\$ 900 mil. Mas aí eu fico pensando,

quem está vivendo esse momento drástico não é a cidade de Porto Velho, são as pessoas que aqui moram, as pessoas de Porto Velho. Só que hoje, quem está vivendo esse drama são as pessoas de Porto Velho, não são as pessoas dos municípios que margeiam esses rios que eu falei, só que poderia ser o inverso. E se fossem os Prefeitos daqueles municípios que estivessem passando por isso, será que R\$ 900 mil para cada município sanaria ou compensaria a dificuldade que essas pessoas estão vivendo? É porque tem muita gente que não sabe o que eles estão vivendo. Eu, por capricho e responsabilidade, tanto quanto eu tive em todos os meus três mandatos, eu visitei todos os distritos. Eu converso com os Deputados que aqui nasceram, que aqui representam, que foram eleitos por aqui, que são 8 nesta Casa, e o discurso é um só: famílias destruídas, prostituição, droga, falta de segurança, falta de emprego, e isso nós temos que pesar, nós temos que pesar. E quando a gente pesa isso, eu, desesperadamente pedi para o Governo de Rondônia, que muitas vezes eu ouvi falar de governo municipalista, eu pedi ajuda, mas o governo não mandou essa ajuda que seriam esses R\$ 900 mil. Eu propus para a Assembleia Legislativa para nós fazermos, juntar todas as emendas e arrumar os R\$ 900 mil. O governo liberava tudo de uma só vez. Eu volto a dizer que os Prefeitos dos municípios precisam dos R\$ 900 mil, mas temos uma outra saída, que não depende desta lei. Presidente da Assembleia, Deputado Maurão, nós estamos terminando de construir o prédio da Assembleia, estamos mobiliando o prédio da Assembleia, e o Deputado Maurão é municipalista, já foi Prefeito, vocês todos aqui prefeitos, vices, representantes das Prefeituras sabem do carinho que o Presidente Maurão tem para com os municípios. Então nós podemos fazer ainda uma economia e este ano, como nós não temos mais custos com a construção daquelas obras, talvez, nós ajudarmos os municípios para sanar parte disso. Agora, eu não sou contra ajudar os Municípios até porque se tem um defensor dos municípios sou eu. Eu já ouvi de Prefeito falar assim: ah! Luizinho, você tem que ir com mais calma porque tem hora que você apela. Eu apelo sim, mas, não é para mim, é para defender a minha região, é para defender os Prefeitos, é para defender as pessoas e aí eu me deparo com uma situação como eu vi ontem o relatório que eu tenho o maior percentual das Emendas pagas. Mas, é porque eu apelo, porque se eu fosse frouxo eu era engolido. Então, as pessoas que estão defendendo uma causa não podem ser frouxas, tem que ir para cima mesmo, tem que ir para cima mesmo. Nós estamos recebendo R\$ 80 milhões das compensações das Usinas, hoje, porque eles estão querendo vender ou já venderam as usinas para os Chineses e aí eles vieram e ofereceram a migalha de R\$ 80 milhões, mas há mais de um ano, aquele rapaz ali, Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia, foi acometido de um câncer e foi curado e criou uma obrigação dentro do seu coração de ajudar as Instituições de tratamento de câncer e nós pedimos R\$ 5 milhões para essas Usinas, R\$ 5 milhões para construir o Hospital do Câncer, o Hospital do Amor, para salvar vidas, as Usinas nem resposta deram, nem respostas deram. E eram só R\$ 5 milhões. Então, para vocês verem que nem tudo que eles vendem é verdade, nem tudo o que eles vendem é verdade. Voltando a falar da minha região. Pimenteiras, menor município de Rondônia. Rondônia, tem muitos anos de criação e até hoje

Pimenteiras não é ligada de asfalto de Pimenteiras aos demais municípios do Estado. Agora, está tendo uma obra lá. Menos de R\$ 40 milhões de reais. Dinheiro que foi pego emprestado pelo Governo do Estado, R\$ 40 milhões para fazer um pedaço de asfalto de um município de Rondônia que ainda não está ligado por asfalto, só que essas usinas por irresponsabilidade e mau planejamento ou má fé por grandes interesses criaram o reservatório, alagaram a BR 364. A BR 364 dentro do que foi alagado significa mais do que o asfalto de Pimenteiras que está sendo construído e não foi reparado uma só vez, já foi duas ou três e está precisando ser reparado de novo. Não são as Usinas, Deputados, que pagam a conta, é o cidadão brasileiro que está pagando a conta. Os Distritos, nós temos Distritos que foram alagados que são muito maiores do que algumas cidades de Rondônia. Nós temos muitos Prefeitos aqui que as suas cidades são menores do que os Distritos que foram alagados ou parte dos Distritos que foram alagados. Então, vejam só o que é que nós estamos discutindo. Não é brincadeira não. Eles nos ofereceram R\$ 80 milhões, em torno de R\$ 80 milhões, mas eu vou lê para vocês daqui a pouco que nós podemos trocar R\$ 80 milhões por R\$ 5 bilhões que eles já devem para o Estado, que eles já devem para os municípios, que eles já devem para as pessoas, que eles já devem para Porto Velho. Esta semana veio a esta Assembleia Legislativa um Projeto para criação de 11 Parques Ecológicos, 11 Parques Ecológicos. Os outros Deputados vão falar daqui a pouco, não atingiram a minha região, mas atingiram muitas regiões do Estado e aí daqui a pouco os Deputados que vão falar que tem mais conhecimento das regiões atingidas vão falar. Sabe o que a Assembleia fez? A Assembleia determinou a revogação do Decreto do Governo onde criava esses 11 reservas e hoje está aí todos os Deputados sendo achacados por vários órgãos ambientais do Brasil porque nós tomamos essa posição. O problema é que o Governo cria porque diz que precisa esses órgãos. Só que ao mesmo tempo as usinas vão destruir três Parques Ecológicos, três, que não tem ninguém em cima praticamente, mas, que serão destruídos que já são reservas homologadas, homologadas. E porque é que nós vamos dá para as usinas o que nós vamos tirar das famílias de Rondônia? Isso não é lógico, isso não é justo, isso não é justo. E quem defende aquele alagamento é porque não teve a sua propriedade retirada pelas mãos desses Parques que foram criados. Porque se tivesse doendo nele, se tivesse doendo na pessoa, com certeza, com certeza hoje a posição era contrária também a destruição desses três parques.

Para encerrar, quero deixar muito bem claro, eu sou extremamente a favor de ajudar todos os municípios de Rondônia; o problema, é que lá no passado, lá no passado, o Deputado Luizinho, os outros 23 deputados desta Casa, o Governador, vice-governador, AROM, Prefeitos de Rondônia, todos órgãos competentes, inclusive Ministério Público, Ministério Público Federal, FIERO que é a Federação da Indústria de Rondônia, população ribeirinha que está aqui e muitas outras pessoas. Nós fizemos passeata a pé, saindo da FIERO, passando pela Assembleia, indo até o antigo Palácio do Governo, pedindo: Usina Já, Usina Já, Usina Já. Só que, nós fomos enganados, nós fomos iludidos. Então, essa culpa, esse erro de não ter resolvido o problema dos municípios lá no passado, é de todos nós, de todos nós; porque nós erramos, naquela época

se nós tivéssemos feito o Governo Federal ter pelo menos feito a transposição dos servidores do Estado para União, que era direito nosso, não era a favor da União, era direito nosso; se nós tivéssemos feito, se nós tivéssemos feito com que o Governo Federal perdoasse aquela dívida do BERON, que também não é dívida nossa; seria muito mais viável, teria sido muito mais lucrativo, teria atendido todos os municípios de Rondônia de uma forma muito melhor do que foi atendida com todas essas balelas que foram criadas por essas usinas. Teve um senhor aqui, se eu não me engano, o senhor Antônio, eu acho que está aqui e ele falou da ausência de alguns órgãos e aqui citou o Ministério Público. Então, quero dizer seu Antônio, não em defesa do Ministério Público, mas só para dizer que nós recebemos no dia 18 de dezembro de 2017, um ofício de nº 3607, de 2017 da Procuradoria da República, através do Ministério Público Federal e entre todas as suas considerações, tem algumas que nos chama atenção. Quando eu falo de trocar oitenta milhões por cinco bilhões, é verdade, isso já está em andamento e aqui nós temos entre elas o objeto; ACP contra elevação da cota da usina, por causa dos parques também; em defesa dos direitos dos moradores afetados da Vila Franciscana, em decorrência da construção da UEH Santo Antônio pleiteando anulação de novas providências públicas do SAE; refazimento de estudos de impacto ambiental em decorrência das cheias do Rio Madeira; em defesa do moradores do Reassentamento Santa Rita, afetados em decorrência da operação da Santo Antônio; já foi uma outra parte depois que começou operar, já gerou mais um problema; em defesa dos moradores do Reassentamento Morrinhos, ou seja, foram reassentados e passaram a ter problemas; afetados em decorrência da operação, não é da construção, olha só, foram reassentados; quando a usina entrou em operação, ela trouxe problema para o Reassentamento; em defesa do monitoramento do Joana D'Arc e esses mosquitos, Zé Ribeiro, você falou, deve ter saído daqui, infestação dos mosquito mansonia. Em defesa dos moradores do Reassentamento Riacho Azul, afetados em decorrência da operação da usina. Acompanhar implementação de medidas de compensação social econômica das usinas; apuração das condições sociais de garimpeiros, dragueiros e demais; danos e prejuízos causados pela Santos Antônio no próprio Rio Madeira e na questão da classe pesqueira, da classe pesqueira; medidas adotadas para garantir a subsistência e dignidade das famílias atingidas pelo Complexo do Madeira; possíveis irregularidades no Assentamento Agrovila Novo Engenho Velho; medidas implementadas na proteção das pessoas atingidas pelo desbarrancamento acelerado da margem esquerda do Rio Madeira. Garantir direitos atingidos por barragens notadamente de famílias que residem nos Projetos de Assentamento Joana d'Arc I, II e III. Impacto suportado pela Comunidade de Paulo Leal, descumprimento de condicionantes, essa é extremamente importante. Descumprimento, eles descumpriram, o que eu falei lá no passado, descumprimento das condicionantes e ações previstas na execução do plano básico das usinas, eles descumpriram, eles são obrigados a cumprir. Subdicionamento dos impactos, nós estamos falando, mas, nós não temos aqui ninguém das usinas que são interessadas parte interessada para provar que eles fizeram estudos que não vão impactar mais ainda a vida das pessoas e o meio ambiente. Medidas para proteção das pessoas atingidas pelo

assoreamento, olha essa. Nós estamos aqui com vários Prefeitos de grandes regiões produtivas, seu Airton, produtor rural, Pimenteiros, enfim, vários municípios de Rondônia, assoreamento acelerado da margem do Rio Madeira, em decorrência da abertura das comportas da usina. Se nós já temos problemas com as nossas balsas para escoar nossa produção, imagina se nós deixarmos assorear ainda mais esse rio. Então, meus amigos diante de tudo isso que foi exposto por órgãos competentes, vem o Ministério Público Federal e recomenda, recomenda, recomenda aos Deputados Estaduais de Rondônia, e ao Governo do Estado de Rondônia, que não aprove o Projeto de Lei Complementar 102 de 2016, enquanto as medidas acima elencadas não forem adotadas ou vez tomadas, revelarem que o prejuízo para o Estado de Rondônia, tanto ambiental quanto social e financeiro, será ainda maior que o benefício que eles nos oferecem, ou seja, uma migalha. Então, meus amigos, a palavra está franqueada, e diante de todos esses fatos aqui elencados e que não são todos os que deveriam estar. Eu só gostaria de deixar uma pergunta. Se vocês estivessem no meu lugar, se você tivesse a oportunidade do meu voto, como é que você votaria? Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com a palavra agora, Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Bom dia a todos! Acho engraçado, quantas Audiências Públicas não já teve? E esta Audiência Pública aqui, eu estou sentido aqui até porque saiu uma matéria aqui de um Deputado Estadual Adelino Follador, que até um dia desses, que até antes de ontem era 100% contra esse negócio. E saiu; eu estava vendo ontem nas redes sociais, dizendo que ele tinha feito um acordo já com as usinas, já tinha feito um acordo com as usinas e que estava tudo acertado. Eu queria saber essa mágica que esse povo muda tão rápido de opinião, ficou um ano e meio aí, indo a Jaci, indo a monte de lugar aí dizendo que era contra 100% e de repente, ele foi o salvador da pátria e resolveu. Eu estou vendo esse espaço aqui, esse palco aqui como se fosse, como se fosse para sacramentar, sacramentar de vez a desgraça que essas usinas causaram e está causando e que vai causar enquanto nós tivemos vida, enquanto a gente tiver vivo, a gente vai sofrer as consequências dessas usinas. O MP é muito claro, o Deputado Luizinho, citou aqui, o MP, ele deixou claro tanto o Estadual como Federal, orientou esta Casa e orientou o Governo, que nós autorizássemos aumentar qualquer tipo de situação de cota de barragem, nós estaríamos cometendo, destruindo provas, destruindo provas que está em processo, os processos estão em andamento para possíveis indenizações a milhares de pessoas que sofreram as consequências. Agora, eu fico observando aqui, falar em R\$ 81 milhões, como se R\$ 81 milhões, é lógico que para nós aqui R\$ 81 milhões é muito dinheiro, mas, para eles não é nada, pelo estrago isso é merreca, isso é troco. Eu acho impressionante sabe o que é? O Governo de Rondônia, Deputado Jesuíno, o Governo de Rondônia, quando surgiu essa conversa das usinas aqui, o Governo Federal na época o Presidente Lula concedeu para Porto Velho, só para Porto Velho R\$ 700 milhões de reais como compensação pelos danos que as usinas iam causar ao muni-

cípio, R\$ 700 milhões para água e esgoto aqui no nosso município, perderam, ficou 10 anos o dinheiro na Caixa Econômica aqui em Porto Velho e esse dinheiro voltou, perdemos esse dinheiro. Agora nós perdemos R\$ 700 milhões por incompetência, por um monte de coisa ruim aí nós vamos aqui achando que R\$ 81 milhões é alguma solução, de quê R\$ 81 milhões? Eu quero perguntar aqui para o pessoal de Jaci, o pessoal do Triângulo, todos que foram afetados diretamente por essas barragens, eles estão oferecendo R\$ 30 milhões para Jaci-Paraná agora para poder aprovar para aumentar mais a desgraceira, para aumentar a tal da cota, e o sofrimento e tudo isso que as duas usinas causaram a Jaci foi de graça? Não tem nada? Eles querem dar para Jaci agora R\$ 30 milhões para aumentar mais a quota e a desgraceira que causaram para Jaci não tem indenização nenhuma? Quer dizer que eles não têm obrigação nenhuma de fazer nada por Jaci pelos que eles já fizeram, já causaram a Jaci e outras comunidades aí? Agora não, para poder dar R\$ 30 milhões para Jaci precisa-se aumentar mais 80 centímetros na cota, lógico para aumentar mais ainda os problemas. Isso aqui é sem lógica, é sem lógica, esse debate aqui, nós estarmos discutindo isso aqui, e outra coisa cadê o Confúcio Moura? Quando foi que o Confúcio Moura abriu a boca para falar alguma coisa? Ele tinha que estar aqui, cadê o tal do Hildon, Prefeito Hildon? Cadê o Prefeito Hildon? Cadê o tal do consórcio? Agora reúne aqui Bengala, Adelino, aí traz aqui, eles trouxeram Ônibus inclusive pago, eu estou sabendo pago pela Santo Antônio, traz alguns moradores de Jaci aí vem um lado contra e outro lado a favor, aí aqui numa reunião, numa discussão bastante tumultuada aí diz que chegaram num acordo, eu quero saber que acordo é esse. Nós não podemos aprovar essa discussão até porque é a última arma que se tem para a gente poder tentar recuperar alguma coisa seria esse aumento dessa cota, da forma que está sendo conduzido está sendo de forma irresponsável, de uma enganação tão barata, porque o problema nosso do povo brasileiro, principalmente de Porto Velho e de Rondônia é que nós somos enganados muito fácil, qualquer conversa fiada nos engana. Por isso eu não vou ficar quieto, vou denunciar, se esta Casa aprovar este projeto autorizando essa cota da forma que está sendo discutido e principalmente eu vendo os prefeitos aqui, vocês tem direito a muito mais de um milhão pelos prejuízos, cada município tem muito mais direito pelos prejuízos que essas usinas causaram para cada um, é lógico que um milhão aqui para a maioria dos municípios pequenos ajudaria bastante, mas aí nós vamos ajudar para que vocês recebam um milhão que eu não tenho nem certeza se vai receber porque esses caras dão o cano em todo mundo, mas deve até pagar porque é uma merreca, isso aí é uma balinha lá na boca da criança para calar o choro da criança. E o pastor falou muito bem, e o bairro Triângulo que era um bairro simples, pobre, mas era digno, esculhambaram a vida, eu estou falando em Triângulo, mas foram vários aqui em Porto Velho e os ribeirinhos todos, tanto para cima quanto para baixo. Nazaré se acabou, São Carlos, Calama foram indenizados e esta Casa autorizou R\$ 9.800.000,00 para o Governo tirar vocês lá de perto do rio e puxar para cima, até agora não puxaram, não fizeram um barraco ainda. Inclusive, desviaram esse dinheiro, R\$ 9.800.000,00 que nós aprovamos nesta Casa. Por isso o modus operandi desse consórcio e dessa Odebrecht continua, a Lava

Jato não ensinou eles não, continua, continua do mesmo jeito jogando sujo e infelizmente as nossas principais autoridades daqui que é o Governo e o Prefeito estão comprometidos. Aí cadê Hildon? Cadê Confúcio? Cadê eles? Não, estão se escondendo do povo. Quando o Pastor falou aqui quantas vezes há anos atrás eu não chamei para nós fecharmos essas usinas, eu chamei um dia o Confúcio estava sentado aqui nesta Mesa, o último dia que ele pisou nesta Casa, Jesuíno, falei 'Confúcio, quer resolver o problema da transposição? O problema da dívida do BERON, o problema dos nossos ribeirinhos? Vamos lá para as usinas agora'. Sabe o que foi que ele fez? Ele saiu correndo com medo desta Casa no colo do Coronel e nunca mais pisou nesta Casa, faz 5 anos, nunca mais o Confúcio Moura pisou nesta Casa, nunca mais ele pisou nesta Casa. Por isso meu voto é contra 100%. Para mim se essas usinas derem o céu ao povo de Rondônia e de Porto Velho eu voto contra, primeiro porque eu sei que eles não vão dar nunca o céu e dessa forma que está sendo feito está errado de novo, lá na frente vai vim tudo de novo dizendo que teve negociata, que teve isso, que teve aquilo. Porque como foi citada aqui essa questão de R\$ 81 milhões, infelizmente, isso para eles, Deputado Luizinho, isso é nada e não chega nem perto, porque é como eu falei para você, e o prejuízo? É uma pergunta que eu faço aqui: cadê o prejuízo? Vamos citar o exemplo de Jaci. Eles estão querendo dar R\$ 30 milhões para Jaci, estão oferecendo agora R\$ 30 milhões para Jaci para poder aumentar mais um problema ainda de Jaci, é demais gente. E o que Jaci já sofreu. O que é que Jaci vai ter pelo que já sofreu? Porque é uma coisa sem lógica. E os municípios de Rondônia, vocês tiveram no final do ano passado aqui e vieram com uma proposta para tirar dinheiro de uns Fundos que diz que não estava usando no Estado para acudir os municípios. Aí disseram que não podia que era inconstitucional que era ilegal que não podia. Quando vocês viraram as costas eles tiraram todos os Fundos e deram para cobrir os rolos do Pimentel, para cobrir os rolos do Pimentel. Por isso que eu sinto muito, mas jamais eu posso compactuar com um processo deste porque os municípios vão pegar um milhão de reais em detrimento da desgraceira de milhares de milhares de ribeirinhos e de pessoas aqui do município de Porto Velho e região. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado Deputado Hermínio.

Vou passar a palavra para a senhora Gislaíne Clemente, a Prefeita Lebrinha.

O SR. LENILSON GUEDSE (Mestre de Cerimônias) - Registrar a presença do senhor Carlos Venâncio Presidente Regional da Federação Nacional dos Comunicadores; Sr. Raimundo Nonato Presidente do Conselho Estadual de Saúde; e Sua Excelência Sr. Deputado Edson Martins.

A SRA. GISLAÍNE CLEMENTE – Bom dia a todos. Às vezes não tanta alegria de estarmos aqui hoje, mas necessário. Então assim parabenizar o Deputado Jesuíno pela iniciativa de estar fazendo esta Audiência; da mesma forma o Deputado Maurão que tem sempre ouvido os Prefeitos aqui reunidos hoje. Grandes guerreiros que tem sofrido bastante, também. E eu vi que muitos reclamando às vezes de estarem em audiência e con-

versando. Mas vocês estão tendo a oportunidade hoje das áreas alagadas de serem ouvidos. Nós Prefeitos não tivemos uma Audiência Pública para debater os assuntos que também seríamos afetados. Nós municípios também fazemos parte desde Estado, e também somos, sim, deputados, atingidos pelas usinas hidrelétricas. E por isso nós estamos aqui hoje, aproveitando desta Audiência Pública que é de vocês para nos mostrarmos sensível a causa de vocês. E que vocês também se mostrem sensíveis a causa dos outros 51 municípios. Vou cumprimentar a todos os outros deputados que se fazem aqui presentes; aos representantes das comunidades; também da OAB. E que vocês possam também enxergar os outros 51 municípios aqui do Estado. Aqui muitos disseram que a gente vem lutando por conta desta queda de ICMS no restante dos municípios do interior, que hoje Porto Velho está sendo beneficiada em muito. Eu digo não vocês população, mas o município de Porto Velho está sendo beneficiado com um valor muito maior. E nós enquanto interior tivemos uma queda abrupta de ICMS dentro do Estado. Muitos aqui dizem que não acreditam em nossa legislação brasileira, mas eu, assim os Prefeitos acreditamos. Porque o juiz ele dá 24 horas para nós comprarmos um medicamento. Ele não quer saber se nós estamos com queda de ICMS, ele não quer saber se as Usinas abalaram ou não abalaram os municípios do interior. Então, esta Casa de Leis tenho certeza, Deputado Luizinho, que pode fazer com que a Legislação se cumpra, sim, para as usinas assim como é cumprida conosco lá Prefeitos, que hoje não estamos conseguindo nem pagar as nossas Folhas de Pagamento. Nossa população também está sem os seus serviços básicos de saúde e de educação. Tenho certeza que esta Casa sentando juntos, debatendo o assunto, vamos conseguir chegar a melhor situação. Eu ouço aqui falando de esmolas de R\$1.000.000,00. Para nós municípios, hoje, não é mais esmola. Nós estamos em um sufoco tão grande que um milhão seria muito para nós. Mas que venha dois milhões, que venha três milhões que venha quatro milhões, dez milhões. Nós precisamos, sim, cada vez mais sermos enxergados por esta Casa de Leis. Assim como vocês estão sensibilizados com os moradores, sensibilize também com os outros 51 municípios, Deputado Hermínio, Vossas Excelências são da Capital, mas olhem também para os 52 municípios do Estado de Rondônia. Nós também somos atingidos pelas Usinas e precisamos ser vistos. Muito obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Com a palavra o deputado, vou colocar deputado... Tem os Prefeitos aqui. Eu tinha um Advogado representando Baixo Madeira, está ali de óculos. Vai falar? Porque tu tinhas pedido aqui em petição, não é você não?

Então vou passar para os Prefeitos. Prefeito Olivino Luiz Donde. Está aí?

O SR. OLIVINO LUIZ DONDE – Aqui eu quero dizer em nome do Presidente da Assembleia, o Deputado Maurão, cumprimentar a todos os deputados que estão presentes; e aos Prefeitos também que estão aqui, a maior parte estão de cabeça baixa, esperando uma resposta boa aqui do nosso Presidente da Associação dos Prefeitos. Entendo com maior carinho, é bom que a gente se inteira mais dos fatos, da briga que vocês têm aqui em Porto Velho, sobre as barragens. Mas a dificuldade do nos-

so município também é muito grande. Eu vim com o maior carinho, eu acho que se tem que lutar pelos direitos deles, isso era de ter resolvido já, e espero que se depender do apoio dos prefeitos, chamar os prefeitos para cobrar juntos, a gente está disponível também. Mas eu trago aqui as dificuldades dos municípios. Por ser um município hoje mais longe do Estado de Rondônia, hoje ele está dentro dos três primeiros municípios do Estado de produção de grãos, com 2.500 habitantes. Então, é um povo trabalhador, um povo que espera mais do prefeito. Hoje mais de 1.700 quilômetros de linha rural, mais de 1.700 quilômetros de linha rural para manter o nosso município. Produção entre 7º e 8º, também, de produção de gado de corte, de leite e de crias. E, nós temos dificuldades sim de tirar da lavoura. Hoje você vê, nós temos máquinas no nosso município que nós vamos tirar; município vizinho, município de Cabixi, nós vamos conseguir tirar só na época da seca, ele fica lá atolado e não conseguem tirar essa máquina. Então, nós precisamos desse recurso sim para o município. Muitas vezes, também, a gente pede o apoio para as classes, seja essa ou aquela classe, que não atrapalhe a outra classe. Nós estivemos essa semana, no nosso município, perdendo soja com tempo bom, porque os caminhões estavam parados na BR, cercado aqui na BR por outra classe. Então, vamos atingir, vamos brigar pelos direitos sem atingir outras classes. Já vi um caminhão um dia inteiro parado na BR carregado e está faltando lá na lavoura para carregar o produto que a colheitadeira está colhendo. É difícil, nós Prefeitos somos cobrados nessa parte. Também para ajudar o nosso município a gente vem tendo comentários desde março do ano passado, que tinha uma emenda federal de bancada, que vinha diretamente para o Estado, para comprar maquinários para os municípios, mas as leis que hoje criam, os próprios empresários querem vender seus maquinários para os municípios, para o Estado, eles ficam entrando com liminar e quando ver passa um ano; passa dois e o município não tem seu maquinário para atender a população que mora lá no sítio, que a produção tem sair. Hoje a minha cidade, eu considero uma das cidades maior do Estado de Rondônia em produção, ela é pequena de população, mas grande em produção. Arrecadação de ICMS e muito boa, mas se a gente perder, também, e não conseguir tirar de lá, a gente cai, também e muito. Então, eu espero que, quando os prefeitos forem chamados para Porto Velho e minha parte, estou falando da minha parte, os prefeitos saiam com a solução, resolver os problemas dos municípios. Que eu moro longe, o Prefeito de Corumbiara mora longe, muitos prefeitos, de Cerejeiras mora longe. A gente, muitas vezes chega aqui e sai de cabeça baixa, não se resolve nada. Fica uma discussão, assim, de várias entidades e os prefeitos ficam na mão. Então eu acho que, quando é para resolver os problemas dos municípios, trazer os prefeitos, sentar numa mesa redonda e se discutir isso aí. Porque a gente não pode vir de longe, vir de 900 quilômetros para vir aqui ouvir discussão de várias entidades. Eu quero ouvir a minha, lá do meu município, resolver o meu problema, quando for os de outras entidades resolverem os problemas deles. Mas vamos resolver os problemas deles que é necessário e muito importante, vocês têm o direito de brigar, agora nós temos que ver o direito do nosso município. Nós não podemos estar aqui para resolver tudo numa hora só, vamos

resolvendo em partes. Eu estou vendo aqui todos os prefeitos de cabeça baixa, o que até ontem tinha áudio que não precisava mais ficar que estava tudo resolvido. E eu acho que a gente vai voltar para casa pior do que a gente chegou. Então eu acho que a importância hoje é os 52 municípios que fui convocado para discutir na área dos 52 municípios, dos nossos 51. E, eu estou vendo que a gente não vai ter isso. Então, eu quero pedir o apoio dos deputados aqui, que pensa pelos municípios, pensa. Agora a barragem tem que resolver os problemas desse pessoal que o sítio deles, a chácara alagou, tem que resolver e tem que ir para cima mesmo, tem. Mas eu vim aqui resolver o problema do meu município. E quero que de um jeito ou de outro saiam daqui os prefeitos de cabeça baixa ou cabeça erguida. Porque nós não podemos ficar vindo aqui de uma distância dessa para resolver dez problemas em uma só Audiência Pública. Vamos resolver os nossos problemas, que eu tenho certeza que os municípios ganham e a população tem que vir aqui na hora para resolver os problemas deles e a gente vir aqui escutar que sejam resolvidos os problemas deles. É isso que eu quero dizer. Meu muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - O Prefeito Cornélio, Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Prefeito Cornélio, Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé.

O SR. CORNÉLIO DUARTE – Bom dia a todos. Quero saudar o Deputado Lebrão, Deputado Jesuíno, Deputado Edson, Deputado Maurão, que estava por aqui; Deputado Léo Moraes; meu amigo Jurandir, representante do MAB, representante da OAB, saudar a todos com um bom-dia e no mesmo momento saudar meus amigos Prefeitos do Estado de Rondônia com um bom-dia e todos aqui presentes. Um milhão e seiscentos habitantes no Estado de Rondônia, e aqui está o verdadeiro representante desse povo todo, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Brigamos por direitos iguais! Neste momento, como baluarte do meu município, como representante legal, eleito legitimamente por aquela população, com mais de 50% da votação de São Miguel do Guaporé, eu venho aqui reivindicar também o direito do meu povo, que eu represento neste momento. Quero dizer a todos os Deputados Estaduais que não viemos aqui medir força com ninguém. Nós viemos aqui clamar por apoio, clamar principalmente o setor financeiro, porque ali no meu lugar, há mais ou menos 15 minutos, eu recebi um telefonema onde um paciente de São Miguel do Guaporé precisa de uma cirurgia urgente, que nós poderíamos resolver no município. E nós vamos ter que usar a pouca estrutura que nós temos para trazer esse paciente aqui para Porto Velho e sabe Deus como é que vai ser atendido. Longe do seu habitat, longe dos seus familiares, e a expectativa de vida é muito pequena. Quero dizer para vocês que um milhão de reais hoje não resolve o nosso problema, mas nos ajuda muito. E também dizer que na área da saúde, o qual nós somos muito afetados, é a área onde nós tratamos como poço sem fundo, mas quem não levantar a bandeira da saúde está sendo covarde por si mesmo, porque a população clama por saúde, e o único bem que nós temos neste mundo é a nossa vida. E vamos garantir estabilidade na saúde, de uma forma

aonde a população venha sim ser atendida à altura do poder público. Senhores Deputados, faço uso desta tribuna para nós acharmos uma solução. Sabemos hoje sobre a usina, sabemos hoje que é impossível resolver o problema das usinas, porque o problema das usinas hoje, das pessoas que são afetadas só tem uma solução, é abrir e mandar aquela água embora, porque está toda afetada a área, não tem outra solução. Então, para mim, eu acho que qualquer iniciativa da Assembleia Legislativa que não venha prejudicar os nossos municípios, que não venha prejudicar o povo de Rondônia, nós estamos juntos nessa luta. Quero agradecer a todos. Meu muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com a palavra, agora, Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Bom dia, Presidente desta comissão, ora proponente desta Audiência Pública, Deputado Jesuíno Boabaid; Deputado Lebrão; Jurandir, Presidente da AROM; Prefeitos aqui presentes; Vice-Prefeito Adinael, talvez o único Vice-Prefeito. Senhor Adinael, em seu nome cumprimento todas as pessoas aqui que compõem este plenário. As pessoas também aqui de Jaci-Paraná e região, sintam-se todos cumprimentados.

Eu só gostaria de deixar registrado, Deputado Jesuíno, que preside neste momento esta reunião, eu ainda não manifestei quanto o meu voto sobre esse projeto da elevação das usinas. Eu acho que é muito falho o estudo de impacto, o que foi feito, acho que foi mal negociado desde o início aqui ao impacto que causou. Eu estive andando, na semana passada eu tirei dois dias para andar ali na Vila Franciscana, próximo a Cachoeira de Teotônio e pude perceber algumas pessoas que estão prejudicadas, que não foram indenizadas, e muitas pessoas, muitas, várias pessoas me procuraram, onde receberam indenização com medo de peitar e ficar ali e depois serem desapropriadas de qualquer maneira, receberam a indenização de uma área que não teve nenhum impacto. Área que está lá hoje, área totalmente elevada, propriedade muito boa, tirou a pessoa de um convívio de mais de 30 anos ali e colocou em outro local, porque essas pessoas não tinham nenhuma afinidade com o que foi proposto a elas, e essas pessoas ficam em dificuldade e estão arrependidas. Então eu acho que dentro dessa negociação, nós precisamos assegurar também, a Assembleia Legislativa, que as pessoas que foram afetadas, mesmo após a elevação dessas usinas, se acontecer, que elas também têm que ser revista a situação delas. As pessoas que foram afetadas após o projeto, ela ainda tem o direito de reclamar e através de laudo técnico ser revista a situação dela, ser remanejada para outro local. Porque nós não podemos aceitar tirar uma família, uma pessoa ou várias famílias de um convívio de muitos anos, simplesmente, colocar em outro local sem o estudo realmente verdadeiro, e esse estudo eu pude presenciar que ele é quase impossível por tudo que eu presenciei de ser feito imediatamente. Então, precisa ser assegurado o direito dessas pessoas que foram afetadas pós a construção dessas Usinas a elevação que ela seja revista a situação dela e isso eu vou propor para ficar assegurado aqui em Lei, uma Emenda que pode rever, caso, pessoas que vão ser afetados, pós a construção e que possa ser revisto. São muitos pontos que precisam de ser, eu sei que os Prefeitos precisam esse

recurso de mais de R\$ 1 milhão é importante, mas, com certeza, isso antes, era muito menos do que isso, se nós votássemos isso lá atrás, talvez, não teria nada, nem R\$ 1 milhão, nem R\$ 100 mil nem nada. Então, nós não precisamos também correr para aprovar isso tão rápido, precisamos de que realmente seja bem analisado, os recursos para os municípios são bons, é importante, mas, nós não podemos deixar que as pessoas sejam prejudicadas mesmo que seja individualmente cada pessoa, família que for prejudicada seja revista a situação dela. Então, deixo aqui, eu vou me posicionar ainda quanto a meu voto, depois, que realmente eu senti toda a segurança que será feito um trabalho, um estudo, um compromisso da usina, essa elevação de meio metro dessa água vocês podem ter certeza, essa água vai transpor limite que a gente nem imaginou até agora, porque a água já ocupou tudo quanto era espaço, ou talvez, que seria, meio metro de elevação, isso vai ser realmente um impacto violento. Eu acho que a Usina precisa se comprometer em fazer DIC realmente, é muito bom isso para que alguns pontos para que essa água não transponha os limites que a gente, às vezes, nem imagina.

Então, deixo aqui o meu posicionamento e nós vamos discutir isso aí, eu vou manifestar o meu voto no momento que eu senti que, realmente, eu devo me posicionar e votar favorável ou contra. Muito obrigado Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Com a palavra agora o Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Quero fazer um compromisso aqui de não ser extenso no meu pronunciamento. Cumprimentar aqui o Jurandir, Presidente da AROM; Dra. Débora, neste ato representando a OAB; João Dutra, representando os atingidos; cumprimentar todos os Prefeitos presentes, Prefeita lebrinha, Prefeita Leonilde; cumprimentar também aqui os Vereadores. Fazer uma saudação especial aos nossos Deputados que hoje participam dessa Audiência pública, Deputado Hermínio, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Léo Moraes, Deputado Edson Martins, nosso Presidente Maurão de Carvalho. Parabenizar Vossa Excelência Deputado Jesuíno pela propositura desta Audiência que é da maior importância para o Estado de Rondônia não somente para o município de Porto velho. Dizer que aqui é o lugar em que se discute todas as questões relacionadas ao Estado de Rondônia, aqui se diverge, aqui concorda e aqui se discute e resolve. E nós temos que resolver esse impasse, sem dúvida nenhuma, as Usinas, hoje, elas estão implantadas dentro do município de Porto Velho, ninguém vai demolir as usinas, ninguém vai conseguir paralisar a geração de energia elétrica das usinas, nós temos que ter consciência disso. E também dizer a todos os representantes de classes, de Instituições de Porto Velho...

Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência pedisse para que desse condição da fala.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu queria pedir a todos que dê o direito à fala, depois tem o direito de manifestação, só queria só pedir o direito da fala. Depois pode falar eu vou dá o direito.

O SR. LEBRÃO – Eu quero deixar uma pergunta no ar: quando saíram as verbas de compensação dessas usinas para o muni-

cípio de Porto Velho aonde estava o Poder Público do município de Porto Velho? Onde estavam os Vereadores, os representantes de classes, Instituições, onde estavam os Prefeitos? Quem foram os dois últimos Prefeitos que administraram a Capital Porto Velho? Eles não existiram. Eles não existiram. E eu fico feliz Deputado Jesuíno, quando Vossa Excelência fala que representa os atingidos. Então, sem dúvida nenhuma Vossa Excelência representa o Estado de Rondônia de uma maneira geral e os 52 municípios, porque os 52 municípios eles foram atingidos e eu não vou aqui fazer nenhuma análise daquilo que o Ministério Público disse ou deixou de dizer, que o Tribunal de Justiça também fez da mesma forma. Eu vou discutir aqui a situação que passa hoje o Estado de Rondônia, de uma maneira geral, em especial os municípios do interior. Eu ouvi atentamente o pronunciamento do nosso querido Prefeito Airton, lá de Cerejeiras e a diferença da distribuição do ICMS do Estado de Rondônia em cima dos royalties da usina. Isso é responsabilidade Airton, da AROM no momento, entrar com uma assessoria jurídica, pegando uma banca de advogados e fazer representar verdadeiramente os municípios do Estado de Rondônia para corrigir essa distorção. Quando se fala de impacto social, vocês não precisam pensar que tem, nenhum deputado aqui é contra, hoje tudo aquilo que tem direito as pessoas que foram atingidas aqui no município de Porto Velho por essas usinas. Têm sim que ser indenizado, tem sim que ser avaliado, agora, nós não podemos deixar acontecer aquilo que vem acontecendo nos municípios do interior do Estado de Rondônia. Hoje, eu tenho certeza absoluta que todas as ações sociais que é feita pelas prefeituras municipais, nós temos ali filas e mais filas para poder receber cesta básica e isso é impacto das usinas. Isso é o recurso que era repassado para os municípios que hoje não vem mais, lamentavelmente não vem mais. E daqui a 10 anos, vocês sabem o que vai acontecer, a quebra total dos municípios e o município de Porto Velho, cada vez mais enriquecido. Agora, eu quero isentar o Prefeito Hildon Chaves, estou avaliando ele, eu estou avaliando ele para dar a nota na administração dele. Hoje, existe o terreno do Estado, não me interessa a maneira que foi comprado, mais cadê a contrapartida do município de Porto Velho para construir 10 mil casas para poder assentar essas pessoas que estão desabrigadas. O recurso existe, a diferença dos royalties tem que ser aplicado de maneira justa. Então, cabe sim a Câmara dos Vereadores, a Assembleia Legislativa dos Deputados também participar ativamente para que isso aconteça o mais breve possível. Agora, nós participamos, nós participamos, está aqui o Prefeito Mirandão, a Prefeita Lebrinha, a Prefeita Leonilde, o Prefeito Cornélio, o Prefeito lá de Alvorada d'Oeste, também participou do lançamento da ordem de serviço do linhão da energização de rede de energia elétrica limpa no Vale do Guaporé; não é só no Vale do Guaporé; é no Vale do Anari; é no Vale do Jamari; é na Ponta do Abunã, é uma obra de mais de meio bilhão de reais; para que esta obra aconteça, para que a gente possa gerar emprego e renda neste Estado, nós precisamos de energia gerada das usinas de Santo Antônio e JIRAU. E aí, para isso acontecer, o quê que nós precisamos fazer? Nós precisamos fazer a elevação das usinas. Agora, nós temos que fazer com que o recurso de compensação chegue na ponta e atinja as pessoas que hoje são afetadas. Da mesma forma os municípios, um milhão de

reais para cada município hoje Mirandão, é apenas um paliativo, é devolver parte daquilo que já foi tirado dos municípios que compõem o Estado de Rondônia. Portanto, nós pertencemos a um Estado de 52 municípios, mais de 80 distritos e núcleos dentro do Estado de Rondônia que têm que ser visto de uma maneira geral; a responsabilidade é de todos os deputados que ocupam assento na Assembleia Legislativa do Estado, a responsabilidade é nossa. Agora, lamentavelmente tivemos erros irreparáveis que nós não vamos conseguir reparar mais. Mas, nós teremos que amenizar esses problemas. Agora, não podemos perder um recurso que está aí a disposição do Estado de uma maneira geral, para não receber nada e vocês ficarem sem nada lá em Jaci-Paraná também, porque isso tem que acontecer, nós precisamos receber esses recursos e disponibilizar quem precisa de recurso, que é a comunidade do Estado de Rondônia de uma maneira geral. Então, eu entendo, o Presidente não está aqui, mas da minha parte eu gostaria para que se fizesse um encaminhamento para próxima semana, para que nós fizéssemos uma transformação aqui da Assembleia Legislativa dentro de uma Sessão em Comissão Geral, colocar, sentado aqui a Mesa, porque hoje, o Deputado Jesuíno tem razão, deveria está sentado aqui os representantes da Santo Antônio, lamentavelmente não está, mas nós temos condições de trazer isso aqui Deputado Edson Martins, para poder formalizar um compromisso e aí quem vai fiscalizar esse compromisso é a Assembleia Legislativa, não vai ser a Prefeitura com aquelas péssimas administrações que nós tivemos no passado, que os prefeitos para ser ruim, para ser ruim, os prefeitos que administraram Porto Velho nos últimos 12 anos, eles teriam que melhorar muito para ser ruim e lamentavelmente a Câmara de Vereadores foi omissa e não acompanharam tudo aquilo que foi investido através dessas usinas. Então, aqui eu quero deixar encaminhado o meu posicionamento e pedir para que o Deputado Maurão, convide o representante da Santo Antônio, e ao contrário de muita gente, implantação já das seis turbinas que faltam para gerar energia, gerar emprego e renda para o Estado de Rondônia, e acabar com a miséria que hoje tem nos pequenos municípios que lamentavelmente vem acontecendo. E do mais, eu quero só pedir para que Deus continue abençoando as nossas ações para que a gente continue trabalhando certo. Da minha parte eu procuro fazer da melhor forma possível. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Parabenizar o Deputado Lebrão. Agora, eu vou chamar o Comendador Valcley Queiroz, ele é o representante, cadê o Comendador Valcley?

O SR. VALCLEY QUEIROZ – Cumprimento a Mesa, cumprimento a todos os companheiros presentes. E queria deixar também o meu ato de indignação em cima dessa situação que está se tratando aqui as usinas, certo. Sou filho de Jaci-Paraná, e quero deixar relatado aqui aos senhores Deputados, que Jaci-Paraná, antigamente, nós só tínhamos malária, hoje através dessas usinas o que trouxe para o Estado de Rondônia, foi um impacto social muito grande, um impacto ambiental e uma total desgraça para o nosso Estado, porque hoje nós somos o maior produtor de energia e na qual nós pagamos energia mais cara do Brasil, certo, que nós produzimos energia, nós somos produtores de energia, é inadmissível, nós pagamos

uma energia do preço absurdo que nós temos hoje no Estado de Rondônia. Senhores Deputados, eu vou deixar uma simples mensagem para vocês aqui da qual o seguinte: uma historinha. Certa vez um senhor que estava lavando o seu carro de luxo, e estava lustrando, o seu filho veio e riscou esse carro, ele indignado com aquela situação pegou a mão daquela criança e bateu, bateu, bateu, quando ele se deu conta, ele estava batendo com a chave inglesa. Essa criança, foi para o hospital e perdeu os dedos, e depois ele foi ver o que estava rabiscado nesse carro, a criança tinha escrito; “Papai, eu te Amo”, ele louco com aquela situação chegou a suicídio. Então, eu quero dizer para vocês também Rondônia, eu amo Rondônia, que eu sou filho de Rondônia, e os Deputados que aprovarem a elevação da cota das usinas de oitenta centímetros, vão ser responsáveis pela desgraça que vai ser causada novamente; o que já está sendo, porque hoje, até hoje as usinas só chegaram a mentir para o Estado de Rondônia. Porque Jaci-Paraná, eu sou filho de Jaci-Paraná, as usinas chegaram falando que iam fazer balneário artificial, pegaram areia, removeram areia da praia e jogaram na beira de um barranco como se todo mundo fosse bobo ou trouxa. Então, eles estão tratando nós os cidadãos do Estado de Rondônia, os atingidos como se fossem trouxas e nós não somos trouxas. E se for preciso que nem o pastor relator ainda há pouco, nós temos que parar com essa situação, eu me coloco a disposição junto com vocês e vamos trancar essas usinas até resolver a situação, porque hoje só estão discutindo quanto que vai vir para dividir em municípios, e o povo que está atingido pelas usinas até hoje continuam com a mesma balela de sempre. Está lá Jaci-Paraná, toda alagada com lençol freático poluído, prostituição, assalto, você não pode sair da sua casa, deixar uma hora que quando você chegar não tem nada, todo tipo doença que você pensar está concentrado dentro de Jaci-Paraná, certo Deputado Hermínio? Então, gente, hoje nós não podemos cruzar os braços e vir toda vez para Audiência Pública, e continuar dessa mesma forma. Nós não podemos deixar aprovar essa elevação das usinas, porque não vai ser só Jaci, que vai ser atingido, vai ser países vizinhos que nem a Bolívia vai ser os outros Distritos, vai ser todo Estado de Rondônia, vai ser prejudicado, certo, assim como está Joana d'Arc, a Santo Antônio, todas essas áreas estão sendo atingidas e ninguém resolve nada. Então, senhores Deputados, clamo em nome dessa comunidade, clamo em nome desse Estado, que nós possamos tomar uma providência imediata, porque esse ano meu povo é ano de eleição, e preste muita atenção nos Deputados que vão votar a favor dessa elevação da cota, porque esse povo que votar a favor da cota das usinas, não nos representa e não devem voltar para cá, para a Assembleia Legislativa. Então, fica essa, o meu legado, a minha indignação em cima dessa situação. Eu agradeço a todos que Deus abençoe cada um, abençoe esta Casa, e tenham um pouquinho de compaixão e sensibilidade por esse povo que está sofrendo, por esse povo que está sofrendo. O nosso amigo Deputado perguntou porque o povo de Jaci-Paraná, não veio. Hoje Jaci-Paraná, está abandonado não tem emprego, não tem nada, não tem um real para chegar, vir aqui em Porto Velho, uma passagem de taxi custa R\$ 35,00 e uma passagem de ônibus R\$ 18,00, pai de família não tem como tirar R\$ 18,00 para vim aqui na Assembleia reivindicar o direito deles, mas nós estamos aqui eu como filho de Jaci-

Paraná, filho de Rondônia estamos aqui clamando em prol dessa situação, senhor Deputado, certo? Então hoje não tem condições, era bom se tivessem mandado uns 10 ônibus, os senhores Deputados tivessem mandado, um ônibus custa R\$ 800,00 para vir de lá para cá, para fazer uma cota ninguém tem dinheiro. Tinha sensibilizado, tinha mandado 10 ônibus estava a comunidade de Jaci-Paraná toda aqui em peso, como as demais comunidades também não tem condições de vir aqui na capital participar de Audiência Pública, está certo? Então vamos resolver a situação, nós não precisamos ficar aqui toda vez com audiência pública que nós já fizemos várias audiências públicas com o nosso amigo do MAB e até hoje continua nessas mentiras, nessas conversas fiadas, porque a Santo Antônio Energia até hoje só mentiu para o Estado de Rondônia, benefício que é bom não trouxe nada até agora, só impacto social, impacto ambiental muito grande e a energia mais cara do Brasil, isso é inadmissível porque nós somos produtores de energia, certo? Então fica o meu recado, minha indignação e meu apoio a Casa, mas dessa forma, e ao nosso povo que está aí olhando, vocês prestem atenção nesses deputados que vão votar a favor da elevação da cota das usinas porque esses camaradas não devem voltar mais porque não nos representa, que nós colocamos eles aqui para brigar por nossos direitos, não pelos direitos deles, porque até hoje cada um só puxa a sardinha para o seu saco, é dinheiro e dinheiro e o povo todo tempo que se dane. Então fica esse recado, prestem bem atenção que este é ano político. Um abraço, fiquem todos com Deus, que Deus abençoe cada um, vice-prefeito, minha amiga Lebrinha que Deus lhe abençoe. A todos os prefeitos dos municípios prestem bem atenção, prestem bem atenção. Um milhão não vai resolver a situação do teu município porque um milhão tu não faz um quilômetro de asfalto, tu não faz um quilômetro de asfalto, agora vem essa cambada de irresponsáveis dizer que vai dar R\$ 30 milhões para Jaci-Paraná em troca deles aumentar 80 centímetros da cota, isso é uma cambada de irresponsáveis que só pensam neles, que não tem amor ao próximo, que só pensa no dinheiro. Então muito obrigado, fiquem com Deus.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deixa eu só, eu acho que, Deputado Lebrão, primeiro até O Comendador falou uma coisa que eu entendi, dinheiro com dinheiro, eu não entendi a fala dele dizer então nesta Casa aqui está tratando a espécie, está tendo alguma espécie de corrupção, eu não entendo dessa forma, eu acho que tem que saber se expressar, respeito o posicionamento de todos que se encontram presentes. Primeiramente este projeto foi pautado, foi pautado e por questões de um pedido de vistas esse projeto hoje foi obstruído através desta audiência pública, se hoje estamos tendo condições de discutir esse projeto é porque foi feita uma audiência pública, chamada esta audiência pública. Segundo ponto, hoje os prefeitos estão aqui clamando, é necessário, ninguém é contra os municípios porque eu sou de Rondônia e defendo assim como os demais deputados defendem a questão dos municípios, agora, agora dizer que R\$ 81 milhões, inclusive matérias, Deputado Lebrão, Presidente Maurão, já tem uma matéria de um deputado aqui que é o Deputado Adelino que diz que já fechou acordo com Santo Antônio para pautar e ele vai votar favorável, se ele vai votar favorável, se ele teve esse

acordo não fomos nós que cancelamos, eu não chanceli isso. Hoje o pedido da gente aqui, a nossa demanda está sendo discutida, debatida é que no mínimo Santo Antônio traga alguma coisa positiva. Ora nem o fato de trazer os seus representantes para dar a cara à tapa, para vir explicar e justificar, consolidar qualquer acordo eles têm coragem de mandar, imagina ainda o deputado que tem coragem de votar favorável e amanhã estar com a cara aqui, 'meu Deus do céu eles não cumpriram nem os milhões que seriam encaminhados'. Então, gente, quero dizer, quero até acompanhar o raciocínio do Deputado Lebrão, terça-feira ou quarta-feira iremos convocar, não podemos convocar, mas convidar eles novamente, é a última cartada, é a última cartada que nós temos, porque o projeto está já liberado, autorizado depois dessa data de hoje para ser votado, não existe mais nenhuma obstrução regimental. O que pode aqui eu e outros deputados ingressarmos com ação judicial assim também como os senhores, as entidades entrarem com ação na Justiça para pedir o sobrestamento até que resolva essa situação. Eles têm condições não é de dar R\$ 80 milhões não, tem condições de dar R\$ 1 bilhão, 3 bilhões, que para mim ainda é moeda, ainda é razoável ainda que não compensa nem tudo aquilo que foi afetado. Eu quero pedir o respeito, eu quero dizer que cada cidadão tem o direito de voto, agora vir falar que a gente, acusar que está tendo moeda de troca aí não, aí é faltar com o respeito conosco, eu tenho muito respeito por todos que estão falando aqui, inclusive estou garantindo a palavra de todo mundo, agora falar que está tendo contrapartida aí não, deputado. Tipo assim, ficou uma ideia de que os deputados estão tendo uma contrapartida, uma espécie disso, então não é, ninguém está aqui para ser ofendido ou acusado, se tem alguma denúncia o senhor que falou dessa forma então apresente essa denúncia e leve aos órgãos competentes, porque da nossa parte que nós estamos tratando a situação muito séria.

O SR. LEBRÃO – Só por Questão de Ordem, senhor Presidente, Deputado Jesuíno, que preside esta Audiência Pública. Em momento nenhum eu disse que existia qualquer tipo de corrupção dentro da Assembleia Legislativa.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não foi Vossa Excelência, não. Foi a fala do que lhe antecedeu aqui, foi o Comendador de Jaci Paraná que disse que tinha Deputados, mas que deu uma conotação que estava tendo qualquer acordo escuro, escuro aqui.

O SR. LEBRÃO – Tranquilo, mesmo porque eu como deputado estadual e falando sobre a minha pessoa e discordando, inclusive, daquilo que foi publicado nas redes sociais pelo Deputado Adelino Follador, que esta Casa ela sempre é regida pela maioria, quem decide é a maioria é a metade mais um, quem. E nós vamos respeitar como nós respeitamos todas às vezes, todas as discussões que aconteceram aqui, e a gente têm que sempre continuar respeitando e dizer que Vossa Excelência tem conhecimento, além de ser Corregedor da Assembleia Legislativa por vários anos, também sou Presidente da Comissão Processante e a gente sempre pauta da honestidade. E eu quero deixar, inclusive, um registro para-

benizando a todos os deputados que compõem este Parlamento, principalmente, por esta Legislatura, uma Legislatura sem dúvida nenhuma que enaltece a população do Estado de Rondônia, que através do voto outorgou o direito para que tivesse a voz de cada um aqui dentro do Parlamento e a representação dos deputados hoje que ocupam assento na Assembleia Legislativa. Então, estou sempre à disposição, Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, toda a bancada aqui da nossa Assembleia Legislativa. E parabenizar mais uma vez Vossa Excelência por ter feito esta propositura e o debate ele tem que existir, incansavelmente ele tem que ser debatido, e tenho certeza que no final quem ganha é a população do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A Dona Márcia...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente. Deputado Jesuíno eu só queria colocar aqui o seguinte: estava tudo conversado aí pelo que eu vi e depois da matéria lá do Deputado Adelino, que o deputado Adelino, como ele era o relator do Projeto da Comissão de Constituição e Justiça, e que era contra cem por cento e que estava reunindo com as comunidades, principalmente de Jaci, era contra cem por cento e eu fiquei, estranhei quando ele já disse que já foi feito este acordo. Eu queria saber com quem foi feito este acordo para votar, já estaria tudo acertado para votar na terça-feira dia 03. A nossa Pauta está trancada, nós assinamos um abaixo assinado aqui, de 15 deputados dos 24 assinaram um documento aqui dizendo que nós só votaríamos qualquer projeto do Executivo e este projeto é do Executivo depois que resolvesse a questão da Educação, da greve dos Professores. No caso eu acho difícil até terça-feira resolver. O que eu quero da Casa Deputado Jesuíno? E tem que ficar decido aqui nesta Audiência Pública. Na hora que a Assembleia for votar este Projeto tem que tornar público para a população. Dizer: 'olha, tal dia e tal hora vai ter a Sessão para que a população venha para cá'. Pelo menos que quem votar a favor ou contra que fale que mostre que a população fique sabendo. O que eu não quero é que este Projeto seja votado assim sem a maioria da população estar sabendo porque o que eu quero é isso, é a transparência. Quem tiver mais voto, se tiver mais voto favorável fazer o que? A gente vai ser vencido, mas pelo menos isso. Porque não dá para ficar trazendo o povo de Jaci ou os ribeirinhos de outras comunidades para cá para chegar aqui ninguém sabe o dia, que nem na terça-feira, a noite aqui foi um caos aqui, trouxeram aqui gente, trouxeram o povo, jogaram o povo contra o povo lá de Jaci-Paraná, um lado defendendo o tal do acordo e o outro ao contrário. Isso não pode ser, isso não dá certo. Por isso que eu quero que fique definido aqui que a Assembleia vai comunicar, colocar um comunicado: 'tal dia, tal hora', se possível na mídia que nós gastamos um monte de dinheiro aí com publicidade, colocar na mídia, 'tal dia, tal hora, convidamos a população de Rondônia para acompanhar o debate e a discussão e a votação do projeto que aumenta a cota de Santo Antônio'.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Dona Márcia o Presidente Maurão tem que sair, ele que vai dá essa palavra agora se vai pautar na terça-feira. Então Presidente, eu queria só deixar ele falar porque ele vai ter que viajar. E aí a gente vai indagar aí sobre a questão da Pauta ou não de terça-feira.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Eu quero cumprimentar o Deputado Jesuíno propositor desta Audiência Pública desde já

parabenizá-lo por esta Audiência e por esta preocupação que sempre foi sua e desta Casa. Cumprimentar aqui o Deputado Lebrão, nosso líder desta Casa; Deputado Hermínio, que também já expôs o seu posicionamento; Jurandir o nosso Presidente da AROM, nossos cumprimentos, o Jurandir que sempre preocupado e tem trabalhado e lutado bastante para que viesse chegar em um consenso atendendo aí os municípios, em seu nome Jurandir eu quero cumprimentar a todos os Prefeitos o Cláudio; a Prefeita Lebrinha; Prefeito Airton; Cornélio; a todos os Prefeitos. Eu não vou citar mais aqui os nomes porque são bastantes. Sintam-se cumprimentados. Cumprimentar aqui o Plenário; nossas amigas, lideranças, em nome do pastor Rosan quero aqui cumprimentar o Moura, que são os dois, eu quero cumprimentar toda a Comissão dos Atingidos, que estão no nosso plenário e que têm trabalhado desde o início, desde o começo de todos os acontecidos aqui das enchentes, eles foram pessoas sempre na linha de frente, ajudando e compondo, conversando com a equipe do governo, da Prefeitura para que pudesse achar uma solução. Cumprimentar o Deputado Léo que acaba de chegar, nosso Deputado, também aqui de Porto Velho, e cumprimentar aqui os representantes do MAB, que faz parte da Mesa, a OAB nossos cumprimentos. Prefeito Luiz, esse é o Projeto que mais demorou nesta Casa, Prefeito Cláudio, durante o tempo que eu estou aqui, completando 5 mandatos, 20 anos de vida pública. Projeto difícil de votar. Por que difícil? Porque se você olhar o estrago que a usina fez, e as enchentes que aconteceram, que também foi a usina, enchente, juntou tudo e a gente não consegue achar uma solução por todo esse estrago que aconteceu durante esses anos. Eu conversei algumas vezes com os representantes das usinas, e eu falava para eles que só os mosquitos que perturbam o sossego das famílias que moram, e eu tenho propriedade próxima à usina, uns 10 quilômetros longe da usina, acabou o sossego daquelas famílias porque arrumaram uma cruzada de porvinha com mutuca, que deu um mosquito que ele ferra que eu nunca vi doer tanto, que é para valer mesmo, ninguém aguenta. É um mosquitão, mestiço de mutuca! E esse mosquito mata até galinha, as galinhas estão no poleiro, eles vão chupando e a galinha cai morta. Isso é verdade! Então, isso já merece, todos nós que somos atingidos, entrar na Justiça e receber indenização das usinas porque se ela conhece, ela veio com a intenção de abater, de acabar com a malária, mas trazer um negócio que às vezes é pior que a malária? Que é esse mosquito que tira o sossego. Quando a gente sai à noite de carro, Prefeito Cláudio, faz nuvem na frente, de tanto mosquito no para-brisa assim. É mosquito demais! Eu estou dando um exemplo, aqui, de um de tantos outros. O pescador tomou prejuízo, o morador tomou prejuízo, pessoas que receberam valores consideráveis, eu tenho amigos que tinham propriedade de 100 hectares lá, só tinha apenas sua casa, mas ele vivia da pesca, ele vivia do turismo, ele vivia da pequena lavoura que ele plantava mandioca, banana, melancia, tudo produzia, ele vivia bem. E ele pegou um milhão de reais e pegou mais uma chacinha, hoje ele não tem nada. Não tem nada, porque ele não sabe mexer com dinheiro. Ele pegou, investiu e achou que o dinheiro não acabava e acabou. E têm muitos que ficaram mais pobre do que eram. Só foi o momento de... Não soube gastar. Isso aí é a maioria. A maioria pegou o dinheiro, compraram terra próxima a minha propriedade, lá virou uma cidade. Era festa, hoje está tudo morando num barraquinho, sem emprego, sem lugar para trabalhar e não tem mais nada, acabou! Isso aí é

80%, 20%, os mais inteligentes, conseguiram comprar uma propriedade, um gadinho, hoje cresceram, 20% cresceram. Olha, se não for menos, mas 80% só foi o momento de alegria. Hoje estão quebrados. Construíram a Nova Mutum, uma cidade que até eu desejei morar lá. Coisa linda! Mas o que é que adianta a cidade bonita não ter emprego. Está lá, as pessoas compram a casa hoje... Até esses dias era R\$ 5 mil, uma casa que custou R\$ 120 mil, hoje é R\$ 5 mil. Agora já tem de graça para morar lá na Nova Mutum. Mas o que é que adianta construir uma cidade sem ter o emprego? E aí, a promessa das usinas é que eles iam deixar, iam trazer indústria. Chegou a construir alguns barracões, ia trazer indústria para aquelas pessoas poder morar ali e ter o emprego. E é isso que ela devia ter feito, e não fez. Por isso, eu estou falando aqui um pouco, Prefeito Airton, do acontecido que vem acontecendo e que dificulta hoje nós votarmos esse projeto que nós estamos tentando votar, tentando chegar num acordo, tentando fazer alguma coisa. Como o Deputado Luizinho falou há pouco, nós, no início esse projeto estava aqui, nós pedimos R\$ 10 milhões para que a usina desse de compensações para o Hospital de Barretos, que era um compromisso desta Casa investir, porque é um hospital importante para o Estado de Rondônia, para o Amazonas. Eles não quiseram dar R\$ 5 milhões, disse que não tinha dinheiro, que estava com situação financeira difícil. E aí, eles não têm interesse, diante de tantos prejuízos, vamos deixar esse projeto aí. E aí, agora, no final do ano, depois de muito tempo, eles vieram novamente procurar para que a gente votasse esse projeto. Por que votar o projeto? Porque eles estavam tendo um prejuízo, segundo eles, de um milhão por dia, um milhão por dia. Aí foi que eles fizeram uma proposta de dar de compensações, R\$ 30 milhões para Jaci. Essa já deu uma melhorada, de R\$ 5 já virou R\$ 30. Nisso, nós fizemos, nós tentamos uma proposta, uma contraproposta para eles poderem indenizar aquelas famílias que moravam próximo ao rio, os ribeirinhos que pegaram financiamento. Financiamento no BASA, até mandei levantar, busquei, convidei o Superintendente do BASA, o Wilson Evaristo, para que ele levantasse todas as dívidas daquelas famílias que moravam daqui até Nazaré, São Carlos, e a gente fez uma proposta para eles pagar a dívida desse pessoal para limpar o nome deles, que a maioria morava ali, produzia mandioca, produzia melancia, milho verde, banana, hoje não produz mais nada e eles devem no Banco, entre R\$ 10 a R\$ 50, R\$ 100 mil. Dariam R\$ 32 milhões, aí eles também acharam que não dava para pagar. Aí o projeto foi ficando. Agora, para o final, vieram os Prefeitos, sentiram na pele a perda que o prefeito está tendo com a vinda das usinas, que nós viemos descobrir esse prejuízo agora há pouco tempo. Que foi a hora que vocês viram o ICMS, o índice do ICMS de vocês cair. Ué, mas o que é que aconteceu? Fizeram de tudo lá no município, o município perdeu a metade. Aí nós descobrimos que o ICMS dos municípios, dos 51 municípios veio para Porto Velho. Tinham 22% que era sua participação no bolão da receita, foi para 36%, aumentou 50% a receita do município de Porto Velho. Ficou bom para Porto Velho, mas tirou dos municípios, que a grande maioria não tem condições de pagar, fechar a folha de pagamento. Alguns Prefeitos, pensando seriamente em renunciar ao mandato. Quase toda semana chega Prefeito aqui e fala assim: - Maurão, eu vou renunciar ao mandato. O Prefeito de Itapuã não está aqui, mas ele, várias vezes, quis renunciar. O Prefeito de Guajará-Mirim também falando em renunciar. Ontem, o Prefeito, não sei se está aqui, mas o Prefeito de Nova Mamoré, os Vereadores falando, também de renunciar. Falou: "não tem dinheiro para estrada, não tem dinheiro para manutenção, só sendo xinga-

do, humilhado, para que eu vou continuar Prefeito? Eu prefiro renunciar". E assim você escuta de todos os Prefeitos e eu não queria estar no lugar de nenhum de vocês porque eu sei o quanto vocês estão sofrendo com a perda da receita. E o pior que a maioria que ganhou o mandato novo, se o Prefeito passado não foi tão bem, o povo agora fala assim: rapaz, nós achávamos que o ex-prefeito não era bom, mas esse agora é que não vale nada. Sem dinheiro, como é que faz, não é Mirandão? Como é que faz as coisas se não tem dinheiro, se perdemos a receita? Não adianta, o convênio ajuda, as emendas dos Deputados, ajuda, mas ela vai com objetivo. Se é para a construção de um hospital ela vai, se é para a compra de uma ambulância é aquilo, e às vezes o Prefeito ainda tem que dar a contrapartida. Mas a conta do dia a dia, o combustível da máquina, a lâmina da patrol, a ponte que cai lá precisa ter dinheiro. O repasse da educação, o repasse da Câmara Municipal, o repasse da saúde tem que ter dinheiro. O medicamento tem que sair do caixa único, que é da Fonte 100 do município. E é isso que vocês estão sofrendo. É por isso que vocês estão aqui por três, por cinco ou seis vezes e o plenário lotado, pedindo socorro desta Casa. E aí, é a hora que nós temos que pesar na balança e isso nós temos pesado. E é por isso que esta Casa, Deputado Lebrão, está dividida. Hoje, aqui, Prefeitos e moradores atingidos, está meio a meio. Primeiro que as usinas não têm crédito. Primeiro que elas não merecem, se a gente for olhar isso, mas, segundo, que nós estamos precisando pelo menos alguma coisa que possa socorrer um pouco da perda que ainda vocês vão continuar na perda, e aí é onde que nós estamos pensando e estamos discutindo tentando buscar uma solução. Essa semana, antes de ontem nós tivemos uma Audiência aqui com mais de 300 pessoas do Jaci, 70% querem que aprove o Projeto porque querem aqueles R\$ 30 milhões que seja investido porque Jaci está acabando, está fechando as casas sendo abandonadas. Falou: vamos ver se esses R\$ 30 milhões já resolve pelo menos resgatar uma parte de Jaci. E 70% queriam que aprovasse, 30 vieram para cá para o Plenário, estava quase saindo na pancada ali e a gente aqui tentando controlar, o Plenário com umas 300 pessoas, uns 70 ali, uns 230 a favor, 70 contra e estava vendo a hora de..., colocamos segurança ali para dá uma controlada. Mas no final eles mesmos conversando falou: gente, se nós não pegarmos esses R\$ 30 milhões e investir no Jaci, vai acabar o Jaci. Vamos fazer uma proposta para os Deputados que esses R\$ 30 milhões sejam definidos para que a gente defina aonde gastar. Vamos pegar esses R\$ 30 milhões e investir porque daqui a pouco nós não vamos ter nada. As Usinas podem entrar na Justiça que é a proposta delas se nós não aprovarmos nos próximos dias e aí adeus, nem os 30 nem os R\$ 51 milhões que atende hoje os Prefeitos, R\$ 1 milhão cada um e aí ficamos sem nada. E nós aqui conversamos apenas com os advogados porque nem nós conseguimos falar com esse povo. Esses Consórcios, se você ligar que quer falar com o Diretor, eu Presidente da Assembleia, eu não consigo. Eu penso que até o Governador tem dificuldade de falar com eles, porque são várias empresas, empresas milionárias e que cada um está cuidando da sua vida, a Usina está construída. Está doendo no bolso deles, porque eles estão perdendo agora esse dinheiro. E aqui conversando com a Comissão dos Atingidos eu já quero ir para o encerramento porque eu tenho outro compromisso, que já está em cima do horário. Conversando com eles Deputado Lebrão, e Jurandir e Prefeitos, eu fiz uma proposta. Jaci-Paraná já concordou, hoje saíram de mãos dadas aqui antes de ontem, agora, os atingidos daqui querem uma solução, não querem ouvir falar mais de problemas por-

que de problemas nós tudo já sabemos e eles conhecem por dentro e por fora. Eles querem uma solução. A grande maioria já entrou na Justiça e está aqui o Dr. Júnior, que é o Advogado, está fazendo um grande trabalho. Uns ganharam, outros perderam, mas, mesmo os que ganharam eles recorrem porque eles têm dinheiro, eles têm os Advogados bons e eles vão recorrer e estão recorrendo. Agora, o que é que a gente quer e eu quero propor aos meus colegas Deputados aqui de Porto Velho que a grande maioria não quer votar, justamente por causa de vocês, por causa dos atingidos, que são os Deputados que tem os seus eleitores, os seus amigos, inclusive, alguém da família como o Deputado Jesuíno, que tem a sua família. Como é que eu vou votar isso aí? "A minha sogra vai me linchar", porque ela tomou também o prejuízo, foi atingida. Eu vou arrumar problema dentro da minha casa. Como é que eu vou votar um negócio desses?

Então, Prefeita lebrinha não é fácil e a gente tem que entender que cada Deputado tem que ter o seu posicionamento e é por isso que tem que ser pesado na balança. Eu fiz uma proposta agora e nós estamos conversando desde ontem com a Comissão, eu fiz uma proposta agora com eles aqui, com uns 10, 12 que fazem parte da Comissão, que são líderes que vem desde o início e eu conheço, pessoa séria, de nós hoje a tarde, às 17h00, nós vamos lá ver os terrenos que o Governo do Estado comprou com o dinheiro da Usina, com o dinheiro da Usina não, com o dinheiro do Governo Federal, com o acontecido que aconteceu aqui, pagaram quase R\$ 12 milhões em três áreas no meio do mato aí que agora me disse que é "tomorrado" que parece que é das piores terra que tem, que foi comprado aquelas mais baratas e superfaturadas porque isso é verdade. O que esse dinheiro Airton, dava para construir eram as casas, não era só para comprar o terreno, se esses R\$ 12 milhões tivessem caído nas mãos de uma coisa séria dava para construir as casas, dava para fazer o bairro lá e entregar essas casas, mas comprou, e está lá no meio do mato abandonado, não construiu nenhuma casa. E essa semana o Governador fez uma prestação de contas com o Conselho, com os Poderes e eu estava lá representando o Poder Legislativo, Deputado Lebrão, e aí ele falava assim: - gente nós temos uma conta que é a conta do BERON, que é de R\$ 25 milhões, que nós tínhamos para pagar que qualquer hora pode voltar para o Estado pagar. Mas, graças às enchentes, o que aconteceu nós argumentamos isso e com isso nós suspendemos a dívida do BERON de R\$ 25 milhões e o Estado não está pagando, está deixando de pagar. Mas, o Estado não investiu nada nos atingidos, só argumentou as dificuldades e os atingidos estão aí até hoje pagando aluguel, desempregado a grande maioria deles, lutando para tentar achar alguém para poder ajudar. Moura, essa é a verdade. Então, a única saída que eu vejo neste momento e eu proponho e nós conversamos aqui, o Pastor; o Júnior, advogado; o Moura; a Comissão, é nós olharmos esse terreno hoje, nós vamos lá Prefeito Airton; Prefeito Charles e a gente encaminhar uma proposta. Eu liguei para o Prefeito há pouco, ele está no Rio, só está aqui segunda-feira, que o município de Porto Velho está ganhando, o Estado de Rondônia está ganhando, está ganhando e está deixando de ganhar. Porque o repasse dos royalties que dá em torno de um milhão e meio; setecentos e cinquenta que é do Estado e setecentos e cinquenta que é do município; só entra na conta se nós aprovarmos esse projeto, se nós não aprovarmos, o Estado e o município estão perdendo. E a proposta que nós encaminhamos, é que durante um ano o Governo do Estado e a Prefeitura, repassasse esse dinheiro para que a gente pudesse, pudesse fazer um trabalho junto com o Conselho,

com a Comissão e construir as casas daquelas pessoas que não tem uma casa para morar, que está pagando o aluguel, que dar hoje em torno de dezoito milhões. Que o Jaci também queria esse dinheiro para lá, a proposta inicial era para ir para lá. Mas, aí nós íamos propor ao Prefeito, que esse dinheiro ficasse com os atingidos aqui que faz parte dessas 12 comissões. Eu conversei há pouco com eles, nós começamos já umas três reuniões esses dias, durante a semana, par nós tentarmos buscar uma solução, que com isso Deputado Léo, você pode votar, Deputado Jesuíno, Deputado Hermínio, sendo um acordo que realmente venha beneficiar essas famílias, aí não tem porque não votar. A preocupação de vocês é essa, porque vocês não têm como votar porque eles estão só no prejuízo. Então, conversando com esse Conselho, com essa Comissão, ficamos decido agora a tarde, nós olharmos esse terreno. Na segunda-feira, Prefeitos, nós vamos conversar com o Prefeito da capital, o Prefeito Hildon e vamos propor a ele, ao Governo do Estado, que esse dinheiro, pelo menos de um ano, que já era a proposta de recurso ir para Jaci, que ficasse aqui para Porto Velho, para que a gente pudesse fazer esse investimento; dez milhões, se você construir duas mil casas, dar para construir duas mil casas de cinquenta mil reais e com cinquenta mil reais, Cornélio; sendo o Conselho que administra, contrata-se uma cooperativa que é a nossa ideia e faz com preço de custo, não com preço superfaturado, com certeza vai fazer uma casa de boa qualidade e o Governo pode fazer as ruas com o DER, pode levar a CERON levar a energia, água, essa CAERD aí que eu não sei se ainda funciona. Mas, esse recurso daria para fazer alguma coisa para atender, pelo menos aqueles menos favorecido, que são aqueles que estão lá, que não tem como pagar o aluguel, que não tem o seu emprego, e depois a hora que vim uma indústria aqui para Porto Velho, vamos fazer um compromisso, que essa indústria vai instalar lá nesse bairro, vai gerar emprego para essas famílias, porque não ir lá para o setor industrial não, vai ter o incentivo, mas vai ter que ser construído lá. Porque não adianta também nós darmos casa, construir a casa como foi construída lá em Nova Mutum, ninguém vai lá morar porque também precisa trabalhar, precisa ter o seu emprego. Então, essa é a proposta que eu encaminhei para comissão e eu encaminho aos colegas prefeitos e eu encaminho aos colegas deputados e que analisasse, porque se nós pormos terça-feira para votar esse projeto e perder, porque pode acontecer prefeitos, que está muito empatada 12 a 12, 11, se perder, todo mundo vai perder. Por que vai perder? Os prefeitos não vão ter um milhão para salvar eles, para ajudar eles; o Jaci-Paraná não vai ter trinta milhões e nem nós vamos ter esse recurso que a gente propõe construir essas casas. Esta é a minha proposta, eu encaminho a esta Casa, encaminho aos prefeitos, encaminho a comissão que representa os desabrigados. Esta é a minha fala, é o meu encaminhamento e eu acredito que o Prefeito Hildon, vai ser favorável, porque ele já me deu esta palavra e também o Governador Confúcio, no mínimo tem que fazer isso, porque é o justo, no mínimo para fazer por vocês que estão aí a quanto tempo esperando e o Estado levando vantagem e o município levando vantagem, e nós discutimos problemas, nós aqui falando dos problemas, mas, os problemas não vão resolver, todos vocês já sabem das dificuldades, não adianta nós ficarmos aqui fazendo Audiência falando das nossas dificuldades, acho que aqui está muito claro e eu acho que é o momento de nós tomarmos a nossa decisão. Por isso, eu proponho a esta Casa, aos meus colegas que analisem, cada um tem a sua

decisão própria de votar e aí nós vamos decidir. Eu e alguns Deputados que queiram ir às 17 horas, viu Deputados que são aqui de Porto Velho, o Deputado Hermínio, Deputado Léo, Deputado Jesuíno, os Deputados aqui que queiram ir lá para nós conhecer esses benditos terrenos que já deu muito o que falar, para ver se a gente pode fazer alguma por essas famílias que precisam do nosso apoio e esse é o momento da gente poder ajudá-los.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Presidente, só ficar acordado que o Deputado Hermínio, e nós que temos a preocupação. Então, a pauta já está travada, já está trancada por conta da situação do SINTERO, que foi muitos Deputados assinaram. Então, o senhor vai colocar em pauta quando esse Projeto? Qual a sua intenção? A gente pediu um prazo de dez dias até a solução que tem que ter essa discussão. Eu por mim independente, até o senhor citou a situação da minha sogra, a minha sogra é proprietária do Mirante III, e tem ali oitenta e um anos, quem não conhece ali o Mirante Por do Sol, é bem aqui ao lado da igreja, tem oitenta e um anos que a minha, minha não, a bisavó da minha esposa faleceu, ela que iniciou aquele processo e aí vêm as benditas usinas e por conta disso fecharam o Mirante porque rachou tudinho. Mas, não é questão dela é questão de várias pessoas que eu entendo Presidente, que não são duas mil casas, não é só casa, não é só isso, que é a Santo Antônio e essas empresas devem prover. E outra coisa, votando esse Projeto ou não, independente se vão buscar na justiça, se fosse para buscar na justiça já tem um não e já teriam buscado na justiça, já tinham resolvido essa situação. O problema é que depende sim desta Casa, nós temos hoje o poderio de resolver a vida de muitas pessoas. Então, queria perguntar para o senhor, vai colocar quando esse Projeto parapautar?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Jesuíno, eu estou atrasado. Veja bem, a proposta nossa encaminhando votaria na terça-feira.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Terça agora?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É, mas, eu queria a minha proposta que seria a nossa proposta fazer um encaminhamento junto, porque se a gente atender o conselho, as pessoas que são atingidas aqui chegar a um acordo, não vejo, eu acho que aí chegaria num consenso para votar. Se nós colocarmos esse Projeto aqui dividido a chance é real de perder prefeitos, e aí todo mundo vai perder. Por isso que eu também não posso também não procurar a fazer essa negociação que eu acho que é justa, principalmente para as pessoas aqui de Porto Velho, que realmente foram atingidas e que precisaria desse apoio, e eu vejo isso como a oportunidade de nós podermos ajudar. Eu quero pedir licença para eu sair, mas, a Audiência continua.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Terça-feira não coloca então?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – E aí terça-feira, se não chegar, a ideia era que segunda-feira, a gente, hoje nós vamos lá ver esse terreno, na segunda-feira, a gente reúne com Prefeito, fechando Lebrinha, votaria na terça, se não fechar poderia vota na quarta ou na outra terça e a gente comunica AROM, os Prefeitos para poder, que queira participar.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vamos colocar uma data então Presidente, já que tem essa discussão e o Deputado Lebrão, colocou uma discussão de chamar eles, na quarta-feira, para transformar uma Comissão Geral, Santo Antônio, vem aqui é o tempo que o senhor resolve junto com os Prefeitos, Governador, quarta-feira, chama eles.

O SR. LEBRÃO – Na terça, na terça.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Terça?

O SR. LEBRÃO – Na terça.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Terça-feira, e aí a gente coloca na próxima terça para pautar. Pode ser? Terça-feira, sem ser nessa, na próxima.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Pode ser.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode ser?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Os Prefeitos, aí os Prefeitos não precisam a maioria...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Aí quem quiser votar, vota e aí.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Tem mais uma semana aí para poder trabalhar, não tem problema.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, coreto, então fica aqui o acordo que terça-feira, que dia que vai ser terça-feira? Registra na ata aí. Terça-feira é dia 10? Dia 10 de maio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, mas se até lá não tiver resolvido o problema do SINTERO, a pauta está trancada?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É o que eu falei, se a gente colocar o Projeto como estar, risco é grande de perder, e se a gente conseguir ajustarmos com o pessoal aqui dos atingidos, aí vocês todos vão votar favorável e aí contempla todo mundo, pelo menos com esse, que eu acho ou vai ter isso, ou pode não ter nada. E eles podem entrar na justiça, nós já tivemos essa semana uma situação bastante desagradável, que foi a criação das reservas em cima, só aqui em Porto Velho, no município seis áreas criando reservas, mais sete áreas no Estado de Rondônia. E a Assembleia Legislativa entendeu que essas reservas iam nos prejudicar mesmo, e nós votamos e derrubamos, e sustamos esse Decreto do Governo que com certeza prejudicava toda principalmente o setor produtivo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão. Eu só quero deixar aqui, para mim o mais estranho nisso tudo é a população você mesmo citou a situação que essas usinas trouxeram para muita gente, principalmente aqui mais no município de Porto Velho e da região aqui mais próximo e a gente está votando o projeto aqui com pressão dos prefeitos, nós estamos dando mais moral para os prefeitos de que para o povo que está com os problemas muitos maiores.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Não é pressão dos prefeitos, não é pressão Hermínio...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não adianta, eu para falar a verdade aqui eu ajudar os prefeitos eu sou a favor em tudo, agora nós não podemos é usar a situação da prefeitura em detrimento desta situação, nisso que sou contrário, que vai um milhão lá para Vale do Paraíso, Pimenteiras ou qualquer, principalmente município pequeno, sim é importante sim, é uma grande ajuda, e aí? Acaba, porque não tem mais onde a gente se apegar para resolver o problema dos verdadeiros atingidos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Hermínio, nós estamos sendo justos com a perda que eles tiveram com as vidas também, está prejudicando todas as famílias, eu acho que isso é o mínimo de justiça que nós estamos fazendo para eles porque eles tiraram a receita e veio para Porto Velho, entendeu? É justamente para poder...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero um pedido, Jesuíno, que chame, que a Assembleia divulgue tal dia, tal hora vai ter a votação do projeto de aumento das cotas das usinas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Vamos deixar acertado aqui, terça-feira a gente discute e vamos esperar mais uma semana para dar tempo da gente trabalhar isso. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pronto. Que dia que vai dar isso aí, por gentileza?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Dia 10.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Dia 10 de abril o Presidente Maurão tem o compromisso, fechou, vota.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Obrigado aí gente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado Maurão, obrigado. Dona Márcia, depois Deputado Léo.

A SRA. MÁRCIA MURA – Bom dia. Eu sou Márcia Mura, filha do rio Madeira, recebi o nome de TanãMaki – mulher guerreira, eu faço parte desse povo atingido pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Eu acompanhei junto com o Instituto Madeira Vivo, junto com o MAB, junto com todas as comunidades que foram destruídas por essas hidrelétricas, toda a violação de direitos que vem sendo cometido até agora. Nós fomos pressionados, o povo foi manipulado a estar a favor dessas hidrelétricas em troca de emprego, em troca de desenvolvimento, em troca de melhoria de vida e nós não recebemos nada disso até agora, somente violação de direitos. Hoje eu moro lá na comunidade de Nazaré onde tem a minha família que vive lá desde a década de 50 quando saiu lá do Estado do Amazonas para vir trabalhar nos seringais aqui em Rondônia. O meu povo Mura retardou 100 anos a entrada dos espanhóis e dos portugueses na Amazônia via rio Madeira, nós somos povos guerreiros, apesar de toda violência do Estado cometido contra nós. Apesar de quatro gerações a gente ter ficado silenciado e sem poder dizer que era Mura, mas hoje na Amazônia inteira os Muras estão se levantando, estão levantando a sua voz, estão indo para os embates, retomando os seus territórios, retomando a sua força, retomando a sua resistência,

e nós somos contra toda essa destruição, essa morte do nosso rio, nós somos filhos desse rio, afetar esse rio afeta diretamente as nossas vidas, a vida dos nossos filhos e do futuro da geração do nosso povo, de todos os povos indígenas e de todas as comunidades tradicionais ribeirinhas, extrativistas, quilombolas estão sendo atropelados, estão sendo passados por cima. Eu vou pedir para o povo que está aqui nessa Assembleia hoje não se deixe manipular por esses discursos políticos que nos confundem, que confundem a nossa cabeça porque eles fazem uma fala como se estivessem a favor de nós, mas eles estão querendo nos manipular mais uma vez querendo dizer que estão lutando por nós, mas não estão. Nós que perdemos nossas casas, nós que perdemos nossos roçados, nós que estamos perdendo a cada dia a nossa vida, nós que perdemos a nossa segurança de vida, de garantia de vida é que sabemos. Quando impuseram a construção da hidrelétrica de Santo Antônio que fizeram as audiências a voz do povo não foi ouvida, quem disse que era a favor da hidrelétrica foi manipulado porque disseram que ia ter emprego, ia ater desenvolvimento nesta cidade, que desenvolvimento? Tem famílias indígenas nas ruas pedindo esmola, sendo expulsa de seus territórios, tem comunidades inteiras expulsas de seus territórios, os idosos foram os que mais morreram fisicamente, vários idosos morreram quando foram expulsos de seus territórios das suas comunidades, porque não aguentaram ser arrancados dos seus lugares, foram arrancadas as suas vidas. Várias famílias que foram expulsas dos seus territórios estão marginalizadas aqui na cidade. Santo Antônio, a Comunidade de Santo Antônio que vivia da pesca, está lá agora no lugar aonde não tem renda para essas famílias para manterem dignamente as suas vidas. Teotônio. Jaci-Paraná, não é para falar dos problemas, como que não é para falar dos problemas? Se nós é que estamos sentindo isso na nossa carne, na nossa vida no dia a dia? A violação das nossas crianças sendo abusadas sexualmente por invasores que estão lá? É a gente que vê as nossas crianças sendo tirados os seus direitos de uma vida digna de um futuro digno. É a gente que vê nossas lideranças como a Nicinha, sendo assassinada. É a gente que sente na pele toda essa violação de direitos. Lá em Nazaré e todas as outras comunidades estão abandonadas. Em 2014 nós fomos totalmente desrespeitados todos os nossos direitos. Ficamos sem água potável, ficamos sem as nossas casas, ficamos sem os nossos roçados. E o Governo sabia que tudo isso iria acontecer, as hidrelétricas sabiam que tudo isso iria acontecer, mas não se importaram com a vida de pessoas que foram afetadas desde a Bolívia, o Rio Madeira inteiro, o Amazonas inteiro, a Amazônia inteira foi afetada. Não foi só aqui em Porto Velho. A destruição das nossas vidas está acontecendo na Amazônia inteira e nosso país vizinho, a Bolívia. Temos que falar, sim, dos problemas, do que está acontecendo, de tudo aquilo que foi prometido para enganar o povo, para manipular o povo e que não foi cumprido. E agora estão querendo nos pressionar, estão querendo manipular o povo de novo dizendo que se houver a pressão do lado vai ter estes R\$30.000,00, vai ter esta partilha de dinheiro entre Prefeituras. A custa de mais vidas, à custa de mais mortes, à custa de mais violência, à custa de mais violação de direitos. Cadê os Direitos Humanos? Não está bom, não, meus companheiros. A gente tem que se unir, nós temos que nos unir porque somos nós que estamos sendo violentados, somos nós que estamos sendo enganados, somos nós que estamos sendo manipulados. Vamos parar de nos dividir, vamos nos unir, não vamos nos enganar por estes discursos dos políticos, porque eles não estão aqui para defender os

nossos direitos. Nós temos, sim, alguns aliados, mas são poucos. Vamos nos espertar, vamos ver a nossa vida no dia a dia o que a gente enfrenta na nossa luta. Vamos parar de nos enganar, chega de enganação, chega de violação. Basta! Não a elevação das cotas das hidrelétricas. Nós queremos que o nosso direito seja garantido sem ter que se comprometer nesta ampliação deste lago. As hidrelétricas têm que cumprir com aquilo que não cumpriu até agora. Nós queremos a nossa vida garantida. Nós queremos lá em Nazaré, a Vila que foi prometida para ser feita até hoje não foi, nós estamos lá. Está sendo desbarrancada a comunidade. Uma ponte de madeira que é para ser feita no trajeto que está alagado não foi feita. Nossas vidas são colocadas em risco todos os dias, nossas vidas estão sendo ameaçadas todo os dias. Minha gente, meu povo pense no que está sendo feito, o que está acontecendo, não são estes R\$30.000,00 à custa de elevação do Lago que vai ser resolvida a nossa vida, eles têm que cumprir com o que era para ser cumprido e não foi cumprido até agora. Eles têm que fazer o que eles disseram que iriam fazer e não fizeram. Minimamente não cumpriram e não vão cumprir. Essa energia é para quem? Não é para nós, a minha comunidade, todas as comunidades aqui do Rio Madeira não recebem energia destas hidrelétricas. A nossa energia lá é a base de óleo diesel. A gente não recebe energia, tem comunidade sem energia, minha gente, tem comunidade sem energia aqui no Rio Madeira. Para quem é essa energia, gente? Essa energia não é para nós. Para quem é este lucro? Não é para nós. Olhem para as ruas de Porto velho, o número de pessoas vivendo nas ruas que aumentou depois das hidrelétricas.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Maria.

A SRA. MÁRCIA MURA – Os territórios indígenas estão sendo cada vez mais ameaçados, invadidos. As comunidades tradicionais pescadores, extrativistas cada vez mais sendo violados, sem direito. Seus territórios invadidos e tudo passando por cima da gente. Essa hidrelétrica está nos matando cada vez mais. Nós não podemos mais nos deixar ser manipulados por ninguém. Temos que gritar, temos que nos unir, temos que trazer a força dos nossos ancestrais e brigar por nossos direitos e não deixar que nos matem. Porque nós vamos sempre existir e resistir.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Obrigado. Com a palavra, agora, o Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Eu desejei um bom-dia a todos, final de manhã; cumprimento a todos que estão presentes ainda aqui, resistentes ao avançar do horário, à fome e algumas dificuldades impostas para participarem. Cumprimento o Deputado Jesuíno Boabaid, proponente da Audiência, parabenizo pela sua iniciativa, pela grandeza, o gesto importante de debater acima de qualquer coisa. Como o Deputado Lebrão saiu, mas ele bem disse, é importante formar opinião, a convicção e cada um vai votar conforme as suas convicções. Cumprimentar toda comunidade; o Presidente da AROM, Jurandir, e posso dizer que comungo com muitos dos seus pensamentos, compartilho da sua amizade, é um amigo. Tenho certeza que ainda vai fazer muito pelo Estado de Rondônia. Deputado Hermínio Coelho, que está à frente aí das lutas mais difíceis impostas pela condução de um mandato parlamentar; o João do MAB; Claudão,

Prefeito, aliás todos os Prefeitos aqui sintam-se festejados por estarem no local adequado para reivindicações e para os pleitos e, logicamente, as comunidades afetadas, os lugares, as comunidades tradicionais, que afinal essa é o motivo da nossa fala. Eu acho que eu já esgotei tudo o que eu penso a respeito desse tema. O Terrinha, líder dos movimentos sociais, está aqui conosco também; o Zuca, líder das fanfarras; Roger, advogado da Associação, enfim, todos vocês. Já me posicionei, já tenho muita clareza, muita tranquilidade em relação a isso. Sou de Porto Velho, vou viver a minha vida toda aqui, e eu tenho que ter muita responsabilidade e cuidado. A maior arguição e crítica que se faz é que caso aumente o reservatório, a cota do reservatório, que já aumentou e suprima as Reservas, que o debate é de supressão das Reservas, nós vamos, obrigatoriamente, perder as provas materiais, provas que comprovam o descaso e a falta das compensações sociais, ambientais e as contrapartidas às comunidades atingidas, seja Joana d'Arc, seja Assentamento Santa Rita, seja Nova Mutum, seja Abunã, seja tudo que é comunidade, distrito, Teotônio e tantas outras. Mas enfim, em geral, eu estou falando de forma geral, a grande preocupação é essa. Para se criar nós tivemos um debate muito importante esta semana aqui na Assembleia. O Governo do Estado apresentou um projeto que criou 11 Reservas aqui no nosso Estado, sem ter o amplo debate, sem ter o estudo de impacto ambiental em relação a isso, e também sem respeitar as comunidades e também os produtores que estão sobre essa terra. A Assembleia, prontamente, de forma diligente foi lá e revogou, sustou esses Decretos. Como é que agora nós vamos suprimir sem ter o mesmo impacto ambiental? Seria no mínimo um contrassenso, seria no mínimo incoerente e, logicamente, não respeitando o procedimento legal. Eu estou fazendo um debate aqui de legalidade. Esse é um ponto que me preocupa. O outro é perder as evidências, as provas que comprovam os excessos, os atropelos e a responsabilidade da usina. Eu não tenho dúvidas que isso gera desconforto para muita gente aqui dentro da Casa e é importante. Não vou entrar no mérito do diz que me disse, da boataria, em relação à situação de algum colega ou de outro, não é essa a questão. Até porque as pessoas já nos conhecem em relação a essa demanda, a essa causa. Desde a época da Câmara, até o Deputado posicionou em relação à Câmara Municipal ser omissa, desse mal eu não padeço, sempre me posicionei, sempre deixei muito claro minha manifestação, tentamos, inclusive, convocar lá dentro da Câmara Municipal, as usinas, o Ibama e também tampouco, fizeram pouco caso, se eles fazem descaso com o Poder Legislativo Estadual, imagina com a Câmara Municipal, naquela oportunidade. Acho que houveram sim omissões e conivências para não dizer outra coisa, lá na Câmara, mas talvez tenha sido em outras legislaturas e não de todos. Então, eu quero aqui manifestar minha preocupação, respeitando a democracia, respeitando a maioria que vota aqui na Assembleia Legislativa, e também fazendo essa atenção aos colegas Deputados. Já é um tema traumático, já é um tema que no decorrer dos últimos anos gera suspeição natural. A gente tem que o quê? Chamar as pessoas para debater o que seria o mais pertinente neste momento. Eu não tenho dúvidas que a desgraça que assola a população de Porto Velho ocorre muito em detrimento da vinda dessas usinas, malfadadas usinas. A criação de mazelas, do desgosto e da desgraça, que deveria ser exatamente ao contrário, quando tanto se divul-

gou que ia trazer o progresso, que ia trazer qualidade de vida, formação de capacitação de jovens, geração de emprego, na prática não foi isso. Trouxe bolsões de pobreza, terras improdutíveis, terras encharcadas, águas contaminadas e, logicamente, o pesadelo de toda uma geração que hoje está submetida às imposições das usinas. Portanto, a minha preocupação é essa e eu não poderia deixar de externar neste momento, como eu já fiz em tantas outras oportunidades, aqui meu posicionamento. Então eu agradeço a oportunidade. Parablenho a todos, parabenizo os Prefeitos, entendo a dificuldade, não entro nesse mérito, quero colaborar. A Prefeitura é difícil de ser tocada, agora a questão de Porto Velho não pode ser negligenciada neste momento tão importante. Portanto, muito obrigado e fiquem todos aí com muita fé, porque eu tenho certeza que a gente ainda vai conseguir debater muito esse tema aqui no decorrer deste ano. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado. A gente tem ainda alguns Prefeitos aqui, algumas pessoas, já foi acordado. O Presidente Maurão já deu a palavra que é dia 10 vai ser pautado, 10 de abril, o horário é as 15horas.

Vou dar a última fala aqui para o Terrinha, porque já o tardar da hora, a gente já chegou a essa situação, e aí a gente finaliza a Audiência. Pode falar, Terrinha.

O SR. TERRINHA - Obrigado a todos. É fato que as usinas não vão nem cumprir o que está prometendo para nenhuma dessas famílias que aqui estão. A situação é que as usinas têm que respeitar os rondonienses. Quero parabenizar aqui os Prefeitos que estão aqui até agora sem almoçar, muitos até saíram já, e depois vêm aqui querer dinheiro dos royalties. Parabenizar o Moura aí, que tem uma palavra bonita, eu quero falar para o nosso pessoal da Cachoeira do Teotônio que nesse momento a estrada se encontra intrafegável, intrafegável! Aonde tem um Vereador dizendo que é ativista, aonde parente do Vereador fechou a estrada com cadeado, Deputado Léo. Com cadeado. Desde ontem que eu recebo mensagem do pessoal da Cachoeira do Teotônio falando que a miséria já chegou a sua porta, pedindo ajuda. E eu não vejo aqui nenhum senador do Estado de Rondônia presente, e nem propondo leis para combater essa quadrilha que se instalou no Estado. Era para ser asfaltado 100% da capital e alguns municípios, já faz anos e dias. Hoje nós temos energia elétrica mais cara do Brasil. Eu pagava R\$ 80,00, hoje eu pago R\$ 800,00 de energia elétrica! Então eu acho que já está na hora do povo criar vergonha também e parar de estar votando em gente sem-vergonha, em gente que não quer compromisso com o Estado. Calama já está debaixo d'água, praticamente, a água do rio Madeira já passou a praça. Já está chegando no momento em que nós, os pequenos, Moura, gostei da sua fala, você falou a realidade, eles não querem compromisso, eles só querem aqui vir pegar os royalties e sair fora para os municípios. E os royalties eram para ser usados aonde? Na educação, segurança e cultura. Agora, me diz aonde é que está a saúde do Estado de Rondônia? Lá na Cachoeira, lá em Nazaré, lá em Extrema, aonde é que os royalties chegaram lá? Aonde é que o braço chegou lá? Não chegou e nem vai chegar. Só vai chegar quando a gente der o grito de liberdade e fechar a usina, se não hoje ou amanhã. Já era para mim, neste momento, estar lá na Cachoeira. Não era para eu ter vindo para cá, já era para eu estar lá com o povo, mas eu soube que estavam aqui fazendo reuniões escuras para resolver certas situações que o Movimento Sem Terra não es-

tava sabendo. Eu, como Coordenador do MLT do Estado de Rondônia não estava sabendo, vim saber agora há pouco. Esses tipos de situações deveriam ser comunicados nas rádios, televisões, nos jornais, que é para nós ativistas agrários, que fazem verdadeiramente o ativismo com responsabilidade, poder participar, porque isso aqui ia estar lotado. Se eu soubesse que teria, se o MAB tivesse me comunicado, que não me comunicou, nós teríamos lotado aqui. E eu vou falar mais para o Deputado Léo Moraes aqui. Deputado, não adianta o senhor sair hoje daqui e visitar a área que o Governo do Estado de Rondônia comprou a preços absurdos, porque a área já foi ocupada, a qual era para ter feito as casas para os moradores do bairro Dilma Rousseff. Hoje eu já escuto conversa falando que a área é para as pessoas que estão atingidas pela barragem e que essa é que era a verdade. Então a gente tem que parar e analisar que o governo é fascista, e que o governo já teve o mandado de prisão pedida pelo Delegado da Polícia Federal e nada aconteceu e nós estamos aqui com fome, brigando pelo direito que é nosso, brigando pelo um direito que é nosso. Agradeço a oportunidade. Obrigado Léo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Obrigado Terrinha. Já 12h45. Tem só um pedido, eu acho que é o senhor, só tem ele ali, eu vou abrir a fala só para um senhor e a gente finda a Audiência.

O SR. IREMAR FERREIRA – Obrigado Deputado. E Audiência Pública é assim, se é pública é para nós falarmos, portanto, eu queria trazer, o meu nome é Iremar, eu sou do Instituto Madeira Vivo, acompanho desde 2004 esse debate, obrigado João do MAB por ter feito essa ponte aqui. Porque assim, nós acompanhamos esse processo desde o início e aqui Deputados, a importância desse debate e os compromissos aqui assumidos Deputado Léo, Deputado Jesuíno, não podem de forma nenhuma descambar naquele processo gerado por uma CPI há tempos, que foi criado pela Assembleia Legislativa há um tempo, uma CPI para investigar tudo isso que nós estamos falando, mas, essa CPI nunca deu resultado, ela se aquietou, ela sossegou, não sabemos o que aconteceu, só sabemos que ela não correspondeu com os interesses da população e a gente espera que esse debate e que esse Projeto de Violação, traduzido com Elevação, mas, que querem mudar o nome dizendo que é pela Supressão de Áreas Naturais, só isso? Não é só isso, esta Casa tem uma responsabilidade muito grande nesse Projeto de Lei, esse Projeto de Lei que distribuíram aí uns panfletinhos e que, inclusive, ele é interessante que ele trata de mitos e verdades, tem umas verdades aqui que elas poderiam ser mudadas a categoria, eu não sei quem fez, porque ninguém assume a autoria, é diferente de nós, não é João? Quando a gente faz algum panfleto a gente coloca o nome de quem faz, da Entidade, só que não colocaram e aí está dizendo que esse Projeto o objetivo dele é só “liberar pequenas áreas”. Não é pelo debate aqui travado pelos Deputados, pelos que nos sucederam. Eu quero lembrar, refrescar também a memória de quem nos acompanha longe daqui porque aqui tem pouca gente, aqueles que vieram atrás da negociação em sua maioria já foram embora e parabenizar os que ainda ficaram dos Prefeitos, porque quando foi para implantar esse Complexo Hidrelétrico do Madeira, foi feito um Comitê Usina Já, e junto com a FIERO como já foi mencionado aqui e com um monte de gente, saíram pelo Estado afora colhendo assinatu-

ras para viabilizar o Projeto, mas, ninguém discutiu? Como? Ninguém quis discutir, quais as consequências nem para os municípios que aqui estão correndo atrás de dinheiro, ninguém quis saber o que ia sobrar para eles? Qual era o problema que ia chegar para eles? Agora, agora é fácil. Agora é fácil correr atrás e vir pressionar os Deputados para tentar resolver um problema que não será resolvido. Não será resolvido esse problema, seja R\$ 1 milhão, sejam R\$ 300 mil, seja o que for, porque cada dia, cada dia por energia a energia gerada por essas duas Hidrelétricas, Prefeito, eles recebem cada dia mais de R\$ 1 milhão, olha só, cada dia eles recebem mais de R\$ 1 milhão, eles ganham de lucro com a geração dessa energia, dessas Hidrelétricas e olha a mixaria que eles querem repassar para dar um cala boca, para dar um cala boca, uma pressão para cima, mas, ainda bem que tem Deputados resistentes e é importante que a AROM faça esse debate com muita transparência, com muito cuidado para não fazer o mesmo jogo que a AROM fez aqui em fazer parte do Comitê e de junto com o Governo Cassol levar para todo o Estado de Rondônia abaixo assinado com mais de 1 milhão de assinaturas “Para, Usina Já”, porque pode representar a mesma pressão se ela não for feita, se ela não for feita com responsabilidade. E considerando todas as denúncias aqui apresentadas, principalmente, do Ministério Público Federal e Estadual, poderemos fazer a mesma jogada, poderemos fazer parte da mesma jogada que é aí “Porto Velho, Destruição Já” do que sobrou. É isso que está representando. Então, nós temos que ter cuidado e o muito carinho em cuidar desse povo. Olha, desde 2011 o Projeto Coletivo dos Pescadores de Jaci-Paraná, foi inundado com a formação do primeiro lago até hoje Santo Antônio se recusa indenizar, até hoje. Eles vão em todos..., recorrem, recorrem e está aí até hoje, desde 2011, estou trazendo uma Ação de Jaci-Paraná antes da inundação, antes da inundação. Então, porque é que eles não, não agem com responsabilidade com aqueles problemas que eles já causaram para a gente poder dá o mínimo, o mínimo de credibilidade que é difícil porque nem aqui eles se dignam de vir, porque eles não querem saber do povo, eles querem saber é do lucro e nós não queremos que os companheiros e companheiras prefeitas e prefeitos nos usem como moeda de troca, não nos usem como moeda de troca porque nós já estamos cansados de sermos usados. Esta é a mensagem que eu trago em solidariedade a luta de você sim, não é um milhão que vai resolver o problema, mas ele poderá representar o resto da destruição do que sobrou de nós, dessa cidade, dessa região, não é só de Porto Velho, é de toda essa Bacia do Madeira. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Obrigado a todos, obrigado Professor. Não teve condições da gente avançar com CPI, que não teve assinatura suficiente, infelizmente não teve CPI aqui na Assembleia. Mas, por hoje me dou por satisfeito, dizer a todos que foi uma honra e prazer de tê-los aqui; dizer que a partir desta data de hoje, está consignado em Ata, viu Bruna, eu quero que registre em Ata a fala do Presidente Maurão, que não irá pautar nem terça-feira próxima e quarta-feira esse projeto, somente no dia 10. Dizer que iremos tomar juntos com os outros deputados algumas medidas, que irão tentar barrar esse projeto. Então, a gente fazendo todos os meios, ouvimos tudo, já sabemos disso; discutir esse projeto

aqui nesta manhã, foi uma tentativa de obstrução regimental, regimental, porque no dia que pediram Vista, deu o 7º dia, a próxima Sessão seria votado e aí senhores, nem oportunidade de discutir isso e ouvi-los novamente teremos. Acredito que teríamos votos razoáveis, mas naquele momento eles tinham 13 votos. Esse projeto que está na minha mão, é um Projeto de Lei Complementar, precisa de 13 votos; então, têm que ter 13 deputados, acredito sim, que possamos juntos avançar na busca de melhorar ainda mais, eu já falo, o meu voto é não, não adianta, o meu voto é não. Mas, como bem disse aqui o Deputado Maurão e outros deputados, eles têm o convencimento contrário, eles pensam e analisam que se não votar esse projeto, não terá nenhuma condições mínimas para eles acionarem ou entregarem qualquer valor ou aporte financeiro. Eu não acredito nessa Santo Antônio Energia, pode vir até o Papa aqui, eu não acredito. Então, eu não acredito, nem o Deputado Léo Moraes; o Deputado Hermínio e outros deputados. Agora, cabe ao João que é representante do MAB, cabem aos atingidos; Santo Antônio; Betel, o Geraldo está aqui presente; Vila Franciscana; Baixo Madeira na sua totalidade, socorrer; Triângulo, socorrer também, se mobilizar, buscando os seus representantes, encaminhando mensagens e dizendo; olha, como disse aqui algumas falas: votou contra, está votando contra ao povo de Rondônia. Isso fica aqui registrado. Eu não, prefeito, hoje os prefeitos estão desesperados, estão desesperados na busca de uma solução sim, que haja um resultado, inclusive eu estava falando aqui com o Jurandir, com o Deputado Léo Moraes que tem uma situação atípica, aí uma situação de erro que gera em torno de cento e sessenta milhões. Cabe também aos prefeitos buscarem, o Prefeito Hilton, a Câmara de Vereadores, para tentar resolver esta situação. Agora, entregar de mão beijada, dizer que cento e oitenta e oito milhões vai resolver a vida do povo de Rondônia, é uma mentira, é uma mentira, é uma mentira.

Invocando a, dizer a todos que ficaram até nesta manhã, ainda existe aqui um café da manhã, coffee break, ainda tem um lanchinho aqui na lateral para quem ficou até esse horário. Uma boa tarde a todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a Audiência Pública. Bom feriado a todos e Boa Páscoa.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12h55min)

**ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO
E DISCUSSÃO DO TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE**

Em 05 de abril de 2018

**Presidência do Sr.
ADELINO FOLLADOR - Deputado**

(Às 09 horas e 09 minutos é aberta a Sessão)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Adelino Follador, realiza Audiência Pública objetivando discutir em caráter ecumênico

a Campanha da Fraternidade de 2018 com o tema “Fraternidade e Superação da Violência”. Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Exmº Sr. Deputado Adelino Follador, proponente desta Audiência Pública; Exmº Sr. Desembargador Walter Waltenberg, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia; Exmª Sra. Dra. Procuradora Daniela Lopes de Farias, Ministério Público Federal de Rondônia; Arcebispo de Porto Velho, Rev. Dom Roque Paloschi; Sra. Delegada da Mulher em Porto Velho, Dra. Janaína Xander Wessel; Dra. Franciléia de Nazaré Corrêa, representando o Conselho Regional de Psicologia de Rondônia; Sr. Carlos Oliveira, Coordenação Arquidiocesana de Leigos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública objetivando discutir em caráter ecumênico a Campanha da Fraternidade de 2018 com o tema “Fraternidade e Superação da Violência”.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos os presentes para ouvirmos e cantarmos juntos o hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do hino Céus de Rondônia)

Podei-vos assentar. Por determinação do Presidente Adelino Follador, proponente desta Audiência Pública convidamos para compor a Mesa a Excelentíssima Senhora Desembargadora Dra. Zelite Andrade Carneiro.

Sr. Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Delegado Morari da Câmara Municipal de Rolim de Moura; senhor Carlos Oliveira, Coordenador Arquidiocesano do Conselho de Leigos de Porto Velho e Região; irmã Fátima, Coordenadora Pastoral da Arquidiocese; senhora Luciana Santos, Assistente Social representando o Sistema FIERO; Dra. Janaína Xander Wessel, Delegada da Delegacia da Mulher em Porto Velho; senhora Juci Fulco, Associação Casa Família Rosetta; senhor Marcos Moises Ferreira, Coordenador de Cântico e Liturgia da Catedral; senhor Agenor Fernandes, Presidente da Câmara de Educação do Conselho Estadual de Educação - CEE/RO; senhora Clariceia Soares, Presidente da Associação Casa Família Roseta; Sr. Márcio de Castro da CEBs Regional de Ariquemes, Paróquia Rainha do Apóstolo; Padre Sérgio Tonet, Pároco da São José Operário; Padre João Marcos da Área Missionária Nossa Senhora Aparecida; Padre Bento da Capelania Nossa Senhora de Loureto; Irmã Neli Costa, Paróquia São José Operário; senhor Pimento de Rondônia, Presidente Regional do PSOL; senhor Bruno Eduardo, Chefe de Divisão de Campanha Educativa do DETRAN; senhora Vanussa Soares; Presidente do Conselho a Pessoa Idosa; senhora Carmelinda Pereira, Coordenadora Movimento de Leigos de Rondônia.

Convidamos todos agora para ouvirmos o Hino da Campanha da Fraternidade 2018.

(Execução do Hino da Campanha da Fraternidade 2018)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Sr. Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença da senhora Nanci Pereira, Coordenadora da Comissão Eclesiásti-

ca Básica – CEBs em Rondônia; da senhora Rosangela Rosa Negra Ferreira de Souza, da Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT; da senhora Francisca Diniz de Melo, Secretária de Assuntos Educacionais do SINTERO e da senhora Marilete Soares Diniz, Diretora Regional do SINTERO e membro do Executivo Estadual da CUT.

Pronto, senhor Presidente.

Por determinação do senhor Presidente Deputado Adelino Follador, proponente desta Audiência Pública convidamos os representantes do SINTERO para ocuparem as primeiras cadeiras aqui na frente, são nossos convidados especiais.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Eu quero cumprimentar todos os componentes da Mesa; o Sr. Desembargador Walter, para nós é um prazer tê-lo aqui conosco; Dom Roque, Bispo, inclusive foi feita esta solicitação aos deputados aprovado pelos 24 deputados, solicitação na própria Arquidiocese de Porto Velho, através do Dom Roque, em comum acordo com ele, para nós é um prazer poder estar discutindo um tema tão importante, hoje, com o lema da Campanha da Fraternidade. Temos aqui também a Procuradora Daniela Lopes de Faria, agradecer a presença, para nós é um prazer; nós temos aqui também a representante da Delegacia da Mulher, dona Janaína Xander Wessel, agradecer a presença; Dr. Franciléia de Nazaré Corrêa; e o senhor Carlos Oliveira representando aqui a Arquidiocesana de Leigos.

Eu queria dar boas-vindas a todos os presentes aqui, também aos professores, dizer que os professores estão aqui a 45 dias de greve e, com certeza, eles têm várias reivindicações, que esta Casa tem dado todo apoio, porque achamos que têm reivindicações justas e nós estamos discutindo e esperamos que o governo até hoje ou até amanhã mande alguma proposta para que consigamos discutir com a categoria e ver a possibilidade de encerrar a greve que tanto a população de Rondônia almeja que acabe, mas também os professores, não só professores, mas todos os funcionários da Educação almejam uma melhoria. Aqui houve uma aprovação de um plano e não foi instalado esse plano até hoje. Então, eu queria só agradecer a presença de vocês professores, dizer que esta Casa; dos 24 deputados 17 assinaram uma paralisação da pauta em função do apoio a vocês. Então para nós é um prazer tê-los aqui conosco também. Então eu queria deixar aqui as boas-vindas a todas as pessoas aqui já nominadas e passar a palavra aqui ao Dom Roque, vai fazer a palavra. O Dr. Desembargador Walter disse que tem um pouquinho pressa, que depois vai ter que se ausentar, mas ele quer ver primeiro, quer assistir primeiro a palestra, ouvir a palavra do Dom Roque, depois em seguida vai se pronunciar também. Dr. Walter precisa se ausentar.

Então a palavra ao Dom Roque para que ele faça a sua explanação sobre esse tema tão importante para o Estado de Rondônia e para o Brasil. Obrigado.

O SR. DOM ROQUE PALOSCHI – Ao saudar o Deputado Adelino, saúdo toda a Mesa e agradeço aos irmãos e irmãs pela disponibilidade de estarmos juntos na perspectiva de construirmos esse caminho de paz. Comungamos os sonhos e esperança de todos, de modo especial também dos professores aqui presentes para a que verdadeiramente nós possamos caminhar com a sociedade, onde o diálogo seja caminho de construção de paz também entre nós.

Eu na verdade teria mais que ouvir a todos. A Campanha da Fraternidade que foi aqui proposta para discutir por dias mais ecumênicos ela tem essa vertente. A igreja ao propor a Campanha há mais de 60 anos, a Fraternidade, ela caminha com duas mãos, avenida com duas mãos, uma a mais, a questão interna onde nós somos convidados a conhecer melhor a realidade do dia a dia da grande família brasileira. Nós discutimos os biomas, a casa comum, discutimos o problema da água, discutimos o problema do menor, discutimos o problema da questão também dos jovens e assim por diante. E este ano de 2018 a igreja escolheu por votação na conferência a questão também dos jovens e assim por diante. E este ano de 2018 a igreja escolheu por votação na conferência o temático da violência, Fraternidade e Superação da Violência, como lema (Vós sois todos irmãos em Cristo sois todos irmãos). Então eu queria também agradecer por tantos construtores da paz, por tantos homens e mulheres, vovôs, vovós e jovens do nosso meio que independente da etnia, independente das raízes e da convicção de fé, coligação política e partidária se empenha para construir a paz, construir a paz a partir de uma atitude da não violência. Não poderíamos deixar passar essa audiência sem lembrar os 50 anos do assassinato do pastor metodista nos Estados Unidos Martin Luther King, desculpam a minha pronúncia. Aonde ele indo também as pegadas de nosso Senhor Jesus Cristo e outros homens e mulheres na história da humanidade optou pela não violência e pela não violência alimentou esse sonho de uma sociedade fraterna no respeito entre todos. Nós precisamos conhecer a realidade e eu confesso aos senhores e senhoras que quando olhei o mapa da violência nos causa espanto e nos assusta porque, na verdade, nós muitas vezes não temos os elementos, ouvimos notícias, assistimos noticiários e muitas vezes o nosso noticiário se torna mais uma ronda policial do que verdadeiras notícias. Como cristãos nós não podemos nos deixar levar pela desesperança, achar que tudo está perdido. Pela fé nós temos que acreditar que é possível construirmos sim, caminhos de paz, de solidariedade e de esperança. A temática da Campanha da Fraternidade é uma temática que nos envolve a todos, independente da condição social, independente do nosso trabalho, da nossa profissão, a todos nós. E para nós cristãos católicos, cristãos também de outras denominações, somos chamados a ser o sal da terra e luz do mundo. E essa missão de sermos também construtores da paz, seguindo o exemplo de tantos homens e mulheres da história da humanidade, cristãos ou não, não podemos também deixar de lembrar Gandhi na sua luta pela independência da Índia e a não violência que foi construindo caminhos para a superação da dominação inglesa na Índia. Por isso, a temática da Campanha da Fraternidade nos convida a nós, primeiro termos conhecimento dessa realidade, dessa triste e dura realidade da violência. E assusta, sobretudo, a violência também dentro de nossas famílias, a violência contra a mulher, a violência contra as crianças em sua tenra idade, e sem contar os vários tipos de violência institucional que nós fomos acompanhando e vendo pela Campanha da Fraternidade. Mas nós estamos aqui porque queremos dizer de bom e alto som que acreditamos na paz, que acreditamos nos caminhos do diálogo, que acreditamos nos caminhos da solidariedade e da esperança e nós queremos conjugar esses esforços com toda a sociedade. A igreja como tal, não está aqui em Rondônia –

Porto Velho para competir com ninguém, mas está aqui chamada a oportunizar espaço de diálogo, de solidariedade e de busca de superação de tudo aquilo que vai contra a vida e a dignidade das pessoas, mas também tudo que vai contra a vida e a dignidade da criação. Por isso a Campanha da Fraternidade não nos deixa de braços cruzados, mesmo sendo brasileiros todos nós, não podemos ficar 'deitados eternamente em berço esplêndido'. Que esta Casa nos ajude que todas as pessoas de boa vontade também nos motivem para que nós possamos entrelaçar as mãos e caminhar, gritando e cantando. E quando dia da paz chegar, Porto Velho – Rondônia também pode ser diferente porque todos somos chamados a caminhar pelas vias da fraternidade, da solidariedade e do respeito, de modo especial sabermos respeitar aqueles que são diferentes. Obrigado, Deputado Adelino, obrigado a toda a Casa, também pelo seu Presidente Deputado Maurão e os demais Deputados que acolheram esta Audiência Pública. Obrigado porque vocês também nos convidam a sermos mais acolhedores, mais abertos, mais disponíveis a construir a paz. Que a paz, o dom de Deus, mas também tarefa nossa, seja abraçada com muita alegria e simplicidade por todos e por cada um de nós. Que Deus, o Deus da vida, o Deus da paz, o Deus da esperança, o Deus da justiça nos ajude a nós vivermos, sobretudo a dinâmica de construirmos a paz pelas vias da não violência.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, gostaríamos de aproveitar e registrar a presença e agradecer, do senhor Coronel André Luiz Glanert, Gerente de Segurança e Fronteira, representando a SESDEC; da senhora Rosana Maria da Silva, assistente social do Instituto Laura Vicuña; do Padre José Oliveira Filho, pároco da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Convidamos a todos, agora, a assistirmos e acompanharmos um vídeo que fala sobre a caminhada da paz.

(Apresentação de vídeo)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Agora vamos ouvir Excelentíssimo Senhor Desembargador Walter Waltenberg, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia.

O SR. WALTER WALTENBERG – Excelentíssimo Senhor Deputado Adelino Follador, proponente desta Audiência Pública, na pessoa de Vossa Excelência eu cumprimento todos os Deputados e servidores desta Casa. Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Roque Paloschi, na pessoa de Vossa Excelência eu cumprimento todas as pessoas de bom coração aqui presentes. Excelentíssima Senhora Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, a quem concedo à tarefa de continuar representando o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia devido a minha ausência por compromissos já assumidos, cumprimento na pessoa de Vossa Excelência todas as pessoas do Poder Judiciário eventualmente presentes. Excelentíssima Senhora Dra. Procuradora Daniela Lopes de Faria, na pessoa de Vossa Excelência cumprimento todos os Defensores e Procuradores aqui presentes. Senhora Delegada da Mulher em Porto Velho, Dra. Janaina Xander Wessel, na pessoa de Vossa Excelência cumprimento todas as mulheres aqui presentes.

Senhor Carlos Oliveira da Coordenação Arquidiocesana de Leigos, muito bom dia!. Exm^a Sra. Francisca Diniz de Melo, Secretária de Assuntos Educacionais do SINTERO e Marilete Soares Diniz, Diretora Regional do SINTERO e membro do Executivo Estadual da CUT, na pessoa de Vossas Senhorias eu cumprimento todos os meus colegas professores que estão aqui nos assistindo, uma vez que sou Professor também há 20 anos. E me preocupa muito essa questão da greve que vem já de bastante tempo e causa tantos problemas para nós professores por conta da extensão do período letivo, por conta da dor que sentimos quando nos afastamos de nossos alunos e certamente sabemos muito bem, temos consciência do que causamos também quando se refere aos alunos sem aula tanto tempo. O Poder Judiciário de Rondônia tem por vocação conciliar interesses; o Poder Judiciário de Rondônia tem por vocação compor litígios e eu me coloco à disposição dos professores para que nós possamos amanhã, na parte da manhã se eu tiver agenda ainda amanhã cedo eu me coloco a disposição para que nós possamos com ajuda do Deputado Follador, com ajuda do Deputado Maurão, com ajuda de todos os Deputados eu me coloco à disposição para tentar uma conciliação porque eu sei que o tempo urge eu sei que sexta-feira é um dia muito importante na história da educação do Estado de Rondônia, então, eu me coloco à disposição para que nós possamos tentar uma conciliação entre os professores e o Executivo Estadual no sentido de por fim a essa greve que certamente nos incomoda tanto a nós professores porque nos deixa afastados de nossas preocupações e exatamente isso que nós não queremos. Professores, a todo tempo formam o futuro do País, e o presente hoje do País grandioso que vivemos, ainda com os percalços que temos vivido nesse momento, nós os devemos aos professores de ontem. Então, aos professores de hoje eu estou totalmente à disposição para tentar uma conciliação nesse sentido.

Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Roque Paloschi, não preciso economizar palavras para dizer o tanto que é importante essa tarefa que Vossa Excelência desenvolve no sentido de trazer para os corações dos rondonienses essa mensagem de paz, essa mensagem de busca pela paz, a violência hoje aterra a todos nós. É aterradora a ideia de que vamos sair de casa e, talvez, voltemos, porque pode ser que uma bala perdida, pode ser que um assaltante em desespero, pode ser que haja alguma coisa que não nos permita voltar e isso traz uma insegurança imensa e ao que parece temos muitas dificuldades de colocar fim.

Eu deixei propositadamente de me referir por último a Dra. Francléia de Nazaré Correa, representante do Conselho Regional de Psicologia de Rondônia porque eu tenho muita afinidade com essa disciplina, eu sou irmão do Psicanalista Wagner Waltenberg Silva, Psicólogo de formação e hoje ele mora em Juiz de Fora, mas, muitos anos ele esteve aqui e eu tenho observado que ao longo dos anos a indústria farmacêutica e a indústria de tecnologia vem procurando substituir essa ciência tão antiga, essa Ciência de Freud, essa Ciência de Lacan, essa Ciência que nos ajuda a nos compreendermos a nós mesmos e evita tantas questões que desgraçadamente acabam nos tribunais. As pessoas têm sido tratadas com toneladas de ritalina quando na verdade elas tem inquietação comum, pessoas que tem problemas leves de compreensão são

tratadas com psicotrópicos quando na verdade bastaria uma boa conversa num divã confortável para que elas pudessem retomar o eixo de suas vidas.

E a questão carcerária? Eu tenho me batido ao longo dos meus 32 anos de magistratura por uma mudança radical nessas questões. Há pouco tempo tive contato com absurdo de se pretender que a Audiência que deveria ser para um encontro do magistrado com o preso, fosse substituído por uma câmara de reconhecimento facial, onde pela simples passagem num corredor do Fórum, o preso desse ciência de que está presente e que está cumprindo as suas obrigações. Na verdade, o Poder Judiciário precisa olhar para cada pessoa, é preciso substituir o número dos processos, pelo nome das pessoas que estão no processo, atrás de cada processo há um indivíduo, há um ser humano, merece respeito, merece tratamento respeitoso; há uma incompreensão muito grande da população a cerca da questão dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos, se desenvolvem ao longo de muitos séculos para proteger o indivíduo da ação do Estado, é só isso; muitas vezes as pessoas perguntam: Mas, porque os Direitos Humanos não vão na casa da vítima? Porque é dever do Estado cuidar da vítima, é dever do Estado punir o autor do crime, mas, é dever sem dúvida dos Direitos Humanos, da ideia de Direitos Humanos, proteger o cidadão da ação do Estado, proteger o cidadão da ação dos maus policiais, sejam eles, civis ou militares. É dever dos Direitos Humanos proteger o cidadão dos maus Procuradores, dos maus Promotores de Justiça, dos maus Magistrados, sejam eles juizes, desembargadores, ministros de qualquer instância; essa é a função, essa é a razão. E na base de tudo, na base de todo esse humanismo está o Cristianismo, está a ideia de que Cristo é o Poder permanente, Cristo é o Poder que nos guia, Cristo é o Poder que faz com que possamos ser cada vez mais felizes quando vivemos segundo o seu ensinamento e eu não estou aqui me prendendo a qualquer ideologia religiosa; Mas, o Cristianismo é uma ideia universal, é uma ideia de estudo com a ideia de constitucionalismo, que é aquele movimento que ao longo do tempo vem tentando dotar todos os Estados de constituição. Para que fique bem claro o limite de atuação do Estado, para que fique bem claro os direitos e deveres de cada um de nós, é preciso cumprir esse pacto, é preciso cumprir os preceitos constitucionais. É isso então que hoje é preciso ressaltar nesse momento, infelizmente eu gostaria de estar aqui durante toda a manhã Dom Roque, mas infelizmente Vossa Excelência Reverendíssima sabe que eu tenho outros afazeres, outras questões; mas, eu tenho certeza que o Poder Judiciário, que já foi representando um dia pela Desembargadora Zelite Andrade Carneiro e eu tive a extrema honra de ter sido seu vice-presidente, ela continuará aqui representando-me como sempre representou com a fidedignidade de costume, ela que é uma mulher moderna, uma mulher pintora. Certa altura, eu pretendi que ela pudesse ocupar uma vaga no Superior Tribunal de Justiça e como tudo na minha vida, como foi bom falar a verdade, como foi bom dizer que eu estava oferecendo uma pessoa que foi Presidente da Ordem dos Advogados no Estado de Roraima, como foi bom dizer que eu estava oferecendo uma Corregedora, e depois Procuradora Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia e finalmente, como foi bom dizer que eu estava oferecendo

uma ex-corregedora e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia; uma mulher completa, uma mulher estudiosa, uma mulher artista, de alma sensível, essa pessoa que eu estou deixando para que represente o Poder Judiciário.

Deputado Adelino Follador, muito obrigado pelo convite, muito honrado com o seu convite, muito obrigado por poder está aqui participando de foro tão importante e então, eu os cumprimentos a todos, eu me despeço de todos na pessoa do Reverendíssimo Dom Roque. E mais uma vez me coloco a disposição do SINTERO, a Justiça estará sempre a disposição do Estado de Rondônia, integrante que é desse enorme Estado de pujante. Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Gostaria, o Dr. Walter, vai se ausentar; agradecer pela sensibilidade. Eu coloquei a situação dos professores, inclusive o período eleitoral que está se aproximando; essas necessidades e se não tiver esta proposta ainda do Governo hoje, para que a gente vote nesta Casa, para que oficialize, aí amanhã cedo se pudesse fazer, intermediar aquilo que o senhor falou, vai ser muito importante, eu acho que nós precisamos definir esta situação que a aflição não é só do pessoal da educação não; a aflição é de toda população de Rondônia. Então, hoje à tarde, eu não sei se hoje de manhã tem algumas, o próprio Presidente desta Casa, está conversando com o Governo para ver. Mas, eu vou passar uma mensagem agora, que se não tiver esse acordo, vamos ver se a gente marca essa Audiência então amanhã cedo, se pudesse ser hoje à tarde melhor ainda para que a gente ande, porque tem que aprovar amanhã, publicar amanhã, está muito perto o prazo. Mas, eu agradeço a sua sensibilidade, eu tenho certeza que os professores aqui gostariam de agradecer também para que essa sensibilidade e essa proposta de tentar conciliar essa situação tão difícil no Estado de Rondônia.

O SR. WALTER WALTEMBERG - Eu preciso que fique bem claro que eu não desconheço que a Assembleia Legislativa vem trabalhando nesse acordo há muito tempo. Então, nada se fará sem a presença de Vossa Excelência, do Deputado Maurão, e de seus colegas, muitos já caminhamos no sentido desse acordo, mas é porque o tempo está se esgotando, e é por isso que eu ofereço também essa possibilidade. Um abraço a todos.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, gostaríamos também de registrar e agradecer a presença de Ana Maria, representando a Comissão Pastoral da Terra, senhora Edilane Guanirire Oliveira; das Caretas Arquidiocesanas, irmã Lina Maria Ambiel, Diretora do Hospital Casa de Saúde Santa Marcelina; senhora Deusir Nelcinda Borges, representando a Paróquia São João Bosco; Irmãs Carmelitas, Camila, da Congregação Sagrado Coração de Verbo Encarnado; senhora Liliane da Cruz Rodrigues, Presidente do Movimento Feminista do Partido PSOL; e o Pastor Gilmar Gomes, representando a Igreja Mundial do Poder de Deus. Pronto senhor Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Agora, nós vamos ouvir também a Dra. A senhora Delegada da Mulher de Porto Velho, a senhora Janaina Xander, para que ela faça as suas palavras o seu pronunciamento.

A SRA. JANAINA XANDER WESSEL – Bom dia! Gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Adelino Follador, por estarmos aqui nesta Audiência Pública, falando desse tema tão importante que é o combate à violência. Cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Dom Roque, cuja proposta nos trouxe até aqui para podermos debater sobre esse assunto. A Excelentíssima Senhora Dra. Zelite, na pessoa da qual cumprimento todas as mulheres aqui presentes mostrando a nossa força de como é importante a presença das mulheres em todas as áreas da sociedade. Gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Dr. Morali, meu colega de profissão, em nome de todas as pessoas que fazem parte da segurança pública do Estado de Rondônia, e do nosso país. Eu gostaria de cumprimentar especialmente os professores que aqui estão devido a importância dessa profissão para a nossa sociedade, são eles que auxiliam as famílias a educarem as nossas crianças e são eles que recebem também boa parte da violência que está ocorrendo na nossa sociedade, então, eu cumprimento a todos os professores que estão aqui. Desde que eu entrei na Polícia Civil, eu trabalho com vulneráveis, trabalho na Delegacia da Mulher atualmente, trabalhei também na Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente, e dentro deste âmbito, eu gostaria de falar que na nossa Constituição Federal, no artigo 226, § 8, fala que é dever de todos, o combate à violência dentro do âmbito familiar, não fala em mulher, em criança, em idoso, fala no âmbito familiar. Porque a importância do combate à violência no âmbito familiar? A casa é o local onde nós buscamos proteção...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – ok.

A SRA. JANAINA XANDER WESSEL – Eu sou um pouquinho comprida então, e eu nem estou de salto hoje em. Voltando. Nós buscamos proteção, nós buscamos conforto na nossa casa, nos nossos familiares, e quando saímos de uma situação de estresse, de uma situação de violência, nós ligamos primeiro para os nossos pais, para os nossos esposos, para as nossas esposas, para alguém da nossa família. Então, o combate a violência dentro da família, ele é de suma importância para o combate à violência, no momento em que a casa, o nosso lar, a nossa família se torna um local violento a quem poderemos nos socorrer? Então o combate à violência contra a mulher, contra a criança, contra o idoso é importantíssimo e é onde nós devemos buscar suprimir e resolver para que depois a gente possa ir atrás do que está acontecendo fora, da violência que está acontecendo fora do âmbito doméstico. Eu costumo falar que a gente trata muito de estatística, mas o que está ocorrendo hoje a estatística de violência doméstica contra a mulher chegou num número muito elevado, por ano nós temos mais de um mil inquéritos e mais de quatro mil ocorrências de violência doméstica contra a mulher, só neste ano nós tivemos mais de 300 medidas protetivas, por um lado isso é muito bom porque nós sabemos que as nossas mulheres estão cientes dos seus direitos, mas por outro lado por que ainda há tanta mulher sendo vítima de violência doméstica? Certo? Nós chegamos num ponto em que as mulheres já estão cientes dos seus direitos. Com a Campanha da Fraternidade, eu gostaria aqui de elogiar novamente essa iniciativa, acho que nós devemos seguir para o próximo passo, orientar as mulheres não só que elas tem direito a medida protetiva, mas também que toda vez que ela for agredida ou que ela sofrer

uma ameaça que ela busque a polícia e que ela vá fazer o exame de corpo de delito, porque muitas vezes elas não vêm a necessidade de ir para o IML e a gente acaba perdendo provas importantes. Nós precisamos orientar as mulheres que após pedir uma medida protetiva que ela vá e comunique quando há o seu descumprimento, as vezes ela acha que só com a medida protetiva aquilo está resolvido, mas não está. Nem a polícia, nem o Judiciário, nem o Ministério Público tem como adivinhar se a medida protetiva está ou não sendo cumprida se a mulher não comunicar então nós precisamos orientar as nossas mulheres sobre esses passos se nós queremos resolver a violência doméstica contra a mulher. E nós precisamos ainda orientar nossos homens, orientar nossos filhos, orientar nossos vizinhos para que eles não pratiquem violência doméstica, então orientação tem sim que ser para a mulher, mas ela tem que ser para o homem também. A violência doméstica ocorre em ciclos, há o momento de tensão, o momento de estresse entre as partes que é normal num relacionamento, ninguém pensa igual, todo relacionamento seja com filhos, com marido, mesmo no local de trabalho não existe como concordar com tudo, até porque se todo mundo concordar com tudo não existiria evolução, não existiria sociedade, a questão é como resolver o conflito, esse conflito nunca pode ser resolvido com violência, e é o que acontece no ciclo da violência doméstica, há uma tensão, ao invés de se resolver essa tensão com diálogo ela é resolvida com violência. Após essa situação de violência há o que a gente chama de lua de mel, a pessoa que praticou a violência vai lá pede desculpa e tenta resolver, mas se não houve uma mudança seja por parte da mulher ou por parte do homem que praticou essa violência o ciclo vai se repetir, vai se tornar mais intenso e pode acabar em tragédia, então há necessidade de romper esse ciclo. E o que essas pessoas que não estão dentro de uma situação violenta podem fazer para resolver isso? O que nós como sociedade, como igreja, como educadores, o que nós podemos fazer para ajudar? O primeiro e mais importante passo é jamais julgar a pessoa que está sendo vítima de violência doméstica. O que mais a gente ouve dentro de uma delegacia, na rua, ou sempre quando há discussões sobre violência doméstica é 'ela está com ele porque gosta de apanhar', então a gente tem que deixar esse discurso de lado, parar de falar que a mulher está com o homem porque gosta de apanhar ou falar para a nossa irmã, para a nossa filha, para alguém que está sofrendo violência que se ela voltar com aquele cara ela não precisa nunca mais olhar para você porque você nunca mais vai ajudá-la, porque a hora que você faz isso você impede que ela saia do ciclo da violência. Então, o mais importante é a gente não julgar e apoiar uma pessoa que está em situação de violência. Você não sabe os motivos que a levam a reatar um relacionamento, às vezes é um problema financeiro, às vezes é uma ameaça, às vezes a situação dos filhos, então é muito importante você não julgar e sim apoiar e fazer o máximo para que ela rompa esse ciclo de violência. Eu falo assim dentro da delegacia para você atender uma vítima de violência doméstica você não pode chegar para ela e falar 'olha, só quero saber o que aconteceu ontem, não me interessa a sua vida daqui para trás', para você atender uma vítima de violência doméstica seja dentro da delegacia, as vezes seja orientando como psicóloga, nós teremos a fala da psicóloga ela poderá falar, você tem que ouvir o que ela está falando. Ela vai contar o que aconteceu com ela. Por que é ela se inseriu nesta situação,

por que ela continua naquela situação de violência. E muitas vezes na fala dela ela vai estar tentando explicar que ela não é aquilo que o marido fala. Com o perdão da palavra ela vai explicar dentro da delegacia que ela não é uma vagabunda, e sim que ela é uma mulher direita, que ela é uma mulher trabalhadora e que ela quer cuidar de sua família. Então, o atendimento e a orientação da mulher vítima da violência doméstica, ele é um atendimento diferenciado. E nós todos como sociedade precisamos apoiar e parar de julgar essas vítimas, elas precisam de acolhimento e nossos homens também precisam de orientação. Estando aqui com vocês eu gostaria novamente de agradecer de contar como eu vejo que nós já podemos contar com o apoio da Campanha da Fraternidade, na busca do fim da violência como um todo e desejo a todos um bom dia. Obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Agora o senhor Carlos Oliveira, Coordenador da Arquidiocese de Leigos aqui em Porto Velho.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Enquanto ele se aproxima senhor Presidente, gostaria de registrar a agradecer a presença da senhora Marlene Salete, Coordenadora Pastoral da Saúde a Arquidiocese de Porto Velho. Ao tempo de por ordem e determinação do Presidente, Deputado Adelino Follador, convidar a irmã Lina Maria Ambiel, Diretora do Hospital e Casa de Saúde Santa Marcelina, para compor a Mesa.

O SR. CARLOS OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Quero neste momento cumprimentar a todos, inclusive, especialmente aos Professores. Na pessoa de Dom Roque Paloschi, que quem o conhece sabe de sua sensibilidade pelos movimentos populares, especialmente pela Classe dos Professores, que é sem dúvida incontestável a ação importante dentro da sociedade. Quero também cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Adelino Follador, que de pronto atendeu a Igreja propondo esta Audiência Pública para tratar de um tema tão importante que é a Campanha da Fraternidade, que traz a questão da violência não só para a Igreja pensar, mas como toda a sociedade, como todos nós povo de Deus que precisamos olhar para a violência, não como uma questão do sistema em que nós estamos inseridos no sistema social, mas como responsabilidade a todos nós, porque somos nós que vivemos e construímos este sistema que nós estamos inseridos dentro dele. É importante nós sabermos que a Igreja ela foi constituída por Cristo para que seja o instrumento de aproximação e de construção do Reino de Deus aqui neste plano. E nós que somos integrantes da igreja, membros do corpo da igreja, povo de Deus, especialmente nós cristãos que somos chamados, sobretudo, a olhar para nós para sabermos se os nossos objetivos enquanto cristãos estão em comum com o pensamento de Cristo quando instituiu a Igreja. Não dá para nós enquanto cristãos, entrarmos na Igreja, participarmos da Eucaristia que foi instituída para Cristo para que nós possamos nos alimentar da sua natureza e praticar a cultura da paz e falarmos do seu evangelho para as pessoas, se ao sairmos da Igreja, Dom Roque, nós esquecemos de que nós recebemos o Cristo Eucaristo no altar. Nós precisamos irmãos e irmãs entendermos que nós,

cada um de nós, somos responsáveis pela cultura da paz. Nós temos que falar da violência de uma forma em que nós mesmos possamos superar esta violência. E a igreja tem nos chamados, o seu povo, especialmente, a nossa igreja, a nós cristãos leigos e leigas para que nós possamos assumir o protagonismo de sujeitos eclesiais. Que não pensamos apenas para dentro da Igreja, mas sobretudo, atuarmos no corpo social dentro do mundo em que nós estamos inseridos. Dentro dos areópagos, como diz o Papa Francisco, que é a atuação específica do cristão que é atuar onde ele está lá na Educação lá dentro da Saúde, lá nos Conselhos Paritários de Direito, para que esses espaços seja o espaço verdadeiro para que nós possamos, de fato, disseminar a cultura da paz que é o desejo de todos, sem dúvida nenhuma do nosso Senhor Jesus Cristo, porque ele nos deu como missão sermos sal da terra e luz do mundo, porque foi assim que ele se dirigiu aos seus discípulos. E nós enquanto batizados também assumimos essa vocação, esta missão de sermos discípulos de Jesus. Uma vez um filósofo disse a um grupo de padres e pastores, chamando a atenção para que entregasse o verdadeiro Jesus, àquele que muitas vezes nós dissemos que conhecemos, mas que não nos aproximamos dele, que é o Jesus de Nazaré, que muitas vezes nos esquecemos. Nós nos esquecemos daquele carpinteiro que saía pelas vilas, pelas sinagogas pregando o amor de Deus, construindo verdadeiro amor fraterno, porque hoje quando nós falamos de violência, e a Campanha da Fraternidade traz como eixo central o tema: Fraternidade como Superação da Violência é nós deixarmos com que o amor de Cristo que está dentro de nós que é emanado pela natureza divina do próprio Cristo, aquele que nós conhecemos nos evangelhos, principalmente no evangelho de Marcos, o Nazareno, nós precisamos deixar com que a pessoa verdadeira, do verdadeiro Cristo, do Nazareno, aquele que passava de uma cidade a outra falando do amor de Deus também passe e toque no nosso coração. Somos nós irmãos, que temos que fazer isso, somos nós que temos que fazer isso dentro das nossas casas, juntos com as nossas famílias, nós que temos que fazer isso nas escolas e aqui nós temos uma realidade e um confronto colocado para ser superado que é a questão dos professores, mas que isso não pode ser um empecilho para nós também façamos que essas situações conflitantes cheguem às famílias. Nós não viemos aqui falar dos índices de violência, nós viemos aqui para falar deste amor fraterno que Jesus quer que façamos, porque é assim que nós vamos superar a violência. Não é eu chegar falando dos índices, porque os índices servem para que nós possamos muitas das vezes aprofundar ou fundamentar um projeto ou uma lei, alguma coisa assim. Nós temos que colocar em primeiro plano o amor verdadeiro da pessoa de Jesus. Porque se nós estivermos conscientes do nosso papel, como protagonista e como sujeito de uma sociedade que está com as suas bases desestruturadas, que está sendo aos poucos cada vez mais enraizada a cultura de que nada funciona, de que nada presta e que tudo é assim mesmo. Nós não podemos nos acomodar nesse sentido. Nós temos que imaginar que nós precisamos criar uma consciência coletiva de que todos nós somos iguais, que todos nós em Cristo somos irmãos. Porque assim nós vamos respeitar o direito do outro, nós vamos respeitar a manifestação e a fé de cada um onde ele estiver, porque como disse Dom Roque na sua fala inicial: “a igreja não

veio para se colocar ou dividir, ela veio, a igreja está para ser um instrumento facilitador e promotor de culturas, sobretudo da cultura da paz”. Nós precisamos entender e compreender que nada se sobressai e nada se supera se não nos colocarmos na condição de sermos o superadores das dificuldades. Não podemos atribuir a outro aquilo que nós podemos fazer. E temos certeza de que se nós formos orientados pela luz do evangelho certamente nós vamos ter uma sociedade mais justa, uma sociedade mais fraterna, uma sociedade sem violência. Os índices como falou agora o aqui a Delegada da Mulher, mais de quatro mil registros de pessoas, de mulheres são agredidas, nós não temos que falar somente dos índices, nós temos que pensar de como vamos fazer todos os dias para que usemos as audiências públicas, usemos os fóruns para dizer o quanto que avançamos, o quanto nós contribuimos para diminuir a violência à desigualdade social do Brasil. É esta a vontade, tenho certeza da nossa igreja e do povo de Deus que comunga do Cristo vivo que reina sobre nós.

Eu quero então agradecer essa oportunidade e dizer que o Conselho de Leigos da Arquidiocese de Porto Velho tem trabalhado juntamente com as pastorais, que é onde é a atuação específica nossa, das pastorais de educação, da pastoral carcerária, da pastoral da mulher, em todas as pastorais, para que nós possamos nos alimentar do verdadeiro Cristo para poder assim propor novas perspectivas de superação, não só da violência, mas de todos os níveis de desigualdades que nós temos visto e presenciado no nosso Brasil e, sobretudo, aqui na nossa cidade de Porto Velho. Nós não podemos, meus irmãos, deixar os índices de violência chegarem aos níveis que chegaram em outros Estados da nossa Federação. Nós não poderemos achar que o crime que está acontecendo é uma responsabilidade apenas da Polícia em coibir. Nós, como membros da igreja, porque todos que estão aqui certamente têm uma fé que é manifestada, seja em nossa igreja católica ou seja numa igreja protestante, mas nós enquanto irmãos e como cristãos, não podemos admitir que a nossa cidade tão querida aqui de Porto Velho fique nas mãos das pessoas que querem construir uma cidade do medo, uma sociedade que as famílias se enclausurem nas suas casas, aumentem os seus muros e não deixa com que as famílias possam viver uma fraternidade. Por isso, então, eu quero agradecer ao Deputado Adelino Follador, e dizer a todas as instituições que estão aqui presentes, que nós precisamos continuar trabalhando na perspectiva da construção, da composição desse fórum permanente para que nós possamos verdadeiramente ter propostas concretas para trabalharmos para construir uma cultura de paz na nossa cidade de Porto Velho. Muito obrigado a todos.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Antes da Dra. Zelite e antes também da Dra. Francléia. A Presidente do Sintero está aqui e ela está correndo porque têm essas negociações e nós vamos abrir um espaço para que a Leonilda Simão de Souza, Professora Leo dê uma palavrinha com os professores para nós antes de sair, por que está correndo atrás, tem muitos compromissos, nós vamos abrir um espaço para que ela também fale.

A SRA. LEONILDA SIMÃO DE SOUZA – Bom dia a todos. Em nome do Deputado eu cumprimento toda Mesa; em nome do meu companheiro Manoel Rodrigues eu cumprimento todos

os trabalhadores em educação aqui presentes; e em nome das famílias dos nossos alunos, dos pais dos nossos alunos, eu cumprimento toda comunidade, toda sociedade aqui presente. Eu gostaria de começar minha fala, dizendo que esse é o momento de muita importância para a sociedade rondoniense. É o momento em que nós temos os trabalhadores em educação, que na minha avaliação tem um papel de extrema importância para a sociedade, inclusive no sentido de reverter através da educação, dos valores, essa situação de extrema violência que nós estamos vivendo. Então, o fato de termo hoje este plenário lotado de trabalhadores e trabalhadoras em educação, isso é de grande relevância nesta Audiência que tem como tema um tema extremamente importante diante do que vivemos que é a cultura da paz, todos unidos por uma cultura de paz em Porto Velho. Quero dizer que eu não poderia deixar aqui de falar dos 45 dias que completa hoje, do movimento que a nossa Instituição Sintero tem encampado com todos os trabalhadores em educação, por justiça social. Porque o que nós estamos hoje reivindicando é justiça social, baseada em leis que não se cumpre, baseada numa situação de extrema precariedade da educação deste Estado. Quero dizer que os organizadores desse fórum permanente pela paz no Estado de Rondônia estão de parabéns. Estão de parabéns porque a cultura de paz que nós temos que estabelecer começa pela educação lá no banco das escolas. Então, trabalhadores e trabalhadoras em educação, a nossa tarefa é de extrema responsabilidade. Então, isso que está sendo discutido aqui é muito pertinente que nós estejamos aqui. Quero dizer que a greve, eu sei que têm muitos pais aqui presentes, que a greve é o último recurso que uma categoria de trabalhadores busca para ser atendida. Mas eu vejo, muitas vezes, que a greve serve também para o exercício de cidadania, que talvez, se nós povo brasileiro tivéssemos mais a coragem de colocar a cara na rua como o que está acontecendo hoje através desse Fórum, muitos problemas de violência nós teríamos resolvido. Quero dizer também, que aqui, antes, foi abordada a questão da Violência contra a Mulher e eu como mulher, como educadora que não poderia deixar de falar sobre isso. Sabemos que tem violência em vários segmentos de várias formas, mas, eu gostaria de falar sobre a Violência contra Mulher visto que, nós somos mais de 80% de trabalhadores em educação composta por mulheres e a violência contra a mulher ela passa em todas as instâncias, também passa pela educação. A educação desde lá da nossa casa quando nós que vivemos numa sociedade machista nós somos ensinadas a ser aquela mulher do lar, aquela que tem que está voltada apenas para os afazeres domésticos e para o cuidado dos nossos filhos e de nossa família. Ela passa pelos espaços que nós ocupamos, nós sofremos todos os dias, a cada hora, a violência; essa violência que muitas vezes ela vem de forma camuflada, mas, nós sabemos que ela existe. Diante disso, nós precisamos falar aqui sobre o Estado de Rondônia, um Estado que hoje tem um índice de violência contra a mulher altíssimo, altíssimo, ocupamos o 4º lugar de Violência Doméstica. Então, nós precisamos falar sobre isso. Nós gostaríamos que esse Fórum permanente que está aí voltado pela Cultura da Paz que tenha um olhar diferenciado para a Violência contra a Mulher. Gostaria de dizer que eu me sinto muito honrada de estar aqui, eu venho lá da década de 80 das comunidades eclesiais de base, aquelas comunidades que naquele momento, na década de 80, nós brigávamos por Democracia e Justiça Social. Nós estávamos ten-

tando sair da Ditadura, aquela Ditadura que oprimia, que matava, que através da violência levou muitos brasileiros a perderem suas vidas. Então, eu vim daquilo, conseguimos chegar a Democracia através das Diretas Já, mas, essa Democracia não trouxe Justiça Social e nós estamos vivendo momento muito complicado porque nós achávamos, temos a Democracia, precisamos ter um Governo popular, tivemos esse Governo popular, mas, nós não administramos essa situação ao ter o Governo popular. Nós deixamos que, o Capitalismo avançasse da mesma forma, de forma camuflada com outra roupagem, mas, que aquele Capitalismo que não valoriza o ser humano, que não privilegia a classe dos menos favorecidos e a exclusão continuou. O resultado disso ele tem sido opressor, ele tem sido árduo e para vencer essas barreiras nós temos que ter essa coragem, essa coragem que hoje está sendo vista aqui na ação dos trabalhadores em educação, numa ação de cidadania que estamos nesse momento completando 44 dias, estamos aqui dentro da Assembleia Legislativa, a nossa Casa, com todo o respeito a esta Casa, desde ontem, dormimos aqui para dizer ao Governo que está aí que nós enquanto trabalhadores precisamos de Justiça Social e tendo Justiça Social nós vamos fazer o nosso papel de formador de opinião, de formador de cidadãos com muito mais eficiência.

Então, eu quero terminar minha fala agradecendo a todos que me deram esta oportunidade, ao Deputado que desde o início da nossa luta tem vindo conosco, eu quero agradecer esta oportunidade e dizer a frase do Professor Cortella: “vamos ter esperança não do verbo esperar, mas do verbo esperar”. Então pessoal muito obrigada por esta oportunidade, eu tenho uma agenda agora, vou precisar sair, mas quero colocar a Instituição SINTERO que ao longo da sua história de 28 anos tem construído um trabalho de parceria com Instituições que defendem medidas sociais, quero deixar aqui a nossa Instituição à disposição para estar junto com vocês nessa grande parceria que é “todos unidos por uma cultura de paz em Porto Velho e que isso se estenda ao Estado de Rondônia e que isso se estenda ao nosso Brasil e que isso estenda ao mundo inteiro que precisa de paz”. Muito obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Quero agradecer as palavras da Professora Leo, e dizer que o SINTERO está convidado, está sendo hoje iniciado um Fórum de Paz em Porto Velho e o SINTERO é convidado a fazer parte. Então, eu gostaria que o também o SINTERO depois indicasse um representante para que faça parte desse Fórum, porque eu acho que é muito importante envolver a questão da educação. Na realidade a Arquidiocese de Porto Velho, de Porto Velho que abrange até Ariquemes, não é só Porto Velho. Está aqui o Márcio representando também lá da região de Ariquemes que também pertence a Arquidiocese de Porto Velho, a gente fala Porto Velho, mas não é bem, é a região aqui de Porto Velho que vai ser criada esse Fórum, e o SINTERO está convidado a participar também fazer, ter assento neste Fórum que eu acho que é muito importante envolver. Depois a Dra. Zelite Cordeiro vai no final falar e vai propor em discussão que a gente aprove ou não essa proposta.

A SRA. WAGNER VIEIRA (Mestra em Cerimônias) – Senhor Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença do senhor Valdir Evangelista, Coordenador de Liturgia

da Paróquia São Luiz Gonzaga; do senhor PM Venâncio; Cabo PM Venâncio, Presidente da FENACON e da senhora Nauana do DETRAN.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Agora nós queremos ouvir as palavras da Francléia de Nazaré Corrêa, representando o Conselho Regional de Psicologia do Estado de Rondônia.

A SRA. FRANCLÉIA DE NAZARÉ CORRÊA – Excelentíssimo Senhor Deputado Adelino Follador, em nome de quem eu cumprimento e saúdo todos os integrantes da Mesa; Senhoras e Senhores bom dia. Em especial eu saúdo os trabalhadores em educação aqui presentes, com quem nós nos solidarizamos. Falar de violência Deputado, é talvez uma das questões mais antigas da nossa sociedade e que é importante que nós possamos nos debruçar sobre essa questão. Primeiro, a gente tem que se perguntar de que violência nós estamos falando. Eu, como pesquisadora, como trabalhadora, como psicóloga e como pesquisadora há mais de 30 anos, eu entendo que quando nós compartilhamos, quando a gente começou a dividir a violência acho que a gente se perdeu um pouco enquanto sociedade. Nós precisamos pensar primeiro o que é violência, se a gente puder pensar e aí vem a questão de ser professora, de buscar conceituar. Mas, é nós pensamos a violência como qualquer dano, um ato ou missão que eu possa causar a qualquer pessoa, não importa que pessoa veja essa e que eu possa causar um dano físico, psicológica, emocional, sexual, financeiro, enfim. Quando a gente fala de psicologia, nós temos assim um conceito, como se psicologia fosse sinônimo de psicologia clínica. Eu vejo na mesma forma, a questão da violência, quando a gente fala de violência, parece que o sinônimo é aquilo que ocorre longe de mim, distante de mim com alguém que eu não conheço. A gente precisa refletir essa violência a partir do momento que ela ocorre dentro de casa, talvez o ponto mais importante da violência seja a violência doméstica; nós precisamos pensar e eu como trabalhadora, eu sempre coloco isso em questão, o que nós estamos fazendo hoje na cidade de Porto Velho, hoje em 2018 para daqui há 10 anos, nós tenhamos conseguido diminuir os índices de violência na nossa cidade. É importantíssimo e é urgente que as Instituições possam realmente estar juntas nessa discussão. Quando a gente pensa a questão da violência, a gente tem que pensar em comportamento; a violência somos todos nós, todos nós de alguma forma, nós praticamos violência. Parece uma frase muito pujante, parece uma frase muito agressiva, mas eu queria até propor um exercício, não precisam responder, hoje é quinta-feira, de segunda-feira até hoje, será que eu cometi alguma violência com o meu filho, com o meu marido, com o meu companheiro, com o meu colega de trabalho, no trânsito e aí enquanto psicologia, se nós formos estudar a psicologia do desenvolvimento, é sabido, é notório que a questão da raiva, da agressividade, ela compõe o ser humano, a diferença talvez seja como é que esta criança é educada, é amada, é desejada e como é conduzido esse contexto da agressividade no decorrer da sua vida. E é um papel importante da família que possa está cuidando disso. Hoje, uma criança que ela tenha 04 anos, digamos, o que nós estamos fazendo para daqui a 10 anos, aos 14 e daqui aos 10, aos 24 anos ela não esteja perpetuando a violência na nossa sociedade. Enquanto Conselho de Psicologia; Conselho Regional de Psicologia nós nos colocamos inteiramente

a disposição desta causa e coloco duas sugestões que possam ser analisadas, eu como pesquisadora, de verdade eu vejo que a pesquisa, o fomento a pesquisa, ele é importante para que nós possamos pensar para quem nós estamos propondo esse trabalho. Em particular também desenvolvo um trabalho com mulheres vítimas de violência doméstica, junto a Prefeitura de Porto Velho, onde eu cotidianamente, eu coloco essa questão: para quem nós estamos apresentando esse trabalho? Que mulher é essa que a gente está declinando esse trabalho? Porque a violência acima de qualquer coisa ela tem o conteúdo emocional, ela tem o conteúdo psicológico. Se eu me vejo vítima de violência em que medida? Quando eu sou vítima de violência, eu perpetuo essa violência. É importante nós trazermos a sociologia para a discussão, a filosofia, a psicologia e nós, via de regra, nós estabelecemos algo chamado relações de poder, nós fazemos isso, é uma questão de estrato social. É o pobre, o rico contra o pobre, o homem contra a mulher, é o branco contra o negro, é chefe em relação ao subordinado e assim sucessivamente na nossa sociedade. E na medida em que ocorre essa relação de poder e tem a Heleieth Saffioti, que é uma socióloga belíssima que ela discute essa relação de poder, nós só vamos entender o que é essa violência quando a gente buscar se debruçar. Então, fica uma sugestão que nós possamos ter fomento a pesquisa no nosso Estado, que a gente possa estar congregando as instituições de ensino superior tanto pública quanto privada, e que os organismos tanto do Estado quanto da Prefeitura, que a gente possa pensar em pesquisa. Além disso, penso que é necessário que nós tenhamos psicólogos à disposição da população. Não é mais possível nós pensarmos a psicologia como uma questão de clínica, como uma questão privada, é importante que nós possamos, e aí nós temos Deputados, outras capitais que já executam isso, a exemplo de Campo Grande, por exemplo, onde tem psicólogos clínicos nas unidades básicas de saúde inclusive no período noturno para atendimento a população. Nós precisamos, já estamos no século XXI, não é mais possível a gente pensar a psicologia como uma psicologia de consultório, como uma psicologia privada. É importante que a população em seu contexto geral, ela possa ter acesso a tratamento psicológico, que nós possamos ter programas de prevenção à violência, que nós possamos ter programas de prevenção e orientação familiar. Eu costumo brigar e dizer que nós precisamos em nosso País ter cursinho preparatório como sermos pais melhores. Obrigada.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Parabenizar a Dra. Francléia. Dizer que hoje com essa crise, com esses problemas que o Brasil tem, o psicólogo é cada vez mais necessário para o ser humano, então, com certeza contribuiu muito para esse encontro. Agora, eu gostaria de abrir espaço aí para o Professor Márcio, ele está representando a CEBS a regional de Ariquemes, a Paróquia Rainha dos Apóstolos. Gostaria que fizesse seu.

O SR. MÁRCIO DE CASTRO – Bom dia! Em nome, desculpa, mas quebrou o protocolo, faz parte de existir um protocolo, não é? Em nome da juventude aqui presente, eu quero cumprimentar todos os componentes da Mesa, e todas as autoridades religiosas e civis ou militares, e de uma forma muito especial em nome do Vereador Morari, que se deslocou lá de Rolim de Moura para vir participar desse momento, para nós

é muito importante. Mas Dom Roque, em nome do senhor que enfrenta esse desafio arquidiocesano de conduzir esse rebanho na condição de nosso pastor, eu quero em primeiro lugar tecer um elogio. Nós trouxemos para esta Casa de Leis, para o dia 21 de março passado, um convite para se discutir um gesto concreto da Paróquia Rainha dos Apóstolos, lá em Ariquemes, que seria um gesto concreto da Campanha da Fraternidade. E eu quero assim de forma muito especial mesmo fazer esse elogio, porque lá no livro quando é bem questionado “Dai a César o que é de César e dai a Deus o que é de Deus”, a gente viu a preocupação do Deputado Adelino, em estar aqui na Assembleia e retornar para Ariquemes, são a custo zero de quilômetro para participar daquele encontro. Então, Deputado, nós em nome da nossa Paróquia, nós somos muito gratos por este empenho que o senhor teve, pela sua preocupação em estar ali com a gente. Então, nós somos, nós somos muito agradecidos em nome do Padre Renato, que é o nossos Pároco, do Padre Luiz, que é Vigário Paroquial, de uma forma muito especial, nós trazemos um abraço do Pastor Aluizio Vidal, do Partido Verde, que mandou um abraço para todos nós e que se solidariza com a preocupação de superarmos a violência e segundo ele, a Campanha da Fraternidade sempre traz esses temas interessante para serem debatidos a luz da sociedade, e também o Professor Vinicius, que é Professor de Direito da Unir. E de uma forma muito especial a todos os partidários de partidos políticos aqui, em nome do Pimenta, do PSOL, que com muito carinho também é um ativista social e que não deixa de participar e dar sua parcela de contribuição nas discussões públicas. E para encerrar este momento de elogios ao Professor Coelho, lá de Ariquemes porque quando fizemos lá o gesto concreto da Campanha da Fraternidade da nossa paróquia a Casa dos Conselhos através do Professor Coelho assumiu conosco um compromisso que está dentro do propósito de reativarmos o Conselho de Segurança do município de Ariquemes, já estamos encaminhados e de sugerir, deputado, que o senhor que esteve presente conosco lá então nós temos aqui uma ata daquele evento, vamos deixar com o senhor, que a gente constituísse o Conselho de Segurança nos municípios do Estado de Rondônia onde não exista, que a Assembleia pudesse com a sua assessoria, ou o senhor com seu gabinete se debruçar para poder dar esta manutenção, dar esta informação técnica para que se constitua o Conselho de Segurança nos municípios onde não exista, e daquela audiência surgiu a ideia de se constituir um plano de segurança para o Estado de Rondônia, para o Vale do Jamari e estender isso para o Estado de Rondônia assim os municípios do Vale e os municípios do Estado, e já que nós temos na nossa arquidiocese de Porto Velho esse fórum permanente, lá também foi sugerido a constituição de um fórum permanente no Vale do Jamari e o senhor estava presente, e nós vamos como boas ovelhas, Dom Roque, seguir o que a nossa arquidiocese nos dá a diretriz, porque precisamos caminhar de forma além de conjunta em comum. Agora eu quero de forma muito especial me dirigir aos meus amigos educadores, me dirigir às autoridades aqui presentes e dizer que esta greve eu não quero corrigir a fala de ninguém, eu quero apenas dizer que esta greve não é apenas greve dos professores, ela é greve dos servidores da educação, técnicos, zeladoras, merendeiras, secretarias, enfim de forma muito especial eu gostaria que nós olhássemos para essa paralisação que é um ato violento do Estado de Rondônia e de outros Estados do Brasil não respeitar um Plano Estadual

de Educação, então tudo, tudo que eu peço aqui é que seja cumprida a valorização do servidor público, que se cumpra um programa de valorização, e isto deputado agora eu me preocupo, nós temos 24 deputados nesta Assembleia, eu tenho um respeito muito grande pelo senhor, eu pergunto onde estão os outros 23? Não que eu queira ter o discurso do contra, viu Vereador Morari, não que eu queira ter o discurso do contra, mas esse tema não interessa superar a violência para esses deputados? Discutir, ouvir aqui os reclames dos servidores da educação não interessa a esta Casa de leis? Espere um pouquinho, a Casa de leis entre aspas eu quero retomar aqui, em 82 a campanha da Fraternidade dizia o tema o seguinte ‘Educação e Fraternidade’, olha bem o lema ‘a verdade vos libertará’, nós não podemos discutir isso aqui, Dom Roque, com cara de meia verdade, com as autoridades alheias ao que pretende-se. Eu lamento a ausência, desculpa, eu peço desculpa porque talvez eu não diria isso eu teria outras coisas para dizer para o representante desembargador que deixou a sua representante, mas é vergonhoso para mim alguém me chamar amanhã, me convidar para uma audiência e não saber se ele tem agenda, correto? Já vou concluir. Então nós trouxemos como proposta uma discussão para que se discuta um plano para combater para pode o Estado de Rondônia não transferir a responsabilidade para outras esferas e discutir o problema do conflito agrário no Estado e criarmos o Conselho de Segurança onde não exista e que possamos então assim fazer junto com o campo e a cidade independente de quais categorias, quaisquer uma o Plano de Segurança do Estado de Rondônia. E para concluir, eu ainda trago a campanha da fraternidade de 98 ‘Fraternidade e a Educação a Serviço da Vida e da Esperança’, no entanto discutir educação enquanto ferramenta para superar a violência já é algo que a igreja vem fazendo há muito tempo. Agora deixo a minha nota de repúdio as autoridades que deveriam estar aqui quanto deputados que foram eleitos, servidores do povo para ajudar nesta discussão e se omitem a não estarem aqui. No entanto repudiam este momento daqueles que negligenciaram ouvir estar aqui de frente com a comunidade que anseia por superar a violência. Está bem? Muito obrigado pela atenção de todos vocês. E para a Delegada que representa a Secretaria da Mulher o Brasil tem 13.100% de Violência a mais que a Inglaterra. Isso significa que a violência contra a Mulher em Rondônia é 13.100% também a mais que a Inglaterra. Nós precisamos de propor estudos para superar a violência. Aí deputado, parabéns pela iniciativa e que tenhamos sucesso nas nossas negociações.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agradecer as suas palavras. Com certeza, Márcio, o Professor Márcio a gente conhece, batalhador falando em nome do debate que nós tivemos lá em Ariquemes foi muito produtivo, na Câmara Municipal, para nós é um prazer ter contribuído e me colocar à disposição.

Hoje nós temos aqui o vereador e delegado Dr. Morari, Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Ji-Paraná, tenha o espaço aqui para que faça, para que depois a gente vá para as discussões que a Dra. Zelite Carneiro vai propor para que a gente aprove, ou desaprove aqui essa criação do Fórum aqui da Arquidiocese de Porto Velho.

O SR. RENATO CÉSAR MORARI - Eu acho que vou precisar do microfone de mão também porque eu também sou cumprido. Não é Dra. Janaína?

Bom dia a todos. Queria cumprimentar o nobre Deputado Adelino Follador, nosso companheiro de caminhada de igreja. Parabéns pela iniciativa, pelo atendimento desta Audiência Pública, porque é tão importante nós discutirmos a violência aqui no nosso Estado. Em nome do senhor eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes na Mesa; cumprimentar também o Reverendíssimo Bispo Dom Roque, eu não tive o prazer de conhecê-lo, estou conhecendo hoje pessoalmente. Quando o senhor chegou na Diocese eu saí, eu estava em Ariquemes e o Sr. estava chegando e eu estava saindo de Ariquemes, então nós não tivemos o prazer de trabalhar juntos nas Pastorais. Além de Delegado de Polícia hoje eu estou Vereador, contudo, a minha família, vamos dizer assim, é muito engajada dentro da igreja. Somos Coordenadores da Pastoral Familiar em Rolim de Moura e Coordenador Diocesano da Região da Zona da Mata. E esta discussão de violência da Campanha da Fraternidade engloba não só a situação da violência em si, ela é muito mais complexa que isso. Quando nós falamos de violência abrange vários setores, setores sociais, setores de políticas públicas, setores de conhecimento da estrutura estatal que nós temos hoje. Infelizmente hoje aqui no nosso Estado nós vivenciamos há uma década de um descaso público na Segurança Pública. E isso, infelizmente, desemboca no índice de violência que hoje nós temos, infelizmente. Nós temos um descaso na Educação, e isso desemboca dentro do tema violência. Nós temos um descaso nas ações sociais, e isso desemboca dentro do tema da violência. Tudo vem de encontro, e nós precisamos, sim, não só discutirmos aqui, a violência, mas termos ações concretas, exequíveis para melhorar isso, deputado. Não adianta nada nósirmos aqui ficar falando bonito, discursando se nós não sairmos daqui com sugestões e soluções concretas, exequíveis, nem se for mínima para nós melhorarmos a nossa sociedade, melhorarmos a violência. Hoje a nossa família, nós trabalhamos com isso muito forte, as nossas famílias estão doentes. E a violência como a Dra. Janaína disse aí, hoje eu estou atuando também na Delegacia da Mulher em Rolim de Moura. Meio esquisito um homem trabalhar na Delegacia da Mulher. Mas eu estou em Rolim de Moura trabalhando na Delegacia da Mulher e lá na Delegacia da Mulher além da violência contra a mulher no interior nós atendemos também a violência contra a criança e adolescente. Então o índice de violência contra a mulher e contra a criança e adolescente principalmente no abuso sexual que é causado dentro das famílias é muito grande. Isso preocupa. Preocupa a nós cristãos, preocupa a sociedade e tem que preocupar a todos. O índice de violência que nós atendemos que vem de dentro das escolas com comportamento de alunos, crianças, gente, não é adolescente não, crianças de 09, 08 anos que vão para a Delegacia da Mulher no interior, toda semana tem. Isso é preocupante. Por que é que isso está acontecendo? De onde é a raiz disso tudo? O que nós, como cidadãos, como pai, como mãe, como cristão, estamos fazendo? O que eu estou fazendo? O que vocês estão fazendo para que isso cesse, para que isso acabe? Muitas vezes, quando nós falamos de violência, as pessoas têm certo repúdio porque cria uma imagem de que a pessoa não quer se envolver, por que: 'ah, isso vai dar problema para mim, porque eu vou ter que denunciar, depois eu vou ter que ir à Delegacia, depois eu vou ter que ir ao Fórum, vou ter que aparecer'. Isso vai deixando essa violência se concretizar, muitas vezes até dentro da própria casa da pessoa. Quantas vezes nós não atendemos situações de meninas, meninos que

estão sendo violentados sexualmente por familiares e toda família sabe, mas ninguém tem coragem de ir lá denunciar para cessar a violência. Isso tem que acabar, essa cultura tem que acabar. Nós não podemos ser omissos, nós somos cristãos e Jesus não foi omissos. E nós precisamos ter essa postura. Então eu fico feliz, Deputado, nesse tema. Antes de encerrar gostaria de, mais uma vez, colocar aqui o meu apoio à greve dos nossos servidores da educação, como o nosso Professor Márcio disse, 'não é greve dos professores, é greve dos servidores', e de uma demanda que vem vindo há mais de 5 anos, de uma demanda que vem vindo, onde o governo já prometeu, já falou que ia cumprir, já se tem a Lei, mas não cumpre. Não cumpre! Se omite no cumprimento de um direito que já é garantido. Então coloco mais uma vez o apoio para vocês. Minha esposa também é professora e eu sei o quanto que vocês sofrem, eu sei. Obrigado, Deputado; obrigado, Bruno; muito obrigado a vocês professores e continuem na batalha porque o resultado, tenho certeza que vocês vão conseguir. Obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Agradecer as palavras do Dr. Morari, é nosso amigo e trabalhou também em Ariquemes muito tempo. A gente conhece a família, para nós é um prazer. Dizer que eu também tenho esposa, aposentou já, mas é professora também e a gente conhece de perto a necessidade. Por isso estamos aí abraçando essa causa.

Agora vamos abrir, então, para a Dra. Zelite Carneiro, integrante da Catedral Sagrado Coração de Jesus. Eu a conheço há muito tempo. Quero endossar todas as palavras do Dr. Walter que falou. Eu queria até justificar, Márcio, o Dr. Walter, quando recebeu o convite daqui ele já tinha compromissos, ele justificou antes de sair daqui. Dizer que o Dr. Walter veio, porque ele já tinha outros compromissos, mas ele arrumou um tempinho para vir aqui. Só para questão de justificativa, ele se esforçou e veio aqui, mas quando chegou ele pediu que fosse rápido porque ele tinha que retornar. Mas eu quero, acho que só o fato de ele ter vindo aqui, marcado presença, para nós foi uma honra, foi muito gentil e nós queremos deixar isso registrado.

Doutora batalhadora, então, Dra. Zelite Carneiro com a palavra para fazer essa proposta tão interessante para esta Audiência Pública.

A SRA. ZELITE ANDRADE CARNEIRO – Senhor Presidente desta Mesa, Deputado Adelino Follador, em sua pessoa me permito cumprimentar todas as autoridades civis e militares aqui presentes. Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo Arquidiocesano Dom Roque Paloschi, em sua pessoa eu me permito cumprimentar todas as autoridades religiosas; todos os religiosos, religiosas aqui presentes; Coordenadores e integrantes de Pastorais. Senhoras e senhores, este é um momento especial para mim. Apreciei o convite porque faço parte de uma comunidade muito especial que é a Catedral do Sagrado Coração de Jesus. Participo como grupo com todo o meu coração. Estou aqui com os senhores também, com espírito desarmado, cheia de esperanças. Eu prestei muita atenção, quero dizer que eu ouvi com esmerada atenção os pronunciamentos todos aqui proferidos. E não nos surpreende que tenha tocado os nossos corações, cada um a seu modo, a nossa Delegada Janaína, a nossa Psicóloga Francléia, o nosso religioso amigo, Carlos, todos os que se manifestaram antes, fizeram observações contundentes, valiosas e expressivas e

de grande significado para nós nesta Audiência Pública. Os números da violência e as informações sobre a violência são enormes, não mentem, mas nos assusta, nos assusta muito! E nós não dissociamos, senhores, quero dizer aos senhores que não dissociamos o quadro crítico pelo qual o nosso País transita agora das razões que justificaram a Campanha da Fraternidade com este tema, não dissocio. Ou seja, a violência que está presente por todo canto, até no ar que respiramos porque está poluído. E todos então têm essa mesma razão e nós sabemos que as razões também começam, essa violência também começa lá em cima. É lamentável, nós estamos vendo todos os dias pela mídia, quando são desviadas vultosas quantias de dinheiro que pertencem ao povo, pertencem à saúde, pertencem aos professores, pertencem a Previdência Social, e não chegam ao destino. E nos causa muita espécie também, quer dizer, começa lá em cima e aqui embaixo ela vem, está muito próxima de nós, quando a violência é praticada por um daqueles nossos irmãos que sequer chegou a ser alfabetizado. É uma violência contra a cidadania, contra a educação, contra o futuro do País. E é verdade, isso tudo nós podemos ver. Os senhores estão aqui, nossos professores, eles cuidam do futuro do País, que são as nossas crianças. Nós podemos dizer que lá fora, em especial na Ásia e na Europa a figura do professor é endeusada. Aqui eles precisam, estou arrepiada, eles precisam se humilhar! Eu não gostaria de falar mais de violência porque todos nós conhecemos os índices e onde elas estão. Mas apenas para ilustrar, eu anoto aqui algumas coisas, eu tenho alguns pontos de destaque da minha fala para ilustrar esse momento. Para os senhores terem uma noção, a exposição de motivos da Lei do Feminicídio, tem como uma das razões fundamentais para a aprovação da Lei, uma estatística. E essa estatística é de 2010, em que 42% de todo homicídio cometido no País foi cometido contra mulheres por seus maridos. E pasmem, pasmem, o Brasil é o 5º no ranking mundial em violência contra as suas mulheres. É assim que nós estamos. Eu achei isso muito expressivo, precisava lhes dizer. Mas nós vamos ficar por aqui em termos de violência, e queremos louvar a iniciativa da Arquidiocese de Porto Velho, que eu sei que isso foi um acordo, uma proposta que vieram aqui com o nosso Deputado Adelino Follador e também louvar a disposição do nosso Deputado de propor esta Audiência Pública. E nós ficamos muito felizes porque devemos esta Audiência maciça aos nossos professores aqui presentes. É uma circunstância, mas é verdadeira e é altamente válida, porque eles vão multiplicar esse conhecimento e essas informações que nós estamos recebendo aqui. Mas, parabéns ao Dom Roque que abraçou esta causa. Nós queremos trazer a fraternidade, o tema é Fraternidade e Superação da Violência, como superar a violência. A igreja está propondo, a Assembleia está de mãos dadas conosco, mas esse, como algum já disse ali na tribuna, não é um problema só da igreja ou das instituições públicas, é um problema de todo segmento social, é um problema de cada um de nós. É meu, é seu, é dele, é de todos. Quando matam ou machucam alguém, estão machucando a nós. Estão machucando a nós também, porque amanhã eu ou você poderemos ser vítimas também dessa violência.

Mas meu povo, nós não podemos ficar só no reconhecimento. As Audiências Públicas elas têm uma capacidade de, de repente orientar e até catar o pensamento da sociedade em relação ao que está se propondo, mas na maioria das vezes como no caso em tela nós estamos trazendo, nós não

trouxemos, felizmente, porque os senhores iriam ficar assombrados, porque a violência no País é só pesquisar na internet, por ano ela mata mais do que a bomba de Hiroshima e Nagasaki. E nós não podemos ficar, nós tomamos conhecimento de tudo isso, todos nós aqui estamos extremamente sensibilizados, não só com a questão dos professores, mas, com a questão da violência de graça o nosso País; com a violência de que nós somos vítimas, todos, a todo instante e a toda hora. Então, quando nós sairmos daqui é isso que eu não queria sabe Carlos, sair daqui nós vamos para casa assumir as nossas obrigações pessoais e amanhã nós estamos na frente da TV olhando novos índices de violência sem que tenhamos proposto absolutamente nada. É muito difícil que qualquer coisa que se faça, hoje, para deter a violência, melhorar a educação no nosso País, melhorar esse quadro crítico que nós estamos vivendo de crise moral nos Poderes vai demorar algum tempo, mas nós temos que ter fé e paciência e rezar e fazer cada um a sua parte, porque se cada um fizer a sua parte o encargo vai ser menos pesado e nós não podemos contar exclusivamente com a ajuda e com as ações dos Poderes Públicos. Nós temos que fazer a nossa parte como sociedade civil organizada. Assim, nós vamos poder fazer alguma coisa. Como a Cultura da Paz, ou como a superação da violência, como nós podemos fazer, como nós podemos executar, trabalhar, fazer algo para superar a violência, como? Nós nos questionamos. Será que eu sei? Será que é isso que nós vamos propor? Mas eu quero dizer que cada gota no oceano é uma gota. Há um provérbio Chinês que diz assim: "uma caminhada de milhas começa com o primeiro passo". Isso que nós estamos fazendo aqui reunidos, solidários conosco mesmo com a nossa sociedade a respeito da violência buscando uma cultura de paz já é um primeiro passo. Mas não pode ficar só no nosso sentimento de solidariedade, nós precisamos de algo concreto. Concreto, alguma coisa pautável que exista dentro da sociedade civil e que nós possamos dizer: poxa, eu tenho alguma coisa em mãos. E isso é ter a partir daí que sai a nossa proposta. Propor com toda a nossa humildade a Instituição de um Fórum Permanente pela Cultura da Paz. Aí sim, nós vamos poder enfrentar, nós como Instituição, com esta Entidade, com este Fórum, mas tem que ser um Fórum sério, não pode ser um Fórum montado só com a nossa igreja. Se nós pudéssemos agregar todos, que amam a Deus, todas as igrejas, esse é um pensamento meu que é só meu pensamento, eu não estou expondo o pensamento de ninguém, mas, um Conselho Ecumênico formado por muitas igrejas seria maravilhoso. Uma Entidade, um Fórum Permanente pela Paz onde nós pudéssemos dizer: olha, aqui é a nossa sede, nós estamos aqui, estamos recebendo insumos, sempre, sempre, essa pesquisa que a nossa Francléia falou é importantíssima pesquisa, quem sabe, que a partir da pesquisa se tenha noção da realidade, que a maioria dos nossos amigos e de nós mesmos que moramos aqui no centro não conhecemos a realidade suburbana, dificilmente nós vamos por lá. Nós temos bolsões de miséria em nossa Porto Velho, pessoas que não tem o que comer e precisamos olhar isso, a violência está lá também, isso é uma violência. Então, a proposta é propor a Instituição, a Criação de um Fórum Permanente pela Paz e a partir daí nós vamos estar, vamos dizer assim, mais perto dos desafios. Mas, em contato com o quem de direito e podemos ter também, aí como sociedade organizada, podemos está mais próximo e merecer atenção especial das autoridades que podem ajudar os grupos de risco, que

naturalmente o Fórum vai abraçar e é esta meus senhores a nossa proposta que é um segundo passo; depois desta Audiência que nós esperamos com todo o coração que seja aprovada para que nós possamos todos, unidos começarmos a trabalhar.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Quero parabenizar as palavras da Dra. Zelite Carneiro, dizer que para nós é, com certeza a senhora falou a necessidade da sociedade se integrar. Porto Velho têm Conselho de Segurança; Ariquemes têm Conselho de Segurança, o grande problema é que esses Conselhos são paritários, aí a sociedade acaba participando; mas, não discute, não, as pessoas têm que ser paritárias, mas eu acho que tem que abrir isso para que a sociedade saiba o que está sendo discutido e essa integração é muito importante.

A SRA. WAGNER VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos juntos o Hino pela Paz.

(Execução do Hino Pela Paz)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Eu quero agradecer cada um que veio aqui hoje, dizer que a Campanha da Fraternidade é um tema da superação da violência, é um tema somos todos irmãos; o Padre Luiz Fernando, o Secretário Executivo da Campanha da Fraternidade – CNBB, explica que a proposta desse ano; enfatizar a superação da violência, mapeado ontem aconteceu esse tipo de situação, muitas são as ações que lutam pela paz, mas o movimento é pequeno para que elas ganhem atenção ao tema. O movimento escolha do tema por parte dos Bispos foi o aumento no índice de violência do Brasil, a taxa de homicídio no país é mais alta que os países como a Síria, uma Nação que está em guerra. Em 1983 a Campanha da Fraternidade abordou a mesma temática e se constatou que no Brasil, havia uma carência de mapear as zonas de maior índice de violência. O grande fruto neste ano foi à criação de instrumentos que garantissem um panorama de violência. O texto base faz uma reflexão a partir das perspectivas, violências diretas e a violência cultural, a primeira é a definida como aquela que é mais evidente, como homicídios, assaltos, agressões. Numa segunda linha, o texto base vai falar de uma violência cultural, como a intolerância religiosa, preconceito racial, que são pequenas intolerâncias que vão sendo cometidas no nosso dia a dia, vão se inserindo na nossa cultura sem que percebamos. O Padre denuncia que a sociedade vai se acostumando, e essa circunstância de violência vai se tornando omissa. Não fizemos uma mobilização para cobrar as políticas públicas. O cartaz da CNBB traz juntamente com essa cena, mostrando que juntos podemos superar a violência. E hoje através das pessoas que fizeram parte, que falaram, que fizeram parte desta Mesa, também as pessoas, nós percebemos que muita gente, quando fala em violência, se lembra de Polícia, lembra dos Poderes do Estado, Governo Federal, e às vezes a gente está, como a Doutora falou, como a psicóloga falou, às vezes a gente está cometendo violência a todo momento. Então nós temos que meditar isso, que a mudança tem que começar dentro de nossa família, dentro da nossa comunidade, dentro da nossa sociedade, dentro da nossa igreja, qualquer lugar que nós estivermos tem políticas, mas tem que ter a política e nós temos que descobrir o que nós estamos, como a Doutora falou, qual a violência que nós cometemos hoje, ontem, este mês, na nossa família, na nossa sociedade. Então, eu acho que é uma meditação muito importante, e eu quero

propor aqui, e esse é um dos objetivos desta Audiência proposta pela CNBB, e eu quero aqui enfatizar ao Dom Roque, sua humildade, a sua dedicação, e foi discutido, e a Doutora Zelite propôs aqui criação desse Fórum junto com a Arquidiocese de Porto Velho, e nós precisamos que a gente conclua com uma votação aqui para constituir esse Fórum. Eu gostaria, como vai ser, da maneira que vai ser depois vai ter que ser discutido. Nós precisamos aprovar hoje aqui, que saia daqui uma semente que depois a gente consiga, não é, irmã Lina? Agradecer a sua presença também, agradecer os trabalhos que vocês fazem aqui no Estado de Rondônia, para nós é um privilégio, a senhora abriu mão da sua fala, mas para nós é um prazer ter a sua presença aqui na Mesa, e dizer que... Então eu gostaria de colocar aqui em votação agora nesse momento, a senhora quer falar alguma coisa antes ou não? Então, se vocês concordam então para criar esse fórum permanente. Eu gostaria que também o Conselho de Segurança de Porto Velho, as pessoas envolvidas em segurança também, depois se integrem nisso, porque o poder público é importante que venha também participar. Aliás, o poder público é que tinha que buscar esse apoio, porque a sociedade quando se propõe a colaborar, fica muito mais fácil de chegar no cidadão e ter sucesso, e as propostas também tem que sair da sociedade, como diz o Professor Márcio, como foi discutido lá em Ariquemes, nós temos que trazer propostas e o poder público tem que fazer a parte dele e nós temos que fazer a nossa parte. Então eu gostaria que todos que concordarem com essa criação desse fórum permanente da pasta, dê uma salva de palmas então para o nosso evento hoje. E eu, além de agradecer a todas as pessoas que estão aqui na Mesa, todas as pessoas que vieram aqui, eu quero mais uma vez dizer aos professores, que foi um prazer tê-los aqui conosco, sabemos que qualquer profissional para ser bom profissional tem que passar pelo professor. Então, nós aqui temos a maior satisfação, eu sei que o Sintero está correndo atrás, tem as negociações e nós estamos colaborando com isso, vamos estar juntos, eu repito aqui, dos vinte e quatro Deputados, dezessete Deputados assinaram para poder fechar a pauta. Tem hoje muitos Projetos nesta Casa, que o Governo tem o interesse que seja aprovado, inclusive têm Projetos inclusive de outros servidores também, que nós temos que votar. E nós esperamos então, que venha também essa proposta do SINTERO para que a gente até amanhã consiga analisar e aprovar. A maioria dos Deputados, eu tenho certeza que a gente consegue aqui os quatorze votos para aprovar se for preciso, que a maioria dos Deputados estão sabendo que o prazo é amanhã e nós queremos concluir essa votação. Então agradecer a cada um. Dom Roque eu gostaria que o senhor como motivador para que acontecesse esta Audiência Pública desse uma palavrinha para encerrar. A reunião aqui, a Audiência Pública foi muito proveitosa, hoje a meta era buscar o que nós poderíamos colaborar para que tivesse uma sociedade melhor, criar esse fórum e lá nesse fórum as propostas vão ser discutidas depois.

O SR. DOM ROQUE – Agradecemos a todos e ‘Senhor fazei de mim um instrumento de Vossa paz’.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Está encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 11 horas e 23 minutos).

ADVOCACIA GERAL

Extrato Contrato n. 07 / AG / ALE / RO
Pregão Presencial nº 005 / 2017 / CPP / ALE oriundo
do Processo Administrativo nº 1791 / 2017 - 48

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

Contratada: PORTO PLACAS E ENGENHARIA EIREILI - ME

1.1 DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em confecção de placas refletivas, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	Vlt-Unit
1.	Confecção e instalação de Placa para carro com película reflexiva, fabricada em alumínio de 1mm ou chapa de ferro bitola 22, tarjetas de alumínio de 0,8mm e de ferro na bitola 22, com bordas em alto relevo com cantos arredondadas. (Conforme Resolução do CONTRAN N. 372, de 18 de março de 2011, que altera a Resolução do CONTRAN N. 231/2007, o qual estabelece o sistema de placa de identificação de veículos)	PAR	76	189,90
2.	Confecção e instalação de Placa para motocicleta com película reflexiva, fabricada em alumínio de 1mm ou chapa de ferro bitola 22, tarjetas de alumínio de 0,8mm e de ferro na bitola 22, com bordas em alto relevo com cantos arredondadas. (Conforme Resolução do CONTRAN N. 372, de 18 de março de 2011, a qual, altera a Resolução do CONTRAN N. 231/2007, que estabelece o sistema de placa de identificação de veículos)	UNID	2	119,55
3.	Confecção e instalação de Placa para carro com película reflexiva (na modalidade PLACA DE SEGURANÇA, nos termos do Artigo 116 do Código de Trânsito Brasileiro), fabricada em alumínio de 1mm ou chapa de ferro bitola 22, tarjetas de alumínio de 0,8mm e de ferro na bitola 22, com bordas em alto relevo com cantos arredondadas. (Conforme Resolução do CONTRAN N. 372, de 18 de março de 2011, que altera a Resolução do CONTRAN N. 231/2007, o qual estabelece o sistema de placa de identificação de veículos)	PAR	3	120,00

DO PRAZO: 5.1 O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, devendo ser publicado seu extrato no Diário Oficial da ALE/RO.

5.2 O presente contrato poderá ser prorrogado conforme conveniência da Administração, desde que observado todo embasamento legal, art. 57, Lei n. 8.666/93.

DO VALOR: 3.1 O valor do presente contrato é de R\$ 15.031,50 (quinze mil e trinta e um reais e cinquenta centavos) inclusas todas as despesas que resultem do custo do fornecimento do produto, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos e quaisquer outras despesas, que incidam na execução do referido Contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 4.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados a CONTRATANTE, no corrente exercício, por conta da seguinte programação: Programa de Trabalho 01.122.1020.2062.0000, Elemento de Despesa 339030, Fonte de Recurso: 0100000000 – Empenho 2018NE00507, no valor de R\$ 15.031,50 (quinze mil e trinta e um reais e cinquenta centavos), emitida em 20/02/2018.

4.2 Por ocasião do exercício financeiro de 2019, poderá haver posterior complementação do empenho, em relação a despesa autorizada na cobertura pendente ao restante dos doze meses do período contratado.

13.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelos contratantes e registrado à fl. 07 do Livro de Registros de Contratos do ano de 2018 da Advocacia Geral da ALE/RO.

Porto Velho/RO, 29 de março de 2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Deputado MAURO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO
ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral – ALE/RO

Contratada: Maikon Batista de Andrade Representante PORTO PLACAS E ENVENHARIA EIREILI – ME

Visto:
Whanderley da Silva Costa
Advogado Geral Adjunto – ALE-RO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 012/2018/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00690/2018-39

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de sua Pregoeira, designada através do **ATO Nº 2250/2017-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, observando-se as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 6.204/07, Decreto nº 7.892/13, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, conforme as especificações e condições a seguir:

OBJETO: **Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais diversos para manutenção das instalações prediais**, a pedido da **Superintendência de Logística**, conforme especificações e exigências descritas no Termo de Referência – **Anexo I do Edital**.

VALOR ESTIMADO: R\$ 190.180,61 (cento e noventa mil, cento e oitenta reais e sessenta e um centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) NÃO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **23 de abril de 2018, Hora: 09h00min.**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **23 de abril de 2018, Hora: 10h00min.**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

✓ www.al.ro.leg.br - (Licitações); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 10 de abril de 2018.

Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira ALE/RO